

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE E COMUNICAÇÃO
HUMANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

ELAINE PINTOS DE OLIVEIRA

**A DIMENSÃO POLÍTICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS: um
estudo a partir da apreensão de profissionais da área.**

PORTO ALEGRE
2023

ELAINE PINTOS DE OLIVEIRA

**A DIMENSÃO POLÍTICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS: um
estudo a partir da apreensão de profissionais da área**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestra em Política Social e
Serviço Social ao Programa de Pós-Graduação em
Política Social e Serviço Social da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prf^a Dra Tatiana Reidel

PORTO ALEGRE
2023

**A DIMENSÃO POLÍTICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS: um
estudo a partir da apreensão de profissionais da área**

Elaine Pintos de Oliveira

Orientadora Tatiana Reidel

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço social, do Instituto De Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Política Social e Serviço Social.

Banca examinadora:

Professora Dr^a. Tatiana Reidel
Presidenta

Prof^a Dr^a Jane Cruz Prates / PUCRS
Membro Titular Externo

Prof^a Dr^a Roberta Ferreira Coelho de Andrade / UFAM
Membro Titular Externo

Prof^a Dr^a Thaisa Teixeira Closs / UFRGS
Membro Titular Interno

AGRADECIMENTOS

Hoje, um lindo e ensolarado domingo de dia das mães, surge de súbito uma vontade imensa de escrever estes agradecimentos e eu esclareço os motivos.

Primeiro, agradeço a existência e o companheirismo de meus meninos, três belos jovens que amo infinitamente: Guilherme (Gui); Heitor (Toli) e o Ângelo (Bola), meus filhos, que jamais questionaram minhas decisões e me apoiaram em todas as minhas escolhas. Em segundo, para a minha Catharina, minha filha, que, em sua curta existência sobre a terra, foi decisiva na construção desta pessoa que me tornei.

Foi em um angustiante dia das mães, alguns anos atrás, que lutamos juntas, sofremos e perdemos, mas foi a indignação pelo percurso desamparado e repleto de injustiças e direitos negados que busquei, na sua linha de chegada, o meu momento de partida, ela chegou ao final da jornada e a minha precisava continuar.

Rompí com a vida que havia me atribuído de dona de casa, mãe, esposa, mulher pobre da periferia. Encontrei-me como pessoa, atrevi-me a disputar espaço com os mais jovens, a adentrar lugares que, apesar de se constituírem democráticos, não nos identificamos pertencentes. Acadêmica tardia e cria de políticas afirmativas, 100% PROUNI, com imenso orgulho, a primeira da família que ousou romper com a identidade atribuída da subalternidade. Sou honesta em dizer que as pernas, ainda, tremulam em alguns lugares.

Foi no Serviço Social que encontrei meu lugar, minha profissão, meu campo de estudos, aqueles que me permitiram construir uma visão ampla da sociedade, que me permite identificar a dimensão histórica da realidade, capaz de proporcionar uma consciência política crítica, que me permitiu entender que, ao ver uma mãe dormindo no chão ao lado da cama do filho em um hospital, não significa ser “guerreira, mãe de verdade” ou “obra de Deus”, mas, sim, sujeitos que vivenciam as refrações da questão social materializadas na precariedade dos serviços de saúde, fragilidade de políticas públicas entre outras tantas que não me prolongarei aqui.

Cada fase da formação foi um desafio e uma superação, da graduação a residência e agora do mestrado. Repetidas vezes era questionada sobre quando iria parar de estudar e na minha mente respondia: - Parar por que?

Agradeço à Juanita, minha pequena no tamanho e grande na capacidade, minha amada sobrinha, àquela que me “intimou” a fazer a seleção de mestrado. Meu

obrigada, querida, eu sempre soube que àquelas indignações na porta do ônibus tinham um significado maior (risos).

Aos meus queridos irmãos, que sempre me socorrem em alguma dificuldade. Obrigada, Tom, por arrumar minhas torneiras, consertar um cano quebrado etc. Ao César, que basta ligar e logo ele chega. Ao Ralf (in memoriam), sei o quanto torcia por mim.

Agradeço às pessoas maravilhosas que encontrei nestes dois últimos anos, mesmo que o contexto pandêmico não nos tenha proporcionado muitos encontros físicos, mas que não diminuíram nossa cumplicidade, digo isso principalmente para Manu e Elis, minhas companheiras de mensagens com pedidos de socorro, sinto como conhecesse vocês de muitos anos.

Agradeço a minha banca maravilhosa, composta de mulheres inteligentes e de humanidade sem limites. Obrigada, Jane, Thaísa e Roberta. Estou me dando a grandeza de citar pelo primeiro nome.

Agradeço aos respondentes da pesquisa, as pessoas que se articularam para viabilizar o processo de coleta de dados, uma verdadeira articulação política. Obrigada, Cláudia, minha amiga de peleia por seu apoio incondicional na viagem pelo Vale do Rio Pardo.

Por fim, deixei a pessoa mais importante nesta aventura. Obrigada, Tatiana Reidel ou a Tati, minha orientadora. Minha relação com ela construiu-se por fases. No início, sentia um certo receio, tá? Direi a verdade, era medo mesmo. Quando a Tati me perguntava algo ou me olhava com aqueles grandes olhos, eu emudecia. Depois, comecei a sentir um conforto, um leve calorzinho, conforme seguiam as orientações, os encontros de confraternização, as reuniões no grupo GEPETFESS. Até chegar o hoje. Agora, finalmente, posso dizer: eu faço parte deste time.

Hoje, os grandes e os belos olhos demonstram toda a ternura, o carinho, a compreensão que acalentam meu coração. Com inteligência e didática, ensinou a pesquisar, ensinou a amar a pesquisa. Com voz enfática, demonstrou confiança na minha capacidade de construir este estudo. Obrigada mil vezes, Tati, você foi fundamental para me guiar em meu próprio caos.

Portanto, de um dia das mães em algum lugar do passado, que deixou um grande vazio em minha vida, hoje sou presenteada com um outro cheio de vida, esperança e na certeza de que escolhi o caminho certo.

Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? "Lavar as mãos" em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele. — Paulo Freire, livro *Pedagogia da Autonomia*

RESUMO

Esta dissertação analisa a dimensão política do trabalho de assistentes sociais e seus rebatimentos no enfrentamento às refrações da questão social, a fim de colaborar com o fortalecimento da direção social da profissão. Em tempos de intensa regressão de direitos e de ameaças ao projeto ético-político, a dimensão política precisa permanecer como uma das pautas prioritárias do Serviço Social. A presente investigação se caracteriza como quanti-qualitativa e descritiva-exploratória, aportada no método dialético-crítico. Este estudo articula pesquisa bibliográfica e empírica. A pesquisa bibliográfica ocorreu por meio de análise em artigos científicos publicados nas revistas *Temporalis* e *Serviço Social* entre 2010 e 2021, totalizando 699 artigos. Os resultados indicam reduzidas produções na área nos últimos anos, dentre os quais, apenas 3 conjugavam as categorias principais: questão social e trabalho de assistente social, articulado com a dimensão política. Esse achado reitera a relevância científica e social do presente estudo. Nas bibliografias analisadas, há 4 grandes tendências de debates para a categoria trabalho de assistentes sociais: função social e os fundamentos do trabalho de assistentes sociais; mediação, como categoria do método em Marx e Instrumentalidade do Serviço Social; desafios e dificuldades no trabalho de assistentes sociais e dimensões e expressões das competências e atribuições profissionais no trabalho de assistentes sociais e sua relação com o cotidiano. Com 3 tendências na categoria dimensão política: o projeto ético-político (sujeitos de construção, arcabouço legal, direcionamento político hegemônico); fatores que desafiam o Serviço Social para a efetivação do trabalho profissional e a possibilidade de materialização do Projeto Ético-Político, com a discussão sobre a conjuntura política pós-golpe de 2016 e as implicações para o projeto ético e político do Serviço Social e componentes imprescindíveis à materialização das competências, desde a formação ao trabalho profissional, na busca pelos resultados idealizados no projeto ético e político (a direção política na formação e trabalho profissional) e o necessário aporte da educação permanente. Para a categoria questão encontrou-se 2 tendências: O Estado e a realidade brasileira nas manifestações da questão social: as respostas do Estado e do Serviço Social, a herança conservadora nas respostas às expressões da questão social e O capital e o mundo do trabalho: o agravamento da questão social. A pesquisa empírica teve recorte geográfico de assistentes sociais do Vale do Rio Pardo/RS. Além disso, utiliza-se questionário online e, posterior,

entrevista presencial, contabilizando a participação de 16 assistentes sociais deste território. O perfil dos/das participantes reitera resultados de pesquisas já realizadas, evidenciando a maioria do sexo feminino, exercendo o trabalho profissional na área da Assistência Social, com vínculo estatutário. O estudo revela a existência de uma cisão entre o que as produções evidenciam como dimensão política do trabalho profissional e como os profissionais a compreendem. Neste sentido, infere-se um possível afastamento do referencial marxista, que direciona a profissão nos processos de mediação necessários para realizar a leitura crítica do sistema capitalista e as refrações da questão social manifestas na vida da classe trabalhadora. Destaca-se a presença de uma redução da dimensão política do trabalho profissional ao partido político e uma fragilização da compreensão do Projeto Ético-Político, o que indica a necessidade de novos estudos e fomento do debate junto à categoria profissional.

PALAVRAS-CHAVES: Dimensão política. Questão Social. Trabalho de assistente social.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the political dimension of the work of social workers and its repercussions in facing the refractions of the social question, in order to collaborate with the strengthening of the social direction of the profession. In times of intense regression of rights and threats to the ethical-political project, the political dimension needs to remain one of the priority agendas of Social Work. The present investigation is characterized as quantitative-qualitative and descriptive-exploratory, based on the dialectical-critical method. This study merged bibliographical and empirical research. The bibliographical research took place through analysis of scientific articles published in *Temporalis* and *Social Service* magazines between 2010 and 2021, totaling 699 articles. The results indicate reduced production in the area in recent years, among which, only 3 combined the main categories: social issue and social worker work, articulated with the political dimension. In the analyzed bibliographies, there are 4 main tendencies of debates for the category of work of social workers: social function and the foundations of the work of social workers; mediation, as a method category in Marx and Instrumentality of Social Work; challenges and difficulties in the work of social workers and dimensions and expressions of skills and professional attributions in the work of social workers and their relationship with everyday life. With 3 trends in the political dimension category: the ethical-political project (subjects of construction, legal framework, hegemonic political direction); factors that challenge Social Work to carry out professional work and the possibility of materializing the Ethical-Political Project, with the discussion on the political situation after the 2016 coup and the implications for the ethical and political project of Social Work and essential components to the materialization of competences, from training to professional work, in the search for idealized results in the ethical and political project (the political direction in training and professional work) and the necessary contribution of permanent education. For the question category, 2 trends were found: The State and the Brazilian reality in the manifestations of the social question: the responses of the State and Social Service, the conservative heritage in the responses to the expressions of the social question and Capital and the world of work: the aggravation of the social question. The empirical research had a geographic focus on social workers from Vale do Rio Pardo/RS. In addition, an online questionnaire is used and, subsequently, a face-to-face interview, with the participation of 16 social workers from this territory. The profile of the participants combines with research already carried out, showing that the majority are female, exercising professional work in the area of Social Assistance, with a statutory bond. The study reveals the existence of a rift between what the productions show as a political dimension of professional work and how professionals understand it. In this sense, a possible departure from the Marxist framework is inferred, which directs the profession in the mediation processes necessary to carry out a critical reading of the capitalist system and the refractions of the social question manifest in the life of the working class. The presence of a reduction of the political dimension of professional work to the political party stands out, which indicates the need for further studies and promotion of debate within the professional category.

Keywords: Political dimension. Social issues. Social worker job.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de Municípios e de Cidades	93
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Sistematização dos descritores principais e variáveis.....	19
Quadro 2- Amostra do quadro de extração dos trechos dos artigos para identificar categorias emergentes.....	23
Quadro 3- Amostra do quadro de agrupamento de categorias emergentes.....	24
Quadro 4- Confluência entre respondentes do questionário e os respondentes das entrevistas sobre participação política e interação com movimentos sociais.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Tabela de sistematização das produções por ano de publicação com 1 descritor ou mais	20
Tabela 2- Tabela de sistematização da quantificação das produções com 2 ou 3 descritores por revista e ano de publicação	21
Tabela 3- Perfil dos participantes da pesquisa	27
Tabela 4- Tabela de tendências de abordagens identificadas nas produções das revistas Serviço Social e Sociedade e Temporalis com levantamento frequencial ...	70
Tabela 5- artigos que apresentam o debate emergente em mais de uma tendência	71
Tabela 6- Tabela das tendências de abordagens identificadas nas produções das revistas serviço social e sociedade e temporalis com levantamento frequencial	83
Tabela 7- Artigos que contribuíram em uma tendência de debate.....	84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA	14
2 NUNCA HOUVE NEUTRALIDADE: O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA	30
2.1 O TRABALHO PARA O SERVIÇO SOCIAL.....	35
2.2 CAPITAL E TRABALHO: A QUESTÃO SOCIAL E O ACIRRAMENTO DE SUAS REFRAÇÕES.....	38
2.3 A CONFORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO: PARTICULARIDADES POLÍTICAS E SOCIAIS.....	44
2.4 TENDÊNCIAS DAS PRODUÇÕES DA ÁREA SOBRE A CATEGORIA QUESTÃO SOCIAL.....	51
3 O ÓBVIO PRECISA SER DITO: A DIMENSÃO POLÍTICA DO TRABALHO PROFISSIONAL E SUA RELAÇÃO COM A DIREÇÃO SOCIAL COLETIVA E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL	58
3.1 TENDÊNCIAS DAS PRODUÇÕES DA ÁREA SOBRE A CATEGORIA TRABALHO DE ASSISTENTE SOCIAL.....	70
3.2 TENDÊNCIAS DAS PRODUÇÕES SOBRE A CATEGORIA DIMENSÃO POLÍTICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS	82
3.3 ELEMENTOS PARA O DEBATE SOBRE A CONFORMAÇÃO DA DIMENSÃO POLÍTICA DO TRABALHO PROFISSIONAL A PARTIR DOS PROFISSIONAIS DO VALE DO RIO PARDO, SEUS DESAFIOS, DIFICULDADES E POTENCIALIDADES	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS.....	106
APÊNDICE A- REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS UTILIZADOS	116
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -TCLE ENTREVISTAS INDIVIDUAIS.....	120
APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA	122
APÊNDICE D- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE QUESTIONÁRIO ON-LINE	123
APÊNDICE E- QUESTIONÁRIO ON-LINE.....	125
APÊNDICE F- LEVANTAMENTO QUANTITATIVO SOBRE AUTORES UTILIZADOS PARA REFERÊNCIA TEÓRICA DA CATEGORIA TRABALHO	128

1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Esta dissertação sistematiza um itinerário formativo vivenciado pela mestranda que culmina com a pesquisa¹ sobre “A dimensão política do trabalho de assistentes sociais do Vale do Rio Pardo e seus rebatimentos no enfrentamento às refrações da questão social”. Pretende-se, com isso, contribuir para o fortalecimento da direção social do trabalho profissional em tempos de intensa regressão de direitos.

No período entre os anos de 2013 e 2014, a pesquisadora cursava a graduação e fez o estágio curricular em Serviço Social na área da saúde. Neste momento, foi possível observar fraturas na identificação e na consolidação da dimensão política do trabalho cotidiano e conseqüentemente do projeto profissional, observou-se reiteradamente a reprodução de discursos como “a teoria é uma, mas a prática é outra” ou “o Serviço Social deve ser neutro”. Por meio dessas falas, notam-se lacunas na identificação do objeto de trabalho e sua relação com a distribuição da riqueza socialmente produzida. Outrossim, a perspectiva apontada empobrece o significado do trabalho profissional e seu alinhamento à matriz marxista para a análise da questão social. Com isso, fragilizam-se os processos de mediação que refletem, diretamente, na qualidade e na potencialidade das respostas inovadoras e as críticas do trabalho profissional.

Já graduada e residente em Saúde Coletiva, durante os anos de 2015 e 2017, se vivenciou o feliz encontro com integrantes de movimentos sociais de luta por acesso à moradia e, também, a possibilidade de participar na construção de conselhos locais de saúde, oportunizando a experiência de participação na militância, que se entende ser, apenas, uma das muitas formas de materializar a dimensão política da profissão.

Nos anos entre 2017 a 2021, o trabalho profissional na política de saúde como servidora pública em um município do Vale do Rio Pardo. Neste município, houve a possibilidade de participar em espaços políticos, espaços em que os temas de luta se coletivizavam e disputavam visibilidade política, como: o controle social (Conselho Municipal de Saúde), os coletivos temáticos (Coletivo Nacional contra o Assédio Moral

¹ Aprovada pelo comitê de ética em pesquisa CAAE – 59203822.3.0000.5334 – de título: A Dimensão Política Do Trabalho De Assistentes Sociais Do Vale Do Rio Pardo E Seus Rebatimentos No Trato Da Questão Social.

no Trabalho) e o Sindicato (Sindicato dos Servidores Municipais). Ao realizar uma análise empírica entre as articulações nesses espaços com as atividades cotidianas de assistentes sociais, percebeu-se, novamente, o velho argumento do senso comum de que “a teoria é boa, mas a prática é outra”, resultando em intervenções desprovidas de senso crítico e uma separação entre o que se estuda e o que se exerce.

A partir das falas expostas, ousa-se inferir que a realidade evidenciava uma fragilização da própria categoria, apartada por processos de opressão e de desagregação, além disso, há um contexto de falta de manifestação da força coletiva de enfrentamento a posicionamentos conservadores e repressores. Levando a indagação sobre o quanto esta fragilização da categoria já demonstrava a diluição da dimensão política do trabalho profissional, tendo em vista sua necessidade para efetivar os processos de coletivização, o que impacta diretamente no trato das refrações da questão social, objeto do trabalho profissional.

Ao longo deste percurso profissional, foi possível acompanhar reiteradas intervenções de cunho conservador que se pautam numa perspectiva assistencialista e/ou voluntarista, que reduz o trabalho a ações fragmentadas e descontínuas. Em outras palavras, indo de encontro ao que se preconiza enquanto direção social, a partir da perspectiva crítica assumida pela categoria, bem como da dimensão ética e política, que deveria balizar a direção do trabalho profissional.

Diante do exposto, a busca pelo debate sobre a dimensão política da profissão e a sua consolidação no trabalho profissional se mostram desafiadores diante da dura realidade vivenciada, ou seja, uma realidade em que o Estado está alinhado aos ditames do capital e aos frenéticos ataques aos direitos dos/das trabalhadores/as, que se encontram imersos na sociabilidade da democracia burguesa brasileira. Em outras palavras, um Estado vergonhosamente descoberto de pudores ao protecionismo do capital. O cenário exposto desafia, portanto, a dimensão política da profissão que se determina nas mediações entre as crises de acumulação do capital e as respostas que o Estado deve dar à classe trabalhadora.

Nesta perspectiva, o enfrentamento ao discurso ideológico, imposto pelo capital, torna-se mais intenso e obscuro. Desse modo, necessita de todo empreendimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do profissional. Acerca disso, Gomes (2013) ressalta que o discurso ideológico atual permeia a “cultura profissional (...) e a todo custo tenta suprimir a perspectiva de classe” (p.107), junto com as possíveis formas de buscar a construção de uma nova

proposta de cultura. Com isso, provoca-se uma fragilização do trabalho profissional nas respostas aos desafios cotidianos.

Percebe-se como trabalhadora(or) assalariada(o) e inserida(o) no precário mundo do trabalho, que a busca pela capacitação e pela educação continuada se apresenta essencial para o desenvolvimento das capacidades de atuação. Sendo assim, o desenvolvimento da pesquisa proporciona o exercício para a construção de habilidades de ampliação do olhar para além do real imediato.

Considerando o exposto, viu-se, no mestrado de Políticas Sociais e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a oportunidade de retorno ao mundo acadêmico no ano de 2021, essencial para suprir lacunas no processo formativo, que, ainda, se apresenta fragilizado na graduação, mesmo considerando o esforço empenhado de discentes e de docentes para que a formação proporcione todos os meios para a efetivação do trabalho profissional.

De modo especial, a linha de pesquisa Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional, a qual inclui o Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Formação e Ética Profissional (GEPETFESS), coordenado pela orientadora Dra. Tatiana Reidel, possibilitou aproximações importantes. Os estudos e o envolvimento com pesquisas e produções realizadas despertaram profunda conexão com as perspectivas e os desejos de estudos da mestranda, assim como a possibilidade do aprofundamento da investigação sobre a configuração da dimensão política do trabalho de assistentes sociais.

Com o objetivo de buscar meios de identificar seus nexos, seus desafios e seus potenciais e, assim, contribuir com o debate sobre o tema na categoria profissional, por meio do desvendamento da realidade e da produção de conhecimento da direção social da profissão, em sua dimensão política, sem desvinculação da ética, aqui evidenciada pela sua compreensão política do trabalho de assistentes sociais.

Neste sentido, o mestrado proporcionou um “alargamento” no horizonte formativo, uma verdadeira luz no caminho, através do adensamento teórico alinhado aos momentos de orientação, estágio docente, integração com os núcleos de pesquisa e todos os processos que se desenvolveram de maneira articulada, evidenciando e fortalecendo o caminho a ser trilhado para aprofundar o tema sobre a dimensão política do trabalho profissional.

A vivência do percurso formativo contribuiu para definição do problema de pesquisa, que se constituiu em: como se configura a dimensão política do trabalho de

assistentes sociais para o enfrentamento às refrações da questão social no Vale do Rio Pardo? Sobre este problema, estruturaram-se as seguintes questões norteadoras:

1. Como é compreendida pela categoria profissional a dimensão política do trabalho de assistentes sociais?
2. Como a produção de conhecimento da área aborda a dimensão política do trabalho profissional?
3. Quais as particularidades do Vale do Rio Pardo/RS que favorecem ou dificultam a mediação da dimensão política do trabalho profissional de assistentes sociais?
4. Como a dimensão política do trabalho de assistentes sociais contribui para o enfrentamento às refrações da questão social no contexto de regressão de direitos?
5. Quais as estratégias identificadas pela categoria para consolidação da dimensão política em seu cotidiano de trabalho?
6. Quais os desafios vivenciados pela categoria profissional para a materialização da dimensão política do trabalho profissional no seu cotidiano de trabalho?

Diante do apresentado, o objetivo geral buscou *analisar como se configura a dimensão política do trabalho de assistentes sociais, a fim de colaborar com o fortalecimento da direção social da profissão*. Com o intuito de buscar responder o problema da pesquisa, estruturaram-se os seguintes questionamentos como objetivos específicos: investigar como as(os) assistentes sociais compreendem a dimensão política do seu trabalho profissional; identificar como a dimensão política fomenta as estratégias de resistência frente às refrações da questão social vivenciadas no contexto atual, com a finalidade de potencializar o trabalho profissional alinhado ao Projeto Ético-Político; elencar os desafios de consolidar a dimensão política no trabalho de assistentes sociais e contribuir com o adensamento do debate acerca da dimensão política do trabalho profissional e sua relação com a direção social coletiva e o projeto ético-político profissional, definidos historicamente pela categoria na relação com a sociedade.

Para identificar como se configura a dimensão política do trabalho de assistentes sociais, suas particularidades e seus desafios de materialização para fins de pensar estratégias de enfrentamento às refrações da questão social, no tecido social, e colaborar para o fortalecimento social da profissão e o processo investigativo, fundamenta-se no pensamento e método em Marx.

O método se alinha ao dialético-crítico materialista, já que a pesquisa é indispensável. Para Lenin (1982, apud Iamamoto, 2018) a qual refere sobre a dialética não ser capaz de fornecer soluções dispensando a pesquisa, “Ela apenas proporciona os meios de as realizarmos com método dando acuidade ao olhar do

pesquisador” (p.207), sem deixar de abstrair que a “contradição dialética é uma inclusão (plena, concreta) dos contraditórios um no outro e, ao mesmo tempo, uma exclusão ativa” (LEFEVBRE, 1991, p. 238). O método dialético-crítico, com a fundamentação no materialismo histórico, proporciona a ultrapassagem do imediatismo e a extração das múltiplas determinações do objeto pesquisado. Sendo assim,

Com perspectiva teleológica, o método dialético-crítico contempla, no processo investigativo, o equilíbrio entre condições subjetivas e objetivas, o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados e interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade (PRATES, 2003, p. 128).

A pesquisa realizada, devido a sua abrangência, constitui-se com caráter de abordagem quanti-qualitativa² e descritivo-exploratório, envolvendo duas grandes etapas: uma de pesquisa bibliográfica, em que para Severino (2007) se entende que o/a pesquisador/a trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos publicados e outra etapa na forma de pesquisa empírica.

A Revista Serviço Social e Sociedade foi definida como banco de dados, uma vez que se trata do periódico mais antigo do Serviço Social brasileiro, conceituado e reconhecido pela categoria como referência na produção de conhecimento e por sua direção crítica. Do mesmo modo, elenca-se a Revista Temporalis, vinculada à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, cuja produção privilegia o debate acerca de temas relacionados diretamente à profissão, incluem-se debates sobre seus fundamentos e a sua relação com o ensino e o trabalho profissional (PRATES, 2010).

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre algumas categorias que se entende como centrais nesta pesquisa, sendo elas: a categoria dimensão política, com as variáveis formação política, projeto ético-político, projeto profissional, cultura profissional, projeto profissional do Serviço Social, formação

² Prates (2003, p. 131) refere que, “Podemos analisar qualitativamente os dados quantitativos a partir da mediação de conteúdos teóricos que ampliam a leitura do seu significado”. Alinha-se ao entendimento que Sampieri (2010, p. 04), pois refere sobre o significado da investigação: “La investigación es un conjunto de procesos sistemáticos, críticos y empíricos que se aplican al estudio de un fenómeno; es dinámica, cambiante y evolutiva”.

política, ação política, política; a categoria trabalho de assistente social. Embora o uso da terminologia trabalho envolva a concepção marxiana adotada como fundamento teórico-metodológico, a partir da intenção de ruptura do Serviço Social brasileiro e, neste estudo, essa seja categoria central, também serão consideradas outras expressões como variáveis, são elas: atuação profissional, prática do Serviço Social, trabalho profissional, exercício profissional. Outra categoria elencada foi a questão social, com as variáveis: expressões da questão social, desigualdades sociais, resistências sociais, lutas sociais (Quadro 1)

Quadro 1- Sistematização dos descritores principais e variáveis

Descritor Principal	Variáveis do Descritor
Dimensão Política	Formação política Projeto Ético-Político Projeto Profissional Cultura profissional Projeto profissional do SS Formação política Ação política Política
Trabalho de Assistente Social	Atuação profissional Intervenção profissional Prática do Serviço Social Trabalho profissional Exercício profissional
Questão Social	Expressões da Questão Social Desigualdades Sociais Resistências Sociais Lutas Sociais

Fonte: Oliveira (2021).

Buscou-se, nas produções dos últimos onze (11) anos, ou seja, de 2010 a 2021, os elementos supracitados. Na busca, obteve-se o total de 42 publicações das Revistas Serviço Social e Sociedade com edição de 359 artigos; e 23 publicações das Revistas Temporalis, com edição de 340 artigos. Totalizaram 699 artigos no período pesquisado e, após aproximação, foram delimitados 204 artigos, considerando o

critério de que contivessem em seu título, resumo ou palavras-chave um dos descritores. Nesta fase, foram separados os artigos que possuíam ao menos 1 dos descritores. Posteriormente, separou-se as produções por ano de publicação para fins de fomento de dados. Dessa forma, foi possível observar um maior aporte de análise (Tabela 1)

Tabela 1- Tabela de sistematização das produções por ano de publicação com 1 descritor ou mais

Descritor: Dimensão Política ou variável		
Descritor: Trabalho do AS ou variável		
Descritor: Questão Social ou variável		
ANO	Serviço Social & Sociedade	Temporalis
2021	08	25
2020	07	08
2019	06	08
2018	06	17
2017	10	12
2016	06	12
2015	03	14
2014	07	08
2013	05	06
2012	03	05
2011	05	09
2010	12	02
Total	78	126
Total de artigos pesquisados na revista serviço social e sociedade: 359		
Total de artigos pesquisados na revista temporalis: 340		
Cômputo total: 699		
Cômputo elencado: 204		

Fonte: Oliveira (2021).

A seguir, foi realizada a sistematização somente dos artigos que apresentavam dois (2) ou mais descritores (Tabela 2). Feito isso, chegou-se ao número de 34 artigos.

Tabela 2- Tabela de sistematização da quantificação das produções com 2 ou 3 descritores por revista e ano de publicação

Serviço Social e Sociedade			Temporalis		
Ano	2 Descritores	3 Descritores	Ano	2 Descritores	3 Descritores
2010	01		2010	01	
2013	01		2011	02	
2014	01	01	2014	01	
2015	01		2015	02	01
2017	03		2016	05	
			2017	04	
			2018	04	
			2019	01	
			2020		01
			2012	04	
Total	08 artigos		Total	26 artigos	

Artigos selecionados: 34

Fonte: Oliveira (2021).

Dos artigos selecionados, ao realizar a leitura mais aprofundada, foram refutadas 3 produções que não contemplaram em seu conteúdo o tema deste estudo. Com isso, a amostra final se limitou a 31 artigos (Apêndice A), sendo 7 da Revista

Serviço Social e Sociedade e 24 da Revista Temporalis, abrangendo os anos de 2010 a 2021 o que reflete a relevância deste periódico no debate da profissão

A partir da pesquisa bibliográfica realizada nas revistas Serviço Social e Sociedade e Temporalis, revistas de relevância para o Serviço Social, percebeu-se uma baixa produção sobre o tema, pois, nos últimos onze anos (2010 a 2021), somando-se um total de 699 artigos, somente 204 artigos apresentavam ao menos um dos descritores principais ou variáveis (Tabela 1). Reduzindo a amostragem (Tabela 2) para os artigos que constassem 2 e 3 descritores, chegou-se ao cômputo de 34 artigos ao longo dos 11 anos. Isso significa que, do universo de 699 produções publicadas, somente em 4.87% se identificavam dois descritores e em 3 produções foram encontrados os 3 descritores principais juntos: trabalho de assistente social; dimensão política; questão social. Com isso, evidencia-se uma diluição do debate sobre a dimensão política que é tão cara ao Serviço Social e que em observação as tendências encontradas, surge de maneira indireta nas produções publicadas, com isso se secundariza o debate da dimensão política.

Outra observação importante foi a identificação de que, em alguns artigos, o debate articulava as três categorias principais elencadas pela pesquisadora, porém como não constavam no título, resumo e palavras-chave, a fim de atentar para o rigor metodológico, os artigos foram descartados. Com essa observação, torna-se de suma importância atentar para a construção desses tópicos principais na confecção dos artigos.

Para a categorização, realizou-se uma leitura flutuante dos artigos e a marcação em cores das categorias de estudo, já apresentadas no quadro 1. Esse tipo de leitura consiste na: “[...] demarcação dos documentos que serão analisados; formulação de hipóteses e objetivos; determinação de indicadores através de trechos (recortes) de textos dos documentos de análise” (BARDIN, 2009, p.121).

Após a leitura mais aprofundada, foram descartadas as marcações que se referiam a outro tipo de informação, como: título, palavras-chaves, referências, etc. Marcados os textos dos artigos somente com os trechos identificados com as categorias que se relacionavam ao estudo, realizou-se a confecção do Quadro 2, a fim de facilitar a extração dos trechos grifados em uma coluna específica, a fim de iniciar a identificação das categorias emergentes.

Quadro 2- Amostra do quadro de extração dos trechos dos artigos para identificar categorias emergentes

EXTRAÇÃO DO TRECHO	CATEGORIA EMERGENTE
<p>1)Intervenção profissional do assistente social e as condições no Suas - Raquel Raichelis – 2010 – N°104 - SSS Acesso https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/10.pdf</p>	
<p>O agravamento da questão social decorrente do processo de reestruturação produtiva e da adoção da programática neoliberal repercute no campo profissional, (p.756)</p>	<p>Impactos da reestruturação produtiva/ programática neoliberal/ repercussões no campo profissional</p>
<p>É resultado de conjunturas e dinâmicas sociopolíticas particulares, que reforçam a estreita vinculação entre a definição e a ampliação dos espaços de trabalho dos assistentes sociais e as manifestações da questão social. (p. 754)</p>	<p>Conjunturas/ dinâmicas sociopolíticas/ definição e ampliação dos espaços de trabalho/</p>
<p>a partir dos anos 1980, marco da construção do projeto de ruptura com o conservadorismo, assiste-se ao agravamento da questão social e suas dramáticas expressões a incidir no cotidiano de vida e trabalho de indivíduos, grupos, famílias, coletividades (p.754)</p>	<p>Ruptura com o conservadorismo/ expressões da questão social no cotidiano/ indivíduos, grupos, famílias, coletividade</p>
<p>As políticas sociais, como mediação fundamental da ação do Estado, viabilizam uma intervenção continuada e estratégica sobre as sequelas da questão social, (p.755)</p>	<p>Políticas sociais/ mediação fundamental/ ação do Estado/intervenção</p>
<p>As respostas do Estado à questão social se realizam por meio de um sem-número de organizações sociais, por meio da fragmentação e setorização das necessidades sociais (p.755)</p>	<p>Estado/ organizações sociais/ fragmentação/ setorização/ necessidades sociais</p>
<p>considerando as formas de enfrentamento do capital às suas crises de acumulação, que aprofundam e agravam as manifestações da questão social. (p.755)</p>	<p>Capital/ crises de acumulação/</p>

Fonte: Oliveira (2022)

Um segundo instrumento (Quadro 3) foi sistematizado para evidenciar o agrupamento das categorias emergentes, a fim de proporcionar a análise propriamente dita.

Quadro 3- Amostra do quadro de agrupamento de categorias emergentes

EMERGENTE	ARTIGOS	AGRUPAMENTO
Impactos da reestruturação produtiva, programática neoliberal, Crises de acumulação, dinâmicas sociopolíticas (1) Modo de produção capitalista/ mudança nas relações sociais (2) Dupla condição interventiva (7) Burguês liberal, Burguês monopólico (16) coesão social (7) Novos padrões de produção (13) Tendência globalizante do potencial destrutivo do capital (13) Estágios concorrencial e monopolista (16) Relações e condições de trabalho dos AS (18) Capitalismo no séc. XXI (25) definição e ampliação dos espaços de trabalho (1) locus de atuação – QS (7) área de educação (18) Equipes de assistência estudantil (18) Ampliação dos espaços sócio-ocupacionais (18) Crise estrutural do capital (5) contraofensiva capitalista às conquistas civilizatórias (5) exploração do trabalho pelo capital (7) processos de flexibilização, precarização e terceirização (12) Grau de exploração do trabalho humano (16) Conjuntura contemporânea (18) Mecanismos de controle das classes populares (15) Relações antagônicas entre capital e trabalho (21) Contratendência política e ideológica (20) Crise capitalista (20) Serviços sociais no capitalismo (15) Função social e política dos serviços sociais (15) Transformações no mundo do trabalho (20) Constitutiva da dinâmica do capital (20) Impactos na força viva de trabalho (20)	1; 2; 4; 5; 7; 10; 12; 13; 16; 17; 18; 20; 25; 28; 29; 30; 31 Soma dos artigos = 17	O capital e o mundo do trabalho: o agravamento da questão social 17 artigos (N=31) 55,5%

Fonte: Oliveira (2022)

Após a separação do material, utilizou-se a revisão narrativa, que é apropriada para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. Trata-se, basicamente, da análise

de literatura, publicada em: livros, artigos de revistas impressos e/ou eletrônicos. Além disso, há a interpretação e a análise crítica pessoal do autor (ROTHER, 2007).

Posteriormente, realizou-se a análise de conteúdo³ para o tratamento dos dados, com similaridade ao trato de dados coletados no questionário e nas entrevistas. Na segunda etapa de investigação, realizou-se uma pesquisa empírica, em que se utilizou o questionário. Dessa forma, foi possível de se fazer a descrição das características dos participantes da pesquisa e, em seguida, desenvolver a entrevista.

Para a identificação da amostra empírica, optou-se por um recorte geográfico específico, foram escolhidos os municípios que integram o Vale do Rio Pardo, localizado na Região Funcional de Planejamento Dois (2), conforme delimitação do Conselho Regional de Desenvolvimento (RIO GRANDE DO SUL, 2015). A região funcional de planejamento, objeto de estudo, criada em 1991, é formada por vinte e três municípios, sendo eles: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

A opção pela delimitação geográfica exposta deveu-se a dois fatores de importância: o primeiro elemento refere-se ao fato de que a pesquisadora esteve, empiricamente, vinculada à política de saúde como trabalhadora de um desses municípios, no período de 2017 até 2021, onde vivenciou inquietações quanto a uma possível fragilidade, no que tange à compreensão do que seria a dimensão política do trabalho de assistentes sociais; o segundo fator considerou que existia uma maior permeabilidade da pesquisadora nesses municípios.

³ Análise de Conteúdo em Bardin (2009), que define, “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (pág.31) e “é ainda dizer não à leitura simples do real” (idem). A autora aponta ainda, sobre as três fases para a utilização desta técnica como sendo: a pré-análise como a etapa em que é organizado o material para a análise, com o objetivo de tornar o material operacional e de sistematizar as ideias. Possui 4 etapas, sendo: “leitura flutuante; demarcação dos documentos que serão analisados; formulação de hipóteses e objetivos; determinação de indicadores através de trechos (recortes) de textos dos documentos de análise” (BARDIN, 2009, p.121). A segunda fase, descrição analítica, é identificada como a exploração dos materiais coletados e no qual se define as categorias, assim como as unidades de registro (BARDIN, 2009). A interpretação inferencial consiste na terceira fase de análise e se caracteriza como o tratamento dos resultados, sendo o momento da análise crítica e reflexiva, momento em se condensa as informações (BARDIN, 2009).

Postas essas considerações, o questionário foi enviado para os (as) assistentes sociais que exercem suas funções nos 23 municípios do Vale do Rio Pardo e que possuem cadastro no Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social (NUCRESS) Vale do Rio Pardo, que somaram-se 40 profissionais, sem restrição de espaço ocupacional, realizada em parceria com NUCRESS Vale do Rio Pardo, por meio da plataforma Google Docs. Dessa forma, foi obtido um número de 09 profissionais respondentes, cujos dados foram analisados e apresentaram o seguinte perfil: 8 mulheres, majoritariamente entre 31 e 40 anos, todos os respondentes identificados como da raça branca, concursados e a maioria vinculada à política de Assistência Social (Tabela A).

Para a entrevista⁴, a seleção ocorreu a partir dos respectivos critérios: exercer a função de assistente social nos municípios delimitados de maior número populacional, ou seja, entre os identificados com a população superior a dez mil habitantes e nos municípios delimitados de menor número populacional, entre os identificados com população inferior a dez mil habitantes; estar vinculado (a) no serviço público municipal, sendo uma representação do serviço público, com vínculo estável, concursado (a) e uma representação do serviço público com outro tipo de contratação (Registro de pagamento autônomo – RPA; contrato temporário; contrato emergencial; Cargos em Comissão – CCs; intermitente; voluntário, etc.) preferencialmente, e estar registrada junto ao NUCRESS Vale do Rio Pardo.

Foram convidadas 8 profissionais para a entrevista. Porém, a amostragem reduziu para 7 entrevistadas, pois houve uma desistência. As profissionais, em sua totalidade mulheres, sendo 6 trabalhadoras na política de Assistência e 1 na saúde. Quanto ao vínculo empregatício, totalizaram 6 concursadas estatutárias e 1 com contrato temporário (Tabela 3).

⁴ entendida como uma técnica em que o investigador se apresenta em estado linear ao investigado na busca de obter dados com a formulação de perguntas iluminada por uma interação social, Gil (2008).

Tabela 3- Perfil dos participantes da pesquisa

	QUESTIONÁRIO	ENTREVISTAS
Idade	5 entre 31 a 40 anos	1 entre 31 e 40 anos
	3 entre 41 a 50 anos	3 entre 41 e 50 anos
	1 entre 51 a 60 anos	3 entre 51 e 60 anos
Raça	Totalidade branca	Totalidade branca
Sexo	8 femininos	Totalidade feminina
	1 masculino	
Ano de Formação	8 entre 2007 a 2016	3 entre 1996 e 2006
	1 entre 1996 a 2006	3 entre 2007 e 2016
		1 após 2017
Tipo de formação	8 presencial	Totalidade no
	1 semipresencial	presencial
Instituição Formadora	6 UNISC 2 ULBRA 1 Anhanguera	Totalidade UNISC
Educação Continuada	7 com especialização	6 com especialização
	1 com mestrado	1 nenhuma
	1 nenhuma	
Tempo de trabalho como assistente social	4 entre 11 e 15 anos	1 + de 20 anos
	3 entre 6 e 10 anos	2 entre 11 e 15 anos
	1 entre 1 e 5 anos	2 entre 6 e 10 anos
		1 entre 1 e 5 anos
Área de trabalho	8 Assistência Social	6 Assistência Social
	1 Saúde	1 Saúde
Vínculo	6 estatutários	6 estatutários
	3 celetistas	1 contrato

Fonte: Oliveira (2023)

Percebe-se que o perfil⁵ dos sujeitos da pesquisa apresenta características que coadunam aos estudos e às pesquisas já produzidos na área do Serviço Social, como na pesquisa “Perfil, Formação e trabalho de Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul”:

Os(as) Assistentes Sociais das regiões adstritas às Seccionais que responderam à pesquisa (2.930) representam 34,45% do total de profissionais ativos(as) vinculados ao CRESS 10ª Região. Estes(as), possuem perfil majoritariamente feminino (93,79%) (...) Além do gênero feminino, pode-se identificar que há concentração de profissionais entre a faixa etária entre 20 e 39 anos, que totaliza 48,5%, de 20-29 anos 12,9%, de 30-39 anos 35,6%, 40-49 anos 25,7% (...) com predomínio da raça branca (82,77%) (REIDEL, CORREA, 2022, p.5).

A partir do exposto, tornam-se visíveis os aspectos similares, principalmente no que se refere ao sexo de predominância feminina, de raça branca. A concentração da faixa etária dos 30 aos 50 anos apresenta uma leve dissonância com a pesquisa ora citada, por não apresentar profissional abaixo dos 30 anos.

No que tange ao processo de formação graduada, neste estudo, o perfil apresenta a maioria dos participantes sendo formada no ensino presencial, por tratar-se da região do Vale do Rio Pardo, a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) desponta como referência majoritária de Instituição formadora. Outro ponto que se alinha aos estudos já efetivados refere-se à educação continuada, a ampla maioria tem especialização e somente 1 profissional com titulação de mestrado. A área da Assistência Social também desponta como principal espaço sócio-ocupacional e o vínculo empregatício majoritariamente estatutário, com a identificação de 1 profissional por contrato.

Pode-se inferir que o perfil apresentado permanece alinhado ao já exaustivamente realizado nas produções da área do Serviço Social. A respeito disso, Iamamoto e Carvalho (2009) expressam as particularidades da predominância feminina na base social inicial da profissão.

Apresentado o percurso metodológico e a composição da amostra, bibliográfica e de campo, a análise dos dados será exposta no decorrer dos capítulos que compõem esta dissertação de mestrado.

⁵ como o número de respondentes do questionário foram muito baixos, existe a possibilidade deste perfil não corresponder a realidade do Vale do Rio Pardo.

No segundo capítulo, evidenciam-se os fundamentos do Serviço Social e a pretensa neutralidade de sua gênese, atrelada à caridade e à moralidade cristã. Esses fatores implicam na imagem da profissão. Com isso, cumpre-se o objetivo de desvincular os condicionantes reais da precarização, imposta pelo sistema capitalista. A visão adotada, neste estudo, entende que há um profundo processo de ressignificação do Serviço Social e o seu alinhamento com a teoria marxiana. Observa-se, com essa parceria, a construção do entendimento sobre conceber o exercício profissional como trabalho. Em sequência, torna-se salutar discutir a categoria trabalho na concepção marxiana, seara que o Serviço Social é signatário.

Outro ponto levantado no capítulo versa sobre a questão social, desde sua gênese ao acirramento de suas refrações e seus movimentos de lutas e enfrentamentos, limitados pelos conflitos entre o capital e o trabalho. Não obstante, as alterações na organização no mundo do trabalho e o advento do neoliberalismo estão presentes, bem como as particularidades políticas e sociais do Estado brasileiro, essencial para analisar as expressões da questão social serão abordados. Encerra-se o capítulo apresentando as principais tendências da área sobre a categoria questão social, encontrada na pesquisa bibliográfica.

No capítulo terceiro, contextualiza-se o assistente social como trabalhador assalariado, a profissão em Serviço Social como uma especialização do trabalho, as dimensões que a constituem, abordando como ênfase sua dimensão política. A matriz teórica marxista, como orientação hegemônica pós Movimento de Reconceituação, culmina na normatização do projeto profissional expresso no Código de Ética, de 1993. O capítulo apresenta a exposição e os debates sobre as tendências da área sobre as categorias Trabalho de assistente social e Dimensão política do trabalho de assistentes sociais, encontradas na pesquisa bibliográfica realizada nas Revistas Serviço Social e Sociedade e Temporalis.

Fecha-se o capítulo com a apresentação da região do Vale do Rio Pardo, lócus da pesquisa empírica, cujos dados coletados e as inferências sobre os mesmos estão apresentadas. Além disso, identificam-se os desafios, as possibilidades de materialização, como se configura a dimensão política do trabalho profissional sob a apreensão dos profissionais que, ali, exercem seu trabalho.

Por fim, encerra-se esta dissertação com as considerações finais, mostram-se os achados do presente estudo e as discussões sobre possibilidades de adensamento da temática enquanto contributo para o Serviço Social e o trabalho profissional.

2 NUNCA HOUVE NEUTRALIDADE: O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Em terras brasileiras, o Serviço Social foi fundado na década de 1930, mais especificamente no ano de 1932⁶, na cidade de São Paulo, com o aporte de teorias desenvolvidas na Europa e ligado à Igreja Católica. Conforme Bulla (2008), buscava-se a profissionalização da prestação do trabalho voluntário, ligado à assistência, para a sua inserção “no processo da divisão social do trabalho, numa fase do desenvolvimento capitalista” (BULLA, 2008, p.03).

Em suma, a profissão surgiu com o propósito político de preservação do sistema capitalista e da ordem social. Além disso, a Igreja Católica buscava seu espaço esvaziado pelo Estado⁷, no movimento temporal do capitalismo, ou seja, atuava com viés ideológico nas relações da classe trabalhadora para a preservação da ordem vigente e apaziguar os conflitos entre o capital e o trabalho.

O Serviço Social distinguia-se da caridade tradicional, pois propunha estabelecer a ação educativa nos trabalhadores e nas suas famílias, pretendia, portanto, atingir os problemas sociais via ações preventivas. Para Yamamoto (2013), o Serviço Social apresentava algo a mais em distinção à assistência pública “que desconhecendo a singularidade e particularidade dos indivíduos, produz respostas

⁶ O primeiro núcleo de Serviço Social brasileiro foi fundado em 1932, em São Paulo, onde se encontrava a maior parte do parque industrial nacional e, logo depois, em 1936, surgiram as primeiras experiências do Rio de Janeiro (LIMA, 1982 apud BULLA, 2008). Aos primeiros assistentes sociais brasileiros coube a tarefa de batalhar pela criação de instituições sociais, organizar e racionalizar a assistência, construir uma profissão e preparar os novos profissionais. Tudo devia ser iniciado e desenvolvido ao mesmo tempo, seguindo um modelo importado do estrangeiro. O que era, aliás, uma das características da sociedade brasileira, historicamente dependente de países hegemônicos, tanto no domínio econômico, como no tecnológico, científico e cultural (BULLA, 2008, p. 04).

⁷ O Estado que vamos debater é o que, para Mascaro (2013) possui sua especificidade vinculada ao capitalismo. Neste Estado, entre o domínio político e econômico existe uma separação o que complexifica a reprodução social, o qual por ocasião, pode parecer conflitante, mas “Somente com o apartamento de uma instância estatal é possível a reprodução capitalista” (pág.17). Este fator possibilita uma construção subjetiva de que o capitalista e o trabalhador são sujeitos de direito sob a proteção de um ente político constituído como pátria. O Estado, como forma específica do tipo de socialização capitalista, nessa rede de interações, entrecruza-se com todas as demais relações sociais e, em face delas, é constituído e se constitui. Se o tecido social capitalista corresponde a específicas dinâmicas econômicas, também está atrelado a necessárias estruturas jurídicas e políticas que lhe são correlatas. Por isso, ao contrário de enxergar no aparato estatal uma autonomia que pareça apartada da sociedade, em verdade o Estado está nela mergulhado, de modo ao mesmo tempo derivado e ativo (MASCARO, 2013, p.63).

não diferenciadas aos problemas sociais” (p.23). Com sua atuação efetuada por entidades privadas ligadas a filantropia e pelo Estado,

[...] o Serviço Social orienta-se para uma individualização da proteção legal, entendida como assistência educativa adaptada aos problemas individuais. Desconhecendo o caráter de classe dos antagonismos sociais, os efeitos desses antagonismos são considerados motivos relevantes para um tratamento socioeducativo da “clientela”, tratamento esse de cunho doutrinário e moralizador, amplamente haurido no senso comum da classe de origem desses profissionais [...] (IAMAMOTO, 2013, p. 23)

Na fase inicial, o Serviço Social era detentor de uma base fundamentada nas vias conservadoras⁸ e moralistas⁹ da sociedade burguesa, vinculada, essencialmente, aos valores cristãos, propondo-se, nas palavras de Iamamoto (2013), “a uma ação organizativa entre a população trabalhadora, dentro da militância católica, contrapondo-se às iniciativas provenientes de lideranças operárias (...)” (p.23).

Entende-se também que respaldada pelas encíclicas papais Rerum Novarum¹⁰ e Quadragésimo Ano¹¹ o direcionamento formativo-político da categoria atende a coesão entre as classes. Considerava-se a questão social como consequência do desajuste do indivíduo a sociedade.

Neste contexto, ainda há uma profunda aversão às ideias comunistas, o que promove fortes marcas na profissão que atravessam 30 anos para, então, iniciar um processo de questionamento aos seus fundamentos.

Nos anos de 1940 a 1955, constituiu-se o intercâmbio com o Serviço Social norte-americano, forjando o chamado arranjo teórico doutrinário que estimula práticas de desenvolvimento de comunidade, pelo método de trabalho de caso, grupo e comunidade e apresentava viés psicologizante. O alinhamento com o Serviço Social

⁸ O Conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista (NETTO, 1984, p.14 apud YAZBECK, 2018). O pensamento conservador é restaurador, preservador, reforça a autoridade moral (YAZBEK, 2018, p. 54).

⁹ Sua origem atende a necessidades práticas de regulamentação do comportamento dos indivíduos, cumprindo uma função social no processo de reprodução das relações sociais: contribui para a formação dos costumes que se estruturam pelo hábito, orientando a conduta dos indivíduos, em termos de normas e deveres (BARROCO, 2009, p. 171).

¹⁰ Encíclica Papal promulgada em 15 de maio de 1891 pelo Papa Leão XVIII. Ver mais em: <https://lume-re-demonstracao.ufrgs.br/servico/rerum.php>

¹¹ Encíclica Papal promulgada em 15 de maio de 1931. 40 anos após a Rerum Novarum pelo Papa Pio XI. Ver mais em: <https://lume-re-demonstracao.ufrgs.br/servico/anno.php>

norte-americano de corrente teórica funcionalista que se funde com o ideário católico europeu anterior.

Mesmo que, nos anos de 1950, já havia frações que questionavam sobre a prática profissional ajustadora, não se formou massa suficiente para incidir na mudança (IAMAMOTO, 2013).

Na leitura de Yazbek (2009), nas décadas de 1960 e 1970, o Serviço Social se aproximou da teoria social de Marx, aliado aos movimentos de lutas no enfrentamento às adversidades impostas aos países da América Latina pela expansão capitalista mundial. O que para Closs (2017) aponta que para o Serviço Social brasileiro a influência de Paulo Freire que debatia a participação em contraponto as práticas do desenvolvimento de comunidade norte-americano, favoreceu o dialogo crítico da categoria.

Para Yazbek (2009), a intenção de ruptura, devido à conjuntura nacional de regime ditatorial, não oferece meios fidedignos para o avanço na produção teórica, ou seja, permanece em construção até a década de 1970. Em contrapartida, diante das impossibilidades da realidade repressiva, no ano de 1974, foi criado o Centro Latino-Americano de Trabalho Social¹² (CELATS), organismo acadêmico da Asociación Latino-americana de Escuelas de Trabajo Social¹³ (ALAETS), que apresentou importante marca para a permanência dos debates e dos trabalhos investigativos na América Latina.

¹² Com o objetivo de concretizar iniciativas voltadas à construção de um Serviço Social coerente com as exigências históricas, da realidade latino-americana, o CELATS implementa programas de atuação teórico-práticos, a partir de três grandes áreas: Investigação, Capacitação Continuada e Comunicação. Esta última coordenava a política editorial e a difusão de publicações desenvolvidas no Centro: desde a Revista Acción Crítica e os Cuadernos Celats, até livros, produtos de suas investigações. Com isso, foi-se construindo um grande acervo sobre o Serviço Social Latino Americano. Na área de Capacitação Continuada, fomentou-se, de modo constante, o aperfeiçoamento profissional, por meio de atividades de aprofundamento teórico, de especialização, de formação para docência com atividades em Escolas de Serviço Social e encontros nacionais de capacitação continuada. Destaca-se ainda a fundação do primeiro Mestrado Latino-americano em Serviço Social, a partir de um convênio entre CELATS e a Universidade Autônoma de Honduras, em 1978. Na Investigação – área de interesse deste artigo –, enfrentou-se a debilitada trajetória que a profissão apresentava nos processos investigativos, com o objetivo de criar uma massa crítica para o exercício profissional, desenvolvendo linhas articuladas de pesquisa voltadas ao conhecimento de setores populares, ao papel das políticas públicas, à realidade institucional na qual opera o Serviço Social e seu perfil profissional (REIS, MAIO, 2018, p.04;05).

¹³ Criada na órbita da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1946. A partir de 1971, sob a liderança de Luis Araneda, a ALAETS, recém desvinculada da Organização dos Estados Americanos (OEA), passa a atuar na busca de um Trabajo Social genuinamente inscrito nos dilemas da América Latina e do Caribe. Propõe-se a contribuir no aperfeiçoamento docente e no intercâmbio entre as unidades de ensino de Serviço Social, no impulso ao movimento de reconceituação do Serviço Social e em seus desdobramentos, como objetivo central (REIS, MAIO, 2018, p.04).

A fase de questionamento aos seus referenciais que incidem diretamente nos fundamentos e na direção social da profissão, o Serviço Social latino-americano inaugura o chamado de Movimento de Reconceituação e se observa na América Latina, entre os períodos de 1965 a 1975, lutas sociais que,

[...]se refrataram na Universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, dentre outras expressões. Ele expressa um amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais. Mas sua unidade assentava-se na busca de construção de um Serviço Social latino-americano: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. Denunciava-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades aprisionadas em micro espaços sociais e a debilidade teórica no universo profissional (IAMAMOTO, 2010, p. 211-212).

No estudo de Netto (1994) o Movimento de Reconceituação propicia o surgimento de vertentes de análise distintas, sendo: a modernizadora identificada nos documentos de Araxá e Teresópolis, ancorada na matriz positivista, direcionada à eficiência e à eficácia na produção do conhecimento e, principalmente, à intervenção profissional; a vertente fenomenológica que, para o autor, trata-se de uma reatualização do conservadorismo expressos nos documentos dos colóquios de 1978 e 1984 de Sumaré e Alto da Boa Vista

A Universidade Católica de Minas Gerais foi protagonista na crítica ao conservadorismo na direção da profissão – crítica ao Serviço Social tradicional – que se materializa na construção de um ideário teórico-metodológico de formação e trabalho profissional.

Materializado no método BH, que evidenciava outra perspectiva de intervenção, na qual em Netto (2005) enfatizava a ruptura com o Serviço Social conservador e abordava uma suposta neutralidade na dimensão teórica-metodológica e mesmo com leitura equivocada do marxismo, possui importância na contribuição de repensar a profissão dentro de uma conjuntura repressiva.

Assim sendo, o Movimento de Reconceituação fomenta a construção de uma via fundamental no Serviço Social rumo à “intenção de ruptura”, ademais avança na direção de superar o endogenismo da profissão, “parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes” (IAMAMOTO, 2013, p.42).

No ano de 1979 é realizado o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como o Congresso da Virada, o que para Bravo (2009) significou um marco histórico na profissão e alterando de forma significativa a organização política-profissional.

Neste processo, foi necessário que o profissional de Serviço Social compreendesse as implicações e o peso político de sua ação. Percebe-se, nesta linha de construção, que o Serviço Social, em suas origens, evidenciava alinhamento ao bloco dominante e de bases conservadoras. Por isso, a virada à esquerda, teórica e politicamente, apresenta-se como o mais representativo processo de ruptura.

Portanto, o Serviço Social elege patamares éticos e políticos de seu projeto profissional, expressados nos movimentos de luta no processo de democratização brasileira, com forte presença política na vida social e organização da categoria.

Seguindo em direção aos anos 1980, no qual a influência de pensadores como Antonio Gramsci e Georgy Lukács se torna marco fundamental na orientação à tradição marxista. Desse modo, supera-se a estrutura funcionalista de Althusser e a fenomenologia (SIMIONATTO, 2018). No final dos anos de 1980 e início de 1990, o Serviço Social alcança sua cordura e passa a apresentar condições propícias para a ruptura com o conservadorismo. Porém, conforme Netto (1996), a herança conservadora ainda se encontra presente no interior da categoria, pois é constitutiva das relações sociais e profissionais.

Apoiado em produções de vanguarda, como as de Marilda Yamamoto, o Serviço Social construiu um novo projeto profissional de viés crítico no trato teórico-metodológico e ético-político, fruto de sua incorporação à tradição marxista, o que altera, de forma profunda, a matriz teórica da profissão. Reformulou o código de Ética, em 1986, sendo o marco no rompimento com os códigos conservadores anteriores, mas que, ainda permanecendo lacunas no compromisso político da categoria com as classes subalternas e o rompimento com a neutralidade a serem preenchidas, em 1993, o Código é revisto após o amadurecimento da categoria e acúmulo teórico, e passa a incorporar a centralidade do trabalho nas relações entre os homens.

Não obstante, pode-se afirmar a relevância da matriz teórica elencada pelo Serviço Social com aporte no marxismo. A partir disso, foi possível que a profissão se

entendesse como classe trabalhadora e condiserar ao fazer cotidiano o status de trabalho¹⁴ e, não, de prática profissional.

Com a filiação teórico-metodológica marxista, compreende-se a necessidade de refletir sobre qual é a concepção de trabalho que norteia, hegemonicamente o Serviço Social brasileiro após sua renovação crítica.

2.1 O TRABALHO PARA O SERVIÇO SOCIAL

A categoria trabalho, para Marx (2013), associa-se ao câmbio entre o homem e a natureza, trata-se de um processo realizado pelo próprio homem, por sua ação. Nele, ocorre a mediação, a regulação e o controle de seu metabolismo em relação à natureza. Dessa forma, explicita-se o sentido ontológico do trabalho, que independe da determinação da forma social¹⁵. O trabalho é o fundamento para a constituição do homem como ser social¹⁶, deixando de ser conduzido pela natureza para se tornar um ser pensante e transformador da natureza (AMARAL, 2014).

No processo do trabalho, diferente das formas instintivas, para além do esforço dos membros que trabalham, a atividade exige a vontade orientada a um fim, ou seja, um resultado que antecipadamente existia na mente, o que se entende, como a teleologia do trabalho.

[...] Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de

¹⁴ (...) não existe um processo de trabalho do Serviço Social, visto que o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador. Assim, quando lamamoto (2008) fala de “prática” do assistente social ela está considerando o contexto sócio-histórico em que se insere o Serviço Social como um condicionante externo profissão. E isso é o que a autora chama de visão endógena da profissão, onde o contexto social, histórico, cultural e político não é considerado como algo inerente para a atuação do assistente social. Tal visão, segundo autora, deve ser ultrapassada, pois só se pode compreender o surgimento, emergência e necessidade do trabalho e intervenção do Serviço Social em um dado contexto sócio-histórico: o contexto do capitalismo e suas consequências (PEREIRA, 2015, p.2). Existe, sim, um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado. (IAMAMOTO, 2010, p.429).

¹⁵ [...] é o que distingue as épocas econômicas [...] condições sociais nas quais se trabalha [...] o processo de trabalho conta, em sentido lato, entre seus meios com todas as condições objetivas que são exigidas para que o processo se realize (MARX, 2013, p. 299).

¹⁶ O surgimento do ser social foi o resultado de um processo mensurável numa escala de milhares de anos. Através dele, uma espécie natural, sem deixar de participar da natureza, transformou-se, através do trabalho, em algo diverso da natureza - mas essa transformação deveu-se a sua própria atividade, o trabalho: foi mediante o trabalho que os membros dessa espécie se tornaram seres que, a partir de uma base natural (seu corpo, suas pulsões, seu metabolismo etc.) desenvolveram características e traços que os distinguem da natureza (NETTO, BRAZ, 2006, p.37).

suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente (MARX, 2014, p. 298).

Sendo assim, o trabalho é uma atividade essencialmente humana, pois se apresenta previamente no plano das ideias, conduz a uma ação, que leva a um fim já previamente estabelecido. Para além de uma atividade essencialmente humana, é uma atividade coletiva, ou seja, o sujeito não é isolado, mas um coletivo, uma vinculação entre membros. O trabalho, portanto, rompe com o gregarismo das raízes naturais, passa a ter um caráter coletivo, o social.

Através das lentes do materialismo histórico¹⁷, inicialmente desenvolvido por Marx e Engels, na obra *Ideologia Alemã*, é possível tecer críticas ao pensamento idealista de Hegel, bem como situar o movimento da história vinculada ao processo de produção da vida material. Na obra *O Capital*, Marx e Engels apresentam as determinações que o modo de produção capitalista exerce sobre o trabalho, que Amaral (2014) apresenta como “em um momento histórico, particular, sobre as bases da propriedade privada, surge o modo de produção capitalista e com ele o trabalho assalariado” (p.03), isto é, o trabalhador passa a produzir para o Capital.

No capitalismo, a produção e a reprodução dos meios de produção compõem o processo de reprodução das relações sociais. “Todo o espaço ocupado pelo capital transforma-se em espaços de poder” (IAMAMOTO, 2010, p. 50), funcionando como formas de extração do trabalho excedente, trabalhar além do que necessita, produzir mais-valia que representa a grande diferença entre o valor que é produzido pelo trabalho e o salário pago para o trabalhador.

¹⁷ Nesta percepção de mundo a história humana, como as operações da natureza, são governadas pela lei científica, rejeitando as interpretações religiosas, tanto da natureza como da história. O mundo é entendido e mudado racionalmente. Também é necessário que os homens compreendam o significado da história e suas leis. Os fatores econômicos e tecnológicos - o modo pelo qual os bens são produzidos e a riqueza distribuída - são as forças que movem a história e constituem a base de toda a cultura: política, lei, religião, moral e filosofia. A tecnologia material - os métodos de cultivo da terra e os instrumentos para a fabricação de bens de consumo - determina os arranjos sociais e políticos da sociedade e as perspectivas intelectuais. A revolução Francesa para Marx, foi um exemplo clássico desse pensamento, cujos líderes, os burgueses, atacaram os remanescentes feudais e promoveram a livre competição, a expansão comercial e transferiram o poder da aristocracia proprietária de terras para os poderosos das finanças e das indústrias. Para Marx, essa mudança era necessária porque as bases econômicas da sociedade tinham sido radicalmente alteradas desde o feudalismo medieval (CAMPOS, 2005, p.341).

O espaço de produção da mais-valia penetra a vida individual e coletiva dos sujeitos e, organicamente, desenvolve as contradições sociais entre a burguesia e o proletariado.

[...] o regime capitalista de produção é um processo de produção das condições materiais da vida humana que satisfaz “necessidades sociais do estômago ou da fantasia” e se desenvolve sob relações sociais de produção específicas. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e as formas sociais através das quais se expressam. [...] uma indissociável relação entre a produção de bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada [...] a totalidade das relações entre os homens em uma sociedade historicamente particular, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social (IAMAMOTO, 2010, p.55).

Neste íterim, são estabelecidos o trabalho produtivo e o improdutivo¹⁸. O produtivo é considerado, “do ponto de vista do capital e não do ponto de vista do trabalhador” (IAMAMOTO, 2010, p.78), necessariamente como forma do capital se autovalorizar.

Assim, o trabalho produtivo é o que se troca por dinheiro enquanto capital – ou, mais concisamente, troca-se diretamente por capital -, isto é, por dinheiro que está destinado a enfrentar, como capital, a força de trabalho. Para o trabalhador, o trabalho produtivo limita-se a reproduzir o valor previamente definido da força de trabalho (IAMAMOTO, 2010, p.75).

A valorização do valor é a natureza do Capital, ou seja, a eterna busca pela condição de extração de mais-valia e de valorização. Em outras palavras, o trabalhador vende sua força de trabalho para sobreviver. Sendo assim, não leva nada consigo ao final de sua jornada, mas o capitalista tem seu capital acrescido do trabalho não pago. “O capital não só reproduz capital: produz uma massa de força de trabalho sempre crescente, única substância que, ao ser transformada em trabalho, lhe permite funcionar como capital” (IAMAMOTO, 2010, p. 66).

O trabalhador, subjugado pelo processo de valorização, não percebe a condição de alienação em sua relação de vendedor de força de trabalho, mas não de seu trabalho, de sua força criadora (IAMAMOTO, 2010). Portanto, na teoria marxista,

¹⁸O debate sobre a produtividade do capital – trabalho produtivo e improdutivo – é da maior importância para elucidar o significado do trabalho assalariado na sociedade presente, oferecendo as balizas fundamentais para, com fidelidade ao movimento da história e às transformações ocorridas na expansão monopolista do capital, elucidar as transformações operadas no trabalho e na sociabilidade sob o comando do capital financeiro. Permite explicar a origem da mais-valia no movimento do capital total, assim como o papel do trabalho sob uma forma social específica, o trabalho assalariado subordinado ao capital, na criação do trabalho excedente, que assume as formas de lucro, renda fundiária e juro (IAMAMOTO, 2010, p.88, 89). Ver debate completo na obra “Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social da autora referenciada.

o distanciamento entre trabalho e produto final promove a materialização do trabalho excedente, apartado do trabalho necessário, o que se chama de alienação. A alienação, neste cenário, é o cerne principal que viabiliza a extração da mais-valia.

Analisa-se que o Serviço Social, com sua filiação dialética crítica ao método de Marx, ao eleger o trabalho como categoria central, situa como seu objeto de intervenção a Questão Social, por meio de suas múltiplas refrações. Por isso, na seção seguinte, aborda-se a questão social e sua relação com o trabalho.

2.2 CAPITAL E TRABALHO: A QUESTÃO SOCIAL E O ACIRRAMENTO DE SUAS REFRAÇÕES

Conforme Campos (2005), a industrialização fez nascer um novo mundo, o do individualismo. Com o fim do trabalho em família, do mundo fabril, os artesãos desapareceram, impossibilitados de competir com as produções mais baratas das fábricas. Dessa forma, iniciam-se tempos de uma nova pobreza, advinda dos trabalhadores que migravam para as cidades para trabalhar nas fábricas. Este trabalho era eivado de processos degradantes, como as jornadas de trabalho extenuantes de quase quinze horas (CAMPOS, 2005).

O acirramento do pauperismo é “fruto da primeira etapa de industrialização na Europa Ocidental [...] que atingia em larga escala a população trabalhadora no contexto da emergência do capitalismo urbano-industrial” (RAICHELIS, 2006, p.14). Diante dessa situação, para Netto (2001) é, então, cunhado um novo termo para referenciar o pauperismo, a questão social.

A questão social não é somente a pobreza, pois não é fruto da escassez, mas de uma sociedade que aumenta a capacidade de produzir riqueza e que, antagonicamente, também aumenta os níveis de pobreza¹⁹. Trata-se, portanto, do

¹⁹ As expressões na área da saúde são exemplos destas relações. A partir da Revolução Industrial, cidades e áreas industriais cresceram rapidamente. E sem planejamento. Com carências do mais elementar equipamento sanitário em termos de abastecimento de água, de esgoto, de coleta de lixo e de higiene de habitação. (...) As epidemias, principalmente de doenças veiculadas por via hídrica, ressurgiram; o cólera reconquistou a Europa em 1831. (...) As classes média e alta não sofriam os efeitos desta situação, porque a urbanização implicava o relativo isolamento das classes trabalhadoras nos bolsões de miséria das grandes cidades. Só após 1845, quando os surtos epidêmicos começaram a atingir também os ricos e as massas desesperadas ameaçavam com a revolução, providências foram adotadas. Assim, a investigação sobre o cólera – que parecia uma doença dos pobres, dos habitantes dos bairros miseráveis – só ocorreu depois que o surto de 1848 atingiu os moradores do aristocrático Albion Terrace (SCLIAR, 1987, p.72)

resultado de uma relação de exploração e de apropriação de mais valia²⁰. Com isso, oferece suporte adequado para que a relação capital e trabalho resulte em desigualdade.

Devido aos apontamentos supracitadas, a questão social se torna resistência, como é o caso dos movimentos ludita²¹ e cartista²². Nas palavras de Campos (2005), essas mobilizações inauguraram uma importante discussão na sociedade industrial sobre a relação dos homens com as máquinas e os primórdios do socialismo. Além disso, a questão social aprofunda-se e se ressignifica ao longo da história, adquire particularidades e contornos derivados da luta de classes e que,

(...) condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural — enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho —, a questão social atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos (IAMAMOTO, 2018, p. 72).

As transformações sociopolíticas na expansão capitalista, no pós Segunda Guerra Mundial, advindas do processo de intervenção do Estado no trato da questão social, estão diretamente ligadas às lutas sociais que trouxeram a questão social para

²⁰ Conceito central da teoria de Marx. De acordo com a teoria marxista, por não deter os meios de produção, o proletário é levado a vender sua força de trabalho ao capitalista, para poder garantir sua subsistência. Dessa maneira, a própria força de trabalho/mão de obra torna-se uma **mercadoria**, à medida que será vendida em troca de dinheiro (salário). Esse processo é descrito por Marx por meio da equação **$D - M - D'$** (Dinheiro [D] é utilizado para produzir uma mercadoria [M], que será vendida em troca de mais dinheiro [D']). Essa equação representa a lógica capitalista de produção para acumulação de capital. A mais valia representa a **disparidade entre o salário pago e o valor produzido pelo trabalho**. Dessa maneira, ela pode ser entendida como o trabalho não pago, ou seja, são horas que o trabalhador cumpre/valor que ele gera pelos quais ele não é remunerado (MORAES, 2019).

²¹ Na primeira fase da industrialização, onde a situação dos operários era precária e o pauperismo se avolumava, os operários passaram a questionar - se as máquinas podiam produzir tanta riqueza e tantos produtos, porque havia tantas pessoas pobres? - Ned Ludd (homem cuja existência muitos duvidam), considerando que as máquinas eram responsáveis pelo sofrimento das pessoas, quebrou o tear de seu patrão. Ludd acabou emprestando seu nome a um movimento, os luditas, que sabotavam as novas máquinas. [...] O Estado inglês reagiu, condenando 13 de seus líderes à morte (CAMPOS, 2005, p. 308).

²² Para o movimento cartista, a questão era: se o Parlamento, que faz as leis, era controlado pela burguesia, as leis e ações do Estado só seriam favoráveis a ela. A partir das *trade unions*, primeiros sindicatos de trabalhadores, o movimento elaborou em 1838 a chamada Carta do povo, reivindicando sufrágio universal secreto, limitação dos mandatos e elegibilidade de não-proprietários, ou seja, o direito dos operários de participarem do Parlamento. Foi o primeiro movimento político operário na Inglaterra (CAMPOS, 2005, p. 308).

a arena política e pública e que reverberam na nova organização do mundo do trabalho. Além disso,

É importante observar que foram as lutas sociais que transformaram a questão social em uma questão política e pública, exigindo a intervenção do Estado no reconhecimento de novos sujeitos sociais como portadores de direitos e deveres [...] Chamar atenção que é fruto das lutas sociais que transformam a Questão Social em questão política e pública, transitando do domínio privado das relações entre capital e trabalho para a esfera pública, exigindo a intervenção do Estado no reconhecimento de novos sujeitos sociais como portadores de direitos e deveres, e na viabilização do acesso a bens e serviços públicos pelas políticas sociais (RAICHELIS, 2006, p. 15).

O professor Luís Miguel²³ cita um importante aporte para esclarecimento do processo citado, trata-se da politização. Ao referir que o movimento operário politiza as relações de trabalho, que eram de interesse da burguesia, sobretudo em manter sua condição de contratos privados.

Nesse bojo, diversos movimentos foram politizados, por exemplo: a luta do movimento feminista politizou a esfera doméstica, esfera que, tradicionalmente, era inquestionável; a politização das causas ambientalistas também demarca a inserção da relação homem x natureza para a arena pública.

Os processos de ampliação das fronteiras da política, são, então, os que se afirmam como batalhas políticas essenciais, mas não estão postos como causa ganha, sendo necessária, portanto, a luta constante para mantê-los. Em outras palavras, trata-se de uma disputa entre os projetos emancipatórios e os seus oponentes, que, através do senso comum, “reduz a política aos espaços institucionais, aos poderes constitucionais e aos partidos políticos, obscurecendo o conflito capital/trabalho” (MIGUEL, 2018, p.1).

²³ Luís Felipe Miguel é professor de Ciência Política da UNB, e autor de *Democracia e resistência: desafios para uma política emancipatória* (BOITEMPO, 2018) e, em conjunto com Flávia Biroli, *Feminismo e política: uma introdução* (BOITEMPO, 2014), entre outros. Discute importante destaque sobre “A ciência política nasceu nos Estados Unidos e se expandiu pelo mundo reproduzindo essa matriz. Desde o começo, privilegiou um foco estrito nas instituições formais, desconectadas do ambiente social em que se encontram. Foi marcada também por um apreço desmedido por modelos formais e extraiu-os em geral da economia neoclássica. Muitos de seus modelos mais influentes retiram dos agentes seu caráter de produtos históricos e patrocinam o fetichismo da empiria. Como resultado, em grande parte da ciência política sobrevive uma epistemologia ingênua, marcada pelo positivismo, o que explica o destaque de percepções bizarras, como a “teoria da escolha racional”, que projeta agentes políticos num vácuo histórico e social. Nesse registro, as abordagens comprometidas com a transformação do mundo são descartadas como “parciais”, mas são admitidas como “neutras” aquelas que aceitam o mundo tal como está e projetam sua permanência incontestada. Nada mais longe da tradição inaugurada por Marx”(...) “A separação entre economia e política é entendida melhor como sendo fruto de um trabalho ideológico primário, cujo resultado principal é fazer com que os problemas da exploração e da dominação deixem de ser entendidos como políticos e se tornem “econômicos”. (MIGUEL, 2018).

Marx (2009) discute que a política não se trata de uma esfera neutra. Sendo assim, mediante os conflitos econômicos e sociais, o Estado sempre estará em lado determinado na luta de classes. A política²⁴ será, justamente, a luta de uma determinada classe pelo poder. Apesar de ser o único consenso, é importante não reduzir o conceito de política, pois trata-se de tema complexo,

(...) ela é o processo pelo qual se obtém acesso ao exercício do poder e, por meio dele, à organização da vida coletiva numa determinada sociedade. O essencial é defini-la como “processo”, não como um espaço social predefinido. Com isso, entende-se que seus limites não são fixos e que inserir – ou não – um campo de questões no âmbito da política já é a primeira grande disputa política. O insulamento da política nas suas manifestações institucionais hoje reconhecidas, tal como produzido pela maior parte da ciência política, é uma forma de reificação de um processo histórico, que o despe de sua dinâmica e reduz nossa capacidade de interpretá-lo (MIGUEL, 2018, p.1).

O autor reforça, também, ser fundamental, para além das políticas institucionais, politizar os fenômenos sociais ou analisar os fenômenos que se fazem presentes na dominação social da sociedade capitalista, ligados diretamente ao mundo do trabalho.

Após o período da primeira industrialização, novos contornos ao trabalho e ao trato da questão social foram se desenhando, sendo as políticas sociais a principal resposta do Estado para atender a conciliação entre capital e trabalho, movimento impossível de realização, tendo em vista que o sistema capitalista é propagador de desigualdades, ou seja, este é o seu metabolismo necessário.

O capital é uma relação social de apropriação privada por determinados grupos sociais, tanto das riquezas naturais quanto da riqueza produzida, usando sempre a exploração da classe trabalhadora. Portanto,

(...) O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital; sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira, conservando-se o segundo (NETTO, 2001, p. 45).

²⁴ A forma política do capitalismo é o Estado. A localização do fenômeno político no todo social capitalista esparrama-se por uma geografia complexa. O Estado é atravessado por condições políticas variadas. Sua administração apresenta, muitas vezes, horizontes conflituosos no que tange às suas diretrizes últimas. Capital e trabalho se fazem representar, ambos dentro do Estado e nos aparatos que lhe são próximos. Não há poder político totalmente indiferente aos trabalhadores, mas tampouco há aquele que lhe possa ser estruturalmente libertador, porque não há poder político indiferente ao capital (MASCARO, 2013, p.63).

Ademais, assume uma forma de produção em seu estágio de desenvolvimento, com o Fordismo e o Taylorismo, no início do século XX, como modelo de produção e de gestão, o que ocasionou profundas alterações na forma de organização da produção (PINTO, 2010). O modelo de produção implementa a divisão e o parcelamento de tarefas, a partir da linha de montagem. Com isso, ocorre o aumento do controle sobre os trabalhadores, bem como altera-se o entendimento do trabalhador sobre o processo de produção. Em outras palavras, as “máquinas passaram a controlar o ritmo de trabalho e as habilidades profissionais não tinham mais valor” (PINTO, 2010, p. 01). Sendo assim, resta ao trabalhador, apenas, vender sua força de trabalho.

O sistema de trabalho supracitado fez com que se produzisse mais em menor tempo. Desse modo, exacerba-se o consumo em massa e chega-se a um limite estrutural, isto é, instaura-se a propagação da ideologia do consumismo, dado que se constroem profundas transformações na sociabilidade, nos comportamentos, nas formas de vida, na moral²⁵.

A organização da forma da produção altera e reconfigura a idealização de políticas sociais que respondem às alterações nas formas em que se apresentam as refrações da Questão Social que rebatem na vida do trabalhador. Na fase fordista/taylorista tem-se um clássico exemplo. Surge uma importante organização internacional, ligada às classes dominantes, nasce o Banco Mundial²⁶, que impactará,

²⁵ Na cotidianidade, a moral tende a se objetivar de modo alienado, reproduzindo julgamentos de valor baseados em juízos provisórios, respondendo às necessidades mais imediatas e superficiais da singularidade individual. Ao repetir comportamentos orientados por estereótipos e preconceitos, o indivíduo se empobrece moralmente, abrindo caminho para o moralismo e para a adesão acrítica ao ethos dominante [...] A moral é histórica e mutável: são os homens que criam as normas e os valores, mas a autonomia dos indivíduos em face das escolhas morais é relativa às condições de cada contexto histórico. Mesmo nas sociedades onde ainda não existe o domínio de classe, a coesão em torno de um único código de valor não significa a inexistência de tensões [...] Na sociedade burguesa, a moral desempenha uma função ideológica: ainda que não diretamente, mas através de mediações complexas, reproduz os interesses de classe, contribuindo para o controle social, através da difusão de valores que visam a adequação dos indivíduos ao ethos dominante. (BARROCO, 2009, p. 172-173).

²⁶ Nascido sobre os “escombros” da segunda guerra mundial, o Banco teve sua criação condicionada a dois objetivos básicos: apoiar financeiramente os Estados Unidos na reconstrução da Europa e Japão e conter o avanço Comunista, em ambos os casos oferecendo ajuda para o desenvolvimento dos países não alinhados. Ao BM coube, ao longo das décadas, construir uma autoimagem de neutralidade e cientificidade, com o objetivo de ampliar seu arco de influência global, fortalecendo sua atuação como um agente capaz de impor, por caminhos distintos, regulamentações políticas e econômicas sobre os Estados[...]Grupo Banco Mundial (GBM) é formado pelas seguintes entidades: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), Corporação Financeira Internacional (CFI), Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI), Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI), Instituto de Desenvolvimento Econômico (IDE), renomeado de Instituto do Banco Mundial (IBM), e Painel de

diretamente, nas regras dos países dependentes sobre a conformação e a edição de políticas sociais, ou seja, nas mínimas respostas do Estado às refrações da Questão Social. Os impactos ecoam no tempo até os dias atuais.

Em substituição ao modelo anterior, nos anos de 1960, o modelo Toyotista²⁷, chamado de Acumulação Flexível ou Pós-Fordismo, espalha-se por diversas regiões do mundo (PINTO, 2010). Contudo, somente, nos anos 1970, globaliza-se após o momento de financeirização da economia. À época, os investimentos migram para o setor financeiro, como: fundos de pensão, títulos da dívida pública etc. Motivo pelo qual não havia mais necessidade de produção e estoque.

O alinhamento do sistema capitalista ao ideário neoliberal ganha espaço e se fortalece com a crise do petróleo em 1973²⁸. Com isso, intensifica-se a exploração e se acirra a luta de classe. A lógica neoliberal dispõe de uma característica muito peculiar de extremo desprezo pelo Estado de Bem-Estar Social e as políticas sociais. Para a ótica neoliberal, tais políticas são entendidas como parasitárias, além de agregar um dos mais truculentos ataques ao comunismo. Dito de outra maneira, essa irmandade defende um Estado forte para quebrar a força sindical. Além disso, é fraco na direção das políticas sociais e, totalmente, apático para as intervenções econômicas (HOUTET; PAULET, 2002). Em consequência, forja o Estado mínimo, que, nas palavras de Netto (1993), refere-se como o mínimo para os trabalhadores e o máximo para o capital.

Inspeção. Neste texto, estamos considerando como “Banco Mundial” a atuação em conjunto do BIRD e a AID, que é braço do BM para a ajuda internacional ao desenvolvimento. Elas mantêm estreita articulação com o conjunto do GBM, à exceção, em parte, do Painel de Inspeção. (LOPES NETO, 2021, p.15).

²⁷ Como resposta ao exaurimento do padrão de produção fordista/taylorista, o capital iniciou um processo de reorganização de seu sistema econômico, ideológico e político de dominação. O modelo toyotista foi desenvolvido pelo engenheiro Taichi Ohno quando da tentativa de adaptar o fordismo às peculiaridades da produção japonesa de carros na indústria Toyota, ainda nos anos de 1950. O toyotismo tem como característica principal a inexistência de estoques, sendo a produção determinada pela demanda do mercado (RODRIGUES, 2011, p. 4). congrega um conjunto de inovações tecnológicas-organizacionais e descentralização produtiva. As transformações geradas pelo processo da reestruturação produtiva, se evidenciam neste período por meio do modelo de gestão toyotista que apresenta características de maior exploração “com a produção fluida, flexível e difusa, as quais implicam adoção de dispositivos organizacionais como o just-in-time, a subjetivação da força de trabalho no envolvimento pró-ativo do trabalhador” (ALVES, 2007, p.102).

²⁸ O Choque do Petróleo de 1973 foi o ápice das crises do petróleo provocadas intencionalmente por países produtores de petróleo. (NUNES, 2016).

O neoliberalismo entende como importante a naturalidade dada ao aumento do exército de reserva e da desigualdade. Dessa forma, normaliza a redução dos impostos das rendas mais elevadas e sobre os lucros, oportuniza, portanto, um casamento perfeito entre o sistema capitalista e a idealização teórica e política que protege, defende e mantém o domínio do grande capital. Todavia, há o outro extremo que se encontra o restante da população, aquela que sofre os reveses da união, isto é, a classe trabalhadora. Nesse cenário, ela padece, porque o acirramento das refrações da questão social rebate em seus cotidianos e que no território brasileiro se apresenta de forma singular, tendo em vista a conformação do capitalismo ancorado nas mais agressivas formas de exploração, preconceito de gênero e raça, violência e um truculento latifúndio.

2.3 A CONFORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO: PARTICULARIDADES POLÍTICAS E SOCIAIS

Dentre os fatores fundamentais para a acumulação originária²⁹, atem-se as particularidades da conformação social brasileira na sua forma primeira³⁰ de exploração do ouro, vinculada a determinações específicas, advindas de períodos prolongados de colonização, de escravidão, de revoluções passivas que se configuram na forma de disputas entre blocos, uma revolução pelo alto³¹ e atreladas

²⁹ O saque, interno e externo, foi o meio mais importante de acumulação primitiva de capitais que, desde a Idade Média, tornou possível a aparição de uma nova etapa histórica na evolução econômica mundial. Na medida em que se estendia a economia monetária, o intercâmbio desigual ia abarcando cada vez mais camadas sociais e mais regiões do planeta. Ernest Mandel fez a soma do valor do ouro e prata arrebatados da América até 1660, do butim arrecadado na Indonésia pela Companhia Holandesa das Índias Orientais de 1650 a 1780, dos lucros do capital francês no tráfico de escravos durante o século XVIII, dos rendimentos obtidos com o trabalho escravo nas Antilhas britânicas e do saque inglês na Índia durante meio século: o resultado supera o valor de todo capital investido em todas as indústrias europeias por volta de 1800 (GALEANO, 2021, p.51)

³⁰ O ouro começara a fluir no preciso momento em que Portugal assinava com a Inglaterra o Tratado de Methuen, em 1703 (...) coroação de uma série de privilégios conseguidos pelos comerciantes britânicos em Portugal (em troca de seus vinhos) (...) abria seu próprio mercado e o de suas colônias às manufaturas britânicas (...) implicava para as manufaturas locais uma condenação à ruína (...) os tecidos ingleses seriam pagos com o ouro do Brasil e pelo caminho restariam paráliticos os teares de Portugal (...) não se limitou a matar no ovo sua própria indústria (...) aniquilou também os germens de qualquer tipo de desenvolvimento manufatureiro no Brasil. O reino proibiu o funcionamento de refinarias de açúcar em 1715; em 1729 criminalizou a abertura de novas vias de comunicação na região mineira; em 1785, ordenou que fossem incendiados os teares e as fiações do Brasil (GALEANO, 2021, p.87)

³¹ O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um “colapso”, mas início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia oligárquica, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa. (FERNANDES, 2006, p.239).

a uma burguesia servil aos países imperialistas. Em Ianni (1992) o processo histórico é fundamental para entender o presente,

É muito forte o peso do passado, dos vários passados nacionais e regionais, compreendendo tradições, anacronismos, exotismos, ecletismos, formas sociais pretéritas próximas e distantes de organização da vida e trabalho. Os séculos de escravismo marcaram funda e largamente a formação social brasileira, em suas peculiaridades sociais, econômicas, políticas e culturais (p.64)

Os países imperialistas, por sua vez, forjaram a identidade brasileira e as definições do Estado nacional³², buscaram estabelecer um Estado nos moldes europeus, como nas palavras de Holanda (1995) que para o Brasil

“Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições de vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam” (p.160).

Todavia, na sociedade escravista brasileira e, com o poder privado dos grandes proprietários de terras, o que se via era a relação de mandonismo³³. A forja nacional se caracteriza, ainda, pela construção da República brasileira³⁴, passando por

³² Na primeira Constituição do Brasil se consagrava o princípio da exclusão dos grupos subalternos das instâncias decisórias. Assim, não tinham direitos políticos os escravos, os índios, as mulheres e os menores de 25 anos. Restavam os homens divididos em cidadãos ativos, que podiam votar e se candidatar a cargos eletivos (vereador, deputado e senador) e os cidadãos não-ativos, que não tinham o direito de voto nem podiam candidatar-se. O principal critério para a participação política era a renda anual (...) era preciso comprovar uma renda de 100 mil-réis; para se candidatar a deputado de 400 mil-réis, para senador de 800 mil-réis (cargo vitalício) (...) No lugar de uma identidade nacional, a cidadania afirmava a identidade da elite brasileira (CAMPOS, 2005, p.344).

³³ O poder privado dos grandes proprietários rurais, conhecido como mandonismo local, era o principal obstáculo ao estabelecimento de regras a serem seguidas por toda a sociedade. (...) Havia uma prática generalizada de favores. Os mais pobres colocavam-se à disposição dos proprietários para eliminar seus adversários, servir de curral eleitoral e ajudar em todo tipo de atividade que reforçasse o seu poder. Em contrapartida, recebiam terras para a lavoura, tinham seus filhos batizados pelo senhor, eram “protegidos” contra agressões, etc. A proximidade com um proprietário poderoso gerava status social (...) Em geral, uma frase caracterizava sua posição: “Você sabe com quem está falando? Sou compadre de fulano de tal!” (CAMPOS, 2005, p.347).

³⁴ A implantação da República no Brasil, não foi fruto de um processo revolucionário em que os grupos populares tenham participado ativamente nem ampliou a representação política no país. Houve, sim, uma espécie de acomodação entre os grupos dominantes, ou seja, proprietários de terras e/ou comerciantes e industriais, em torno das instituições públicas. Mesmo assim emergiu um novo sistema político em que setores sociais passam a exercer também o poder e o controle sobre o Estado Nacional (CAMPOS, 2005, p.398).

ditaduras³⁵ e por populismo³⁶. Neste cenário, a identidade brasileira encontra-se atravessada por diversas fases na história, como a formação das oligarquias e a Revolução Burguesa, que em Fernandes (2006) alude o conceito:

Revolução Burguesa denotava um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. (p.239)

Ainda para o autor a burguesia nacional difere-se em relação a outras ilhas burguesas, pois:

Ao contrario de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como “poder político indireto”. (p.240)

³⁵ Segundo Maurice Duverger, a ditadura pode ser definida como um regime político autoritário, mantido pela violência, de caráter excepcional e ilegítimo. Ela pode ser conduzida por uma pessoa ou um grupo que impõe seu projeto de governo à sociedade com o auxílio da força. Normalmente, ditadores chegam ao poder por meio de um golpe de Estado. Já o filósofo político Norberto Bobbio afirma que a ditadura moderna é um regime caracterizado pela **concentração absoluta do poder e pela subversão da ordem política anterior**. No Brasil, no último período ditatorial que tivemos (1964-1985), houve censura à imprensa, proibição de quase todos os partidos políticos, perseguição a opositores e, em alguns momentos, o fechamento do Congresso Nacional. O Ato Institucional Número Cinco (**AI-5**), de 1968, concedeu poderes extraordinários ao Presidente da República, como decretar recesso do Poder Legislativo em todos os níveis da federação a qualquer momento. Ditaduras normalmente possuem caráter **excepcional** (são **regimes de exceção**) e surgem a partir de golpes de Estado. Entretanto, ditaduras que se declaram de exceção podem se arrastar por décadas, como aconteceu no Brasil (**a ditadura civil militar** iniciada em 1964 foi terminar apenas mais de 20 anos depois) (BLUME, 2017).

³⁶ Segundo o dicionário, o **populismo** é uma prática que busca a simpatia das classes sociais mais baixas, defendendo seus interesses através de políticas paternalistas e assistencialistas [...]é importante observar que o populismo pode ser classificado tanto de direita, quanto de esquerda. O que difere são as visões que se tem sobre as políticas tomadas. O populismo de esquerda dirige seus ataques contra uma elite econômica, que seria responsável por todos os problemas nacionais, enquanto o de direita vê ameaças externas como o problema maior. Na América Latina, o populismo teve um papel bastante marcante na história de alguns países e sua marca foi a relação direta entre o povo e os líderes populistas, que falava diretamente com as pessoas de modo carismático e popular. No Brasil a maior figura representativa do populismo foi Getúlio Vargas [...] Vargas sempre foi uma figura polêmica. Muitos acadêmicos classificam seu governo como populista, cuja visão é a mais aceita, mas alguns chegam a considerar que ele possuía características ou tendências fascistas. A primeira fase do seu mandato – o Estado Novo – é considerada populista por não ter havido no Brasil um partido único que ligasse os interesses do povo com o Estado, pelas medidas trabalhistas tomadas e porque a violência empregada na repressão não foi tão intensa quanto a da Europa, que na época vivia a segunda guerra. A repressão se concentrava em perseguir inimigos do governo e abafar movimentos da oposição, acusando-a frequentemente de querer implantar uma ditadura comunista no Brasil. Por outro lado, Vargas teve um papel importante na manutenção dos interesses das classes capitalistas, como a oligarquia cafeeira e a burguesia industrial, contra as quais ele havia se oposto inicialmente. Além disso, a estrutura hierárquica militar da época foi responsável por modelar o Estado Novo e fortalecer o discurso nacionalista, transformando o Estado e o exército nas instituições de unidade e identidade da nação brasileira (CRAVO, 2017).

Nesta senda, o que se pretende deixar explícito é que o Estado brasileiro se constituiu em um capitalismo de caráter dependente, tardio e um inconcluso Estado de bem estar social, o que refletiu nas formas das refrações da questão social. Com isso, a precariedade passa a ser o único meio de pensar um modelo de desenvolvimento.

Em 1988, o Brasil editou a Constituição Cidadã, na qual se edificam os três pilares da seguridade social, na contramão das mudanças operadas pelas transformações do capitalismo mundial. Os organismos internacionais, como o Banco Mundial, aliado aos projetos do ideário neoliberal, provocaram danos irreparáveis no sistema público de proteção social, o que incide diretamente no mundo do trabalho.

No Brasil, as políticas de cunho neoliberal se instalam a partir dos governos Collor (1990/1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995/2003). No governo FHC, observa-se que o neoliberalismo ganha maior força, sobretudo devido aos oito anos de mandato e as medidas orientadas pela contrarreforma³⁷ do Estado na década de 1990 (BEHRING, 2003).

Com a premissa de desresponsabilizar o Estado no atendimento às necessidades sociais da população, o ideário neoliberal defende a transferência desta responsabilidade para o mercado e a sociedade. Por conseguinte, prevalece o trinômio privatização, focalização e descentralização (BEHRING; BOSCHETTI, 2021); com ênfase na privatização que, especificamente, na questão brasileira, trata-se de um verdadeiro vilipêndio ao patrimônio nacional.

Em 2003, algo inédito na história brasileira acontece: elege-se um presidente de origem popular, Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2010). Ao longo das lutas eleitorais à presidência da república, para que este fato se tornasse real, deixou-se de lado a representação popular presente nos planos de governo apresentados em sua primeira candidatura, em 1989, e de seu discurso revolucionário sindical. Em 1994, a meta e o plano de governo já estavam descaracterizados, em relação a qual projeto estava vinculado. Em 1998, desenha-se mais claramente seu afastamento das lutas populares, culminando com uma proposta, totalmente, nova e conciliatória nas eleições de 2003.

³⁷ Ver debate profícuo na obra “Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos” de Elaine Rossetti Behring.

O alinhamento político com o neoliberalismo e com a burguesia nacional permeiam os 8 anos de governo Lula, ou seja, identifica-se um perfil de conciliação de classe. Além disso, ocorreram medidas duras contra a classe trabalhadora, como o suporte irrestrito ao mercado financeiro e ao grande empresariado, por meio do socorro financeiro ao grupo SBT e à TV Record (PROJOR, 2006).

Mesmo com a implementação de programas sociais voltados para os mais vulneráveis, o que sem dúvida fez muita diferença na vida de milhões de pessoas, como o Programa Bolsa-Família, as políticas de habitação Minha Casa Minha Vida, os programas de acesso ao ensino superior, dentre outras; as medidas não estavam vinculadas às políticas estruturantes. Além disso, não se pode deixar de citar as reservas cambiais, construídas durante os governos do Partido dos Trabalhadores, algo inédito na economia nacional.

Embora se observem avanços, se comparado com os governos anteriores, o vínculo de conciliação com a classe dominante sufocou a possibilidade de uma profunda reforma política e, ao mesmo tempo, ocorreu uma intensa desmobilização dos movimentos sociais e sindicais, que outrora ganhavam vez.

A sucessora de Lula, Dilma Rousseff, não alterou a correlação, ficou, na verdade, cada vez mais dependente do grande capital para exercer sua governabilidade. Observou-se, em seus mandatos, perdas de direitos sociais e trabalhistas. Por ser mulher, a presidenta Dilma sofreu profundos ataques de uma burguesia machista e misógina, que não aceitava ser conduzida por uma mulher, independente e de forte presença política.

Nestes anos, houve uma grande despolitização dos debates de classe, com a penetração da direita em movimentos sociais, apoderando-se e espalhando raízes do conservadorismo em movimentos estudantis jovens e sem direcionamento político, como é o caso do Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua, dentre outros de menor expressão.

O esgotamento do sistema neodesenvolvimentista³⁸, segundo Abramides (2017), torna-se evidente e o grande Capital realiza (a força) a alternância

³⁸ Entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (FONSECA, 2014, p. 40). O chamado neodesenvolvimentismo é um fenômeno recente e localizado, indissociável das particularidades da economia e da política brasileiras na segunda metade dos anos 2000. Sua repercussão não ultrapassa as fronteiras da "província" e, mesmo no seu interior, circunscreve-se a

representativa no Executivo nacional, com a abertura do *impeachment* contra a presidenta, passando a representação ao vice Michel Temer. O chamado Golpe de 2016, para Braga (2020), possui um caráter jurídico, parlamentar e midiático, tudo isso demarca um renovado ciclo de ajuste fiscal. Além disso, ocasiona um grave ataque à frágil democracia brasileira.

As alternâncias de representatividade ocorrem pelas forças do capital na busca por sua perpetuação e valorização, ou seja, não são movimentos da coletividade, são tendências das crises do capital. As chamadas contratendências³⁹, por outro lado, exacerbam a precarização do trabalho ao impactarem no emprego e, conseqüentemente, no acesso aos bens de manutenção da vida.

Nos tempos de barbárie, a despolitização da questão social se evidencia com intensidade ao colocar no indivíduo a responsabilidade sobre sua vulnerabilidade, isto

pequenos círculos acadêmicos. Mais do que uma nova tendência do pensamento econômico com fôlego para se expandir a outras praças e resistir à prova do tempo, a onda neodesenvolvimentista está diretamente relacionada às intrigas e conspirações palacianas entre as duas facções que disputam o controle da política econômica brasileira: a monetarista — braço direito do neoliberalismo — e a autoproclamada "desenvolvimentista" — braço esquerdo da ordem. Fenômeno análogo já tinha se esboçado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, contrapondo as diretrizes do Banco Central, liderado por Gustavo Franco, às políticas do BNDES, então sob a influência dos irmãos Mendonça de Barros. Na época, a escaramuça já surgiu natimorta porque o choque entre teoria e prática era gritante. A crise de estrangulamento cambial e a subsequente tutela da política econômica pelo FMI jogavam por terra qualquer possibilidade de camuflar a absoluta impotência do Estado brasileiro diante dos ditames do capital financeiro (SAMPAIO Jr., 2012, p.678)

³⁹ A diminuição do valor real dos salários é a expressão final de uma das variadas contradições que movem a sociedade capitalista: o combate às crises no processo de valorização do capital. É por isso que é de interesse dos trabalhadores descobrir as causas de sua exploração e como os lucros e prejuízos da classe capitalista sempre lhes custam mais exploração [...] Isto porque é o trabalho vivo, exercido concretamente durante o processo de produção, o que cria e produz valor, atividade vital esta que existe onde existe ser humano que precisa sobreviver e reproduzir as relações sociais, só que na sociedade capitalista o trabalho produtor de valor significa aquele dispêndio de esforço que acrescenta um valor a mais às condições iniciais da produção (ferramentas, máquinas, etc.), valor que o capitalista não paga ao trabalhador, pois expropria a diferença entre o tempo de trabalho trocado em salário e o tempo de sobre trabalho que o capitalista utiliza para si [...] Acontece que a necessidade capitalista de constantemente revolucionar os meios e métodos de produção (devido sobretudo à concorrência entre os grandes capitalistas) no sentido de ampliar o ciclo de valorização do capital produz necessariamente crises no processo de valorização do capital, isto porque com a mesma quantidade de força de trabalho empregada na produção aumenta a quantidade de trabalho morto (máquinas, instalações, etc.) que não repassa um acréscimo de valor no produto do trabalho, somente repassa seu valor para o produto final [...] a tendência de crise inerente ao processo de valorização do capital não produz necessariamente à derrocada final da sociedade capitalista [...] Marx afirma que as contra tendências à queda da taxa de lucro não anulam a lei, mas tem por efeito retardar e em parte paralisar a queda da taxa de lucro. As principais práticas de contra tendência ao aprofundamento da queda da taxa de lucro citadas por Marx são expressas pela elevação do grau de exploração do trabalho; compressão dos salários abaixo do valor; barateamento dos elementos do capital constante; superpopulação relativa; comércio exterior; e aumento do capital por ações [...] O mesmo desenvolvimento que produz a tendência de queda da taxa de lucro contém os elementos que produzem o efeito de conter essa queda (ANJOS, 2014, p. 17-18).

significa que há uma desresponsabilização do Estado ao atendimento às necessidades da população e, com isso, observa-se uma fratura entre a vida cotidiana e os processos conjunturais, principalmente em relação direta à precarização, à intensificação e à superexploração do trabalho (YAZBEK, 2009).

Em meio aos desafios, compreende-se a necessidade de fortalecer o trabalho profissional de assistentes sociais, por meio de seu caráter crítico-analítico no trato da questão social⁴⁰. Não obstante, ressalta-se que as refrações da Questão Social, no tempo presente, sofreram processos de transformação às novas configurações do mundo do trabalho que, hoje, vivencia-se na chamada indústria 4.0⁴¹. Porém, sua nova roupagem não obscurece seu permanente teor, sua substância primária “por se tratar de uma questão estrutural, constitutiva das relações capitalistas, de sua divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente construída” (YAZBEK, 2018, p.185), que, no sistema capitalista, mostra-se imensamente desigual em sua apropriação.

O novo metabolismo social do trabalho na nova temporalidade do capital ao promover incertezas e inseguranças por meio de “contratos de trabalho flexíveis, obstaculiza, por exemplo, a tessitura de espaços de sociação como lugares de partilha de experiências coletivas” (ALVES, 2014, p.40) e o não partilhamento dessas experiências exacerba o processo de alienação, o que, conforme Prates et al (2020), “esse processo de alienação e estranhamento, com o desenvolvimento do capitalismo, torna-se cada vez mais refinado e sutil, capturando a subjetividade do trabalhador a serviço do capital” (p.144), ou seja, acaba por diminuir a capacidade de organização e de crítica.

Analisar a Questão Social, no século XXI, para Alves (2014), torna-se urgente e desafiador, pois expõe a contradição do sistema capitalista que desenvolve as

⁴⁰ Objeto primordial do trabalho de assistentes sociais, questão social aqui entendida, sob a luz da teoria social crítica marxista, como as múltiplas expressões das desigualdades e resistências da classe trabalhadora que se conformam por meio da relação de conflito entre o capital e o trabalho (IAMAMOTO, 2008) e já discutida em momento anterior.

⁴¹ Em meio a uma articulação complexa entre financeirização da economia e neoliberalismo extremado se desenvolve nesse contexto uma reestruturação permanente dos capitais, em que grandes corporações competem entre si, umas englobando as outras numa guerra declarada. Esta lógica produtiva estruturada a partir das novas tecnologias de informação e comunicação se desenvolve rapidamente, provocando a intensificação de processos produtivos automatizados em toda a cadeia produtiva, de forma que toda a logística empresarial será controlada digitalmente, denominando-se de Indústria 4.0, cyber indústria, onde a hegemonia informacional e digital com celulares, tablets, smartphones etc., controlam e supervisionam a produção (ANTUNES, 2018).

capacidades humanas, enquanto degrada sua personalidade. Redimensionando a Questão Social nos “próprios limites do capital como força civilizatória” (p. 47), pois, quando não apreendida a constituição da questão social em sua dimensão política, contraditória e sulcada na exploração do trabalho, a tendência é reduzi-la às expressões de desigualdades.

Closs (2017) aponta “as categorias trabalho e questão social identificadas como os principais fundamentos da formação profissional” (p. 36). Considerando o exposto, na sequência deste capítulo, encontram-se os resultados dos esforços da pesquisadora para identificar as tendências dos debates nas produções da área que se relacionam à questão social e a sua confluência com a dimensão política do trabalho profissional de assistentes sociais.

2.4 TENDÊNCIAS DAS PRODUÇÕES DA ÁREA SOBRE A CATEGORIA QUESTÃO SOCIAL

Conforme evidenciado na Introdução desta dissertação, a categoria analítica Questão Social segue a metodologia estabelecida nos 31 artigos que serão analisados. Portanto, após a leitura flutuante dos artigos, foram destacadas a categoria principal e as variáveis: expressões da questão social; desigualdades sociais; resistências sociais e lutas sociais.

Os trechos em destaque foram transferidos para um quadro, sendo descartadas as marcações que se relacionavam ao título, palavras-chaves, resumo e referências. Com base no quadro construído, iniciou-se o agrupamento, a fim de identificar as tendências dos debates. Ao final, foram identificadas duas grandes tendências, sendo a primeira com o debate sobre **O Estado e a realidade brasileira nas manifestações da questão social: as respostas do Estado e do Serviço Social, a herança conservadora nas respostas às expressões da questão social**, encontrado em 20 produções, apresentando índice de frequência de 64,6% (N=31). A segunda tendência **O capital e o mundo do trabalho: o agravamento da questão social**, apresentada em 17 produções, com índice de frequência de 55,5% (N=31).

O fato de serem encontradas duas tendências de debate que apresentou confluência em 13 artigos, leva a pensar que a categoria questão social não apresenta novas abordagens que se diferenciem do trato da fundamentação teórica, já construída no interior da categoria. Marilda Iamamoto é a autora de maior preferência

para fundamentar⁴² a categoria questão social, com sua obra *O Serviço Social na contemporaneidade*. Outro livro muito citado foi o feito pela estudiosa em parceria com Raul de Carvalho, nomeado *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*.

Dentre os artigos de análise, identificaram-se três produções de importância relevante para adensar a categoria questão social e que muito contribuíram para o fortalecimento deste trabalho, são eles: A centralidade da questão social para o Serviço Social brasileiro, do Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS Serviço Social; Fundamentos, formação e trabalho profissional, de Fátima Grave Ortiz, Hamida Assunção, Luciana Cantalice, Mariléia Goin e Tatiana Reidel em publicação na Revista Temporalis no ano de 2021, volume 16 e nº42; Intervenção profissional do assistente social e as condições no SUAS, da autora Raquel Raichelis, publicada na Revista Serviço Social e Sociedade no ano de 2010, de número 104; e a obra Políticas Sociais, Serviço Social e Exercício Profissional, das autoras Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves e Heide de Jesus Damasceno, publicada na Revista Temporalis no ano de 2016, volume 16, número 32.

A primeira tendência referente à categoria Questão Social, sendo: o Estado e a realidade brasileira nas manifestações da questão social; as respostas do Estado e do Serviço Social, a herança conservadora nas respostas as expressões da questão social, que se forma após agrupamento das emergentes: ação do Estado; fragmentação e setorização das necessidades sociais; políticas sociais; Estado social; moralização da questão social; tendência à psicologização; sociedade que forma e conforma; papel do Estado; abordagens conservadoras, autoritárias, disciplinadoras/ culpabilizando/ criminalizando/ famílias e indivíduos; políticas neoliberais e neodesenvolvimentistas; políticas sociais pontuais, fragmentadas, assistencialistas; ameaça do protagonismo da classe operária; conjuntura brasileira; acontecimentos históricos; passagem da mão de obra escrava para assalariada; contrarreforma; baixo investimento do Estado; despolitização da Questão Social; expressões da questão social no cotidiano; barbárie cotidiana;

⁴² A questão social é definida por Iamamoto (2001, p.27) como o “[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (nota de rodapé) (CAVAIGNAC, COSTA, 2017, p.422)

cotidiano institucional; significado e objeto do exercício profissional; focalização na pobreza.

O papel do Estado apresenta ponto importante para o debate sobre a Questão Social e suas expressões. O Estado e a sociedade, na visão de Karl Marx, são entendidos como “a superestrutura, determinada conforme as relações sociais” (GONÇALVES, DAMASCENO, 2016, p.264) de caráter alienante e de instrumento de dominação. Os autores articulam a narrativa, junto a Gonçalves (2016), sobre como a classe dominante oferece respostas sobre as mazelas das manifestações da questão social, que, através dos serviços sociais com suas funções políticas, ingressam no cenário capitalista “a partir do momento que trabalhadores(as), organizados(as) ou não, despontam no cenário político” (GONÇALVES, 2016, p.64).

A partir das lutas de classe o Estado passa a intervir diretamente nas relações entre empresariado e classe trabalhadora através da criação de legislações de regulação do mercado de trabalho, legislações sociais e trabalhistas. O Estado implementa serviços sociais enfrentando de nova forma a questão social, com o objetivo de garantir os níveis de produtividade do trabalho exigidos no estágio de desenvolvimento do capital (IAMAMOTO, 2001 in FERRI, 2020, p. 229).

Este movimento de resposta incorpora o Serviço Social “ao aparato estatal e empresarial como mecanismo para uma ação planejada e sistemática sobre as diversas manifestações da questão social” (GONÇALVES, 2016, p.63). Para o autor, os assistentes sociais são reconhecidos como profissionais qualificados para a prestação dos serviços sociais.

As manifestações da questão social e as diferentes respostas do aparelho estatal, diferenciam-se, conforme os momentos históricos, para este tema e alinham as abordagens sobre o contexto brasileiro. Neste ponto, a produção de Ortiz et al. (2021) contribuiu de maneira exemplar, como segue:

[...] alguns processos históricos nacionais que merecem destaque, como, por exemplo: a sociedade escravista e patriarcal sobre a qual se instituiu o trabalho livre; o ambiente antidemocrático que se estabeleceu em diferentes momentos da República; e a histórica dificuldade de articulação e organização da classe trabalhadora em prol de direitos. (ORTIZ et al 2021, p.251)

As autoras também apresentam que, “na particularidade brasileira, a questão social assume contornos que impactam visceralmente a vida dos sujeitos, dada a constituição e desenvolvimento da sociedade brasileira” (p.248), trazendo então que

para analisar a questão social no Brasil é necessário apreender a “formação sócio-histórica do país” (p.252) e coaduna com as autoras a narrativa de Guazzeli e Adriano (2016) complementando que, ao desvelar “as múltiplas determinações contemporâneas em que se processa a luta de classes”, cujas “forças conservadoras da formação social do Brasil se reatualizam” através da “criminalização da pobreza e das lutas sociais” (p.256). No entendimento de Ortiz et al. (2021), sem a apreensão sobre estas características e particularidades da questão social passam a ser entendidas com a falácia de “nova questão social” (p.251).

Nesse cenário, a discussão sobre o neoliberalismo é de extrema importância. Notam-se a sequente “contrarreforma do Estado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011 apud CAVIGNAC, COSTA, 2017, p.414) e as sequelas para a classe trabalhadora com a agudização da questão social, cujo debate se fortalece na obra de Gonçalves e Damasceno (2016). Esses autores apontam que, “na contemporaneidade, novas expressões da velha e mesma questão social se apresentam como demandas à intervenção das políticas sociais” (p. 271).

Dessarte, o debate sobre o conservadorismo também é ponto importante entre os autores dos artigos analisados, que referem haver uma relação muito estreita entre o Serviço Social e o conservadorismo devido ao próprio surgimento da profissão demandada pelo Estado com a finalidade de amenizar a luta de classes (CARDOSO, ALVES, 2018). No contexto atual, surge em moldagem renovada e que,

[...]são incidências conservadoras que remodelam a atuação do Serviço Social nas políticas sociais e podem fazer retroceder as históricas conquistas alcançadas nos últimos três decênios e que marcaram a ruptura com o Serviço Social acrítico (BOSCHETTI, 2017, p.68).

Neste contexto, o debate em torno da “militarização da vida cotidiana e a moralização da questão social (...) podem ser tomadas como traços concretos” (GUAZZELLI, ADRIANO, 2016, p.253) do conservadorismo reatualizado. A questão social, objeto do trabalho de assistentes sociais, quando orientado pelo pensamento conservador, “pode revelar outros sentidos e significados, de modo a subsidiar ações moralizadoras, higienistas, assistencialistas e caritativas” (ORTIZ et al., 2021, p.251), o que descaracteriza o projeto profissional de cariz marxista.

A segunda tendência identificada para a categoria Questão Social, refere-se ao debate sobre **o capital e o mundo do trabalho: o agravamento da questão**

social, com índice de frequência de 55,5%, no total dos 31 artigos analisados (Apêndice A). Com esta abordagem, os pesquisadores apresentam o advento do sistema capitalista como o responsável pelas profundas alterações das relações sociais, a pobreza figura com uma nova forma, pois é inédita na história que “a pobreza cresce na mesma proporção que se criam condições para sua redução e, no limite, para sua supressão (NETTO, 2005 in EURICO, 2013, p.292).

A questão social é simbiótica ao sistema capitalista e, conforme as crises do capital, emergem no decorrer da história, devido à acumulação, ao excesso de produção e à circulação de mercadorias, além de disporem de novas especificações. Porém, suas causas não se modificam “a exploração do trabalho humano, a partir da extração de mais-valia” (GONÇALVES, DAMASCENO, 2016, p.266).

Os apontamentos acerca do tema seguem sobre os rebatimentos do capital financeiro nas expressões da questão social. Com isso, “o predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, (...)” (IAMAMOTO, 2007, p.125 apud ORTIZ et al, 2021, p.250) .

Outrossim, Gonçalves e Damasceno (2016) discorrem que, em países periféricos, as relações se dão de forma diferenciada, se comparada com os países centrais, isso ocorre por conta do “seu desenvolvimento desigual e combinado” (p.270).

As transformações do mundo do trabalho pela crise do capital, nos anos 1970, buscavam produtividade a baixo custo. Isso ocorria em decorrência da chamada acumulação flexível, que muda os padrões de produção. Dessa maneira, ocorre “aumento extraordinário do desemprego estrutural, superexploração da força de trabalho (...) por meio de medidas neoliberais” (CAVAIGNAC, COSTA, 2017, p.413), que buscam a flexibilização da proteção do trabalho.

Ainda na fase de acumulação, Lopes (2017) debate sobre a mundialização do capital. Oliveira (2018) também colabora com a tendência ao problematizar a reconfiguração do trabalho na sociedade contemporânea. De maneira análoga, Yazbek (2014) aborda sobre o Serviço Social nessas novas manifestações da questão social, que “nos deparamos no cotidiano institucional ao lado das velhas questões de sempre” (YAZBEK, 2014, p.686). Boschetti (2015), por outro lado, debate a necessidade do capitalismo de destruir direitos e sua dependência do fundo público. Nesta esteira,

(...) pensar o trabalho do assistente social no contexto contemporâneo requer compreender algumas alterações no âmbito do capitalismo mundial a partir da década de 1970 que provocaram mudanças significativas nas formas de responder as expressões da questão social via políticas sociais, mediação fundamental do trabalho profissional. (FERRI, 2020, p.231)

As produções da área sobre as formas de acirramento das refrações da questão social no capitalismo, apresentam o grave momento pandêmico que se viveu a partir do final de 2019.

A respeito do contexto pandêmico⁴³, Bezerra e Medeiros (2021) alertam sobre a intensificação e a facilitação para uma tendência de precarização do trabalho do Serviço Social,

Na pandemia, o que já era usual na prática burocratizada torna-se ainda mais uma preocupação, pois para estabelecer um padrão de eficiência em resposta às expressões da questão social, o instrumental operativo enquadrado nas tecnológicas de informação opera numa escala de metas estabelecidas num refinado meio de controle da população usuária dos serviços. (BEZERRA, MEDEIROS, 2021, p.60)

Portanto, para as autoras, as dificuldades da humanidade na pandemia são inegáveis. Todavia, as “expressões da questão social são de ordem estrutural e, portanto, fazem parte de uma cadeia mistificadora de contradições” (BEZERRA E MEDEIROS, 2021, p.55) e que confluem para manter ativa uma estrutura, inegavelmente, desumanizante do capital.

Nessa lógica, após o exposto neste capítulo, é possível inferir que as tendências das produções do Serviço Social, nas revistas Serviço Social e Sociedade e Temporalis, encontram alinhamento com a construção deste estudo. Ademais, a Questão Social, como categoria, caracteriza o objeto de trabalho do assistente social, dado que existem particularidades próprias dessa formação sócio-histórica, assim como é indissociável do trabalho em sua relação organicamente conflituosa com o capital.

No entanto, no cruzamento de dados – bibliográficos e empíricos –, foi possível perceber uma fragilização em relação ao termo Questão Social, como se apresenta na fala “(...) *importante tu ter pego a colega do social que tu vai ter mais este olhar do*

⁴³ Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade (OPAS, 2023). Ver mais ao longo da dissertação.

que comigo, esse olhar do social” (AS-D) , o que levou ao entendimento de que a entrevistada aludiu como tratava-se da questão da área social. Em outra, “(...) que as demandas da questão social (...) que a questão social vai diminuir que vai ser enfrentada, vamos dizer assim” (AS-B). Sobre este entendimento, não houve aprofundamento durante a entrevista, o que leva a indagar: as entrevistadas se referiam à questão da assistência social? Há uma fragilidade de encontrar o objeto do Serviço Social na área em que atua? Qual seria a concepção de Questão Social para as entrevistadas? Questionamentos que se tornam propostas para novo estudo.

Percebe-se, também, nas análises das entrevistas, traços da herança conservadora nas respostas dadas às refrações da Questão Social.

(...) capacitar a população né, como se capacita uma população? Dando a ela o conhecimento, dando acesso a ela ao trabalho né, hã... dando a ela acesso a cursos né e interligando a população com estes meios de capacitação para que elas consigam adquirir o conhecimento, atingindo o conhecimento conseqüentemente começam a atingir a questão financeira e começam a se igualar a toda a população. (AS-F)

Nesta pesquisa o objetivo não é fazer juízos de valor. Contudo, as respostas dos entrevistados remetem a questionamentos importantes dentro da categoria e que encontram ligação com as tendências encontradas e já discutidas neste capítulo.

Portanto, no capítulo seguinte, serão abordadas as especificidades na conformação do trabalho de assistentes sociais e sua dimensão política.

3 O ÓBVIO PRECISA SER DITO: A DIMENSÃO POLÍTICA DO TRABALHO PROFISSIONAL E SUA RELAÇÃO COM A DIREÇÃO SOCIAL COLETIVA E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Conforme já exposto, pensar a trajetória histórica da profissão é pensar as transformações das relações sociais no Brasil, a conformação do Estado e as alterações mundiais do capitalismo. Portanto, analisar a questão social com sua vinculação a sociedade burguesa em suas refrações na realidade dos sujeitos que vivem do trabalho, requer partir da realidade social de uma profissão de gênese caritativa para uma profissão de matriz crítica.

Sendo a questão social o objeto de trabalho de assistentes sociais evidencia-se um projeto profissional de formação ética e política que busca um projeto societário de horizonte emancipatório da classe proletária.

Compreende-se, conforme Iamamoto (2000), que, o Serviço Social se constitui como “uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade” (p. 21). É, também, uma área de conhecimento e um curso de formação de nível superior, que, além da graduação, possui formação *stricto sensu* para mestrado e doutorado no país, reconhecidos pelo Estado brasileiro.

Entende-se que a teoria marxiana ancora o Serviço Social como método para mediar a leitura das refrações da questão social, na vida da classe trabalhadora. A renovação crítica da profissão é ponto-chave para se pensar o exercício profissional, como trabalho. Dessa maneira, supera-se a imagem de um processo de trabalho específico da profissão e passa-se a compreendê-la como processos distintos de trabalho, que, ao ingressar nas instituições, faz parte de “um coletivo de trabalhadores que implementa ações institucionais (...) um trabalho combinado ou cooperativo” (IAMAMOTO, 2010, p.421), trabalho esse que é parte do processo de reprodução das relações sociais.

O Serviço Social, em sua regulamentação, apresenta a condição de profissional liberal, ou seja, possuidor de órgão fiscalizador ao exercício profissional, que pode ser autônomo ou dispor do exercício de vínculo empregatício. Atualmente, predomina-se com o Estado como sendo o maior empregador de assistentes sociais, seguido do setor privado.

Sendo detentor de uma relativa autonomia⁴⁴, no seu trabalho profissional, detém, portanto, um direito “na medida em que o assistente social se apropria de forma competente do objeto de intervenção e das exigências e requisitos técnico-profissionais” (NETO et al., 2015, p.7). Porém, ele é cerceado pela condição de trabalhador assalariado, ou seja, refratam-se as forças condicionantes da compra e da venda da força de trabalho, no sistema capitalista.

Nesta linha, os assistentes sociais respondem aos imperativos dos empregadores regulados por um contrato de trabalho. Dessa forma, estabelece-se o valor de troca⁴⁵ de seu trabalho especializado⁴⁶. Não obstante, é necessário lembrar que,

(...) no circuito do valor, o produto que todo assalariado produz para si é o equivalente aos seus meios de vida: o valor de troca de sua força de trabalho expresso no dinheiro, forma de equivalente geral, no qual se manifesta o valor de todas as demais mercadorias de qualidades diferentes, permitindo seu intercâmbio. (IAMAMOTO, 2010, p.420)

A profissão evidencia uma contradição ao responder ética e politicamente aos interesses da classe trabalhadora. Além disso, está inserida em processos de trabalho que, orquestrados ao funcionamento e à expansão do capital, alienam o profissional enquanto trabalhador.

[...] a condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, ainda que se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho qualificado e complexo (IAMAMOTO, 2010, p.215).

⁴⁴ Possibilidade de redirecionar o seu trabalho para rumos sociais distintos daqueles esperados pelos seus empregadores (IAMAMOTO, 2010, p.422)

⁴⁵ A divisão do trabalho é a condição da existência da troca, do valor de troca. A sociedade burguesa é a sociedade do valor de troca desenvolvido, o qual domina toda a produção. A relação direta do produtor com o produto de seu trabalho tende a desaparecer, tornando toda a produção dependente das relações monetárias. O sistema de necessidades se amplia e se torna cada vez mais complexo. À proporção que se desenvolve a divisão do trabalho, mais se produz sob a forma de valores de troca. A troca dos produtos como mercadorias torna-se o agente mediador dos diversos trabalhos (IAMAMOTO, 2013, p. 69-70).

⁴⁶ O assistente social é proprietário de sua força de trabalho especializada. Ela é produto da formação universitária que o capacita (...). Essa mercadoria força de trabalho, quando aliada aos meios necessários à sua realização, grande parte dos quais se encontra monopolizado pelos empregadores: recursos financeiros, materiais e humanos necessários à realização deste trabalho concreto, que supõe programas, projetos e atendimentos diretos previstos pelas políticas institucionais. (IAMAMOTO, 2010, p.421)

A autora refere outro fator decisivo nas demandas do trabalho profissional, ao entender que as “necessidades sociais dos sujeitos, que condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder” (IAMAMOTO, 2010, p.219), são reelaboradas pelos empregadores na contramão dos interesses dos sujeitos que utilizam os serviços.

Dessarte, são requeridas do profissional de Serviço Social uma capacidade de análise crítica conjuntural, tanto micro como macrosocietária, fundamentadas em bases éticas e, principalmente, na consciência política.

Neste contexto de disputas, o profissional exerce sua relativa autonomia, uma vez que fortalece a classe trabalhadora (ou não) a que o projeto profissional se vincula (ou não) mediando os opostos. Para tal, o Serviço Social é um referente teórico-metodológico capaz de proporcionar linhas de pensamento e leitura da realidade para desvelar o real e as suas determinações na vida dos sujeitos. Desse modo, leva, para o espaço coletivo, as demandas individuais, ou seja, coletiviza as demandas de necessidades sociais individuais para a luta por direitos da coletividade para além das fronteiras da democracia burguesa e, assim, materializa a dimensão política da profissão.

Para argumentar a respeito da dimensão em seu sentido figurado, ou seja, em sua importância, necessidade, propósito e capacidade de ser útil, os fundamentos do trabalho do Serviço Social são o aporte, sobretudo as Diretrizes Curriculares (ABEPSS,1996). As três dimensões de maior importância que compõem o trabalho profissional são: a dimensão teórico-metodológica, a dimensão ético-política e a dimensão técnico-operativa.

Estas dimensões não se apresentam separadamente, Guerra (2000) elucida que, mesmo construindo níveis diferentes, elas são indissociáveis na apreensão da realidade, isto é, formam uma unidade, embora apresentem questões particulares.

A dimensão teórico-metodológica infere na confluência e na apreensão do método e da teoria com a ação profissional, impacta na dimensão investigativa da profissão. Por isso, problematiza e questiona o senso comum, além de superar as aparências.

A dimensão técnico-operativa, por outro lado, conecta o profissional a sua potencialidade e a capacidade de associar instrumentos e meios para concretizar o trabalho, é, portanto, a dimensão interventiva do trabalho.

Na dimensão ético-política, a confluência se dá com o trabalho profissional, seus objetivos, suas finalidades e princípios éticos e políticos. Importante salientar que as produções, em sua maioria, que abordam esta dimensão, geralmente apresentam como é a dimensão ética constitutiva do exercício profissional. Com isso, é produzido um afastamento da palavra política, bem como se reduz o conceito na perspectiva ética.

Por conseguinte, neste momento, é necessário entender o conceito de política em seu sentido amplo. Ao pensá-lo, um primeiro tópico deve ser levado em consideração: de um modo geral, quando se discute política, surge a frase “somos seres políticos”. Todavia, questiona-se: o que significa realmente isso?

Ao tentar responder a essa pergunta, Campos (2005) discorre que os primeiros humanos viviam em pequenos grupos e, por serem nômades, migravam constantemente em busca de alimentos e de abrigos. O esforço do grupo era um fator principal para o sucesso da caçada, ou seja, esforçar-se ou não era algo que impedia a sobrevivência de todos. Isso por si só, já proporcionava o fortalecimento do elo social.

O desenvolvimento da linguagem foi outro fator impactante nas relações sociais que se construíram. No decorrer da história, os homens passam a se fixar em vilas e cidades. Dessa maneira, criam excedentes com a criação em cativeiro e o aperfeiçoamento da agricultura e conduzem o desenvolvimento de comunidades, com organização burocrática.

Mas o que se quer dizer com isso? Que apesar de importantes diferenças entre a antiguidade da humanidade e os seres contemporâneos, a política permanece sendo compreendida como relativa às relações humanas em sociedade, sendo, em qualquer nível dessa relação, desde o convívio familiar. Em suma, onde houver duas ou mais pessoas, sempre existirão regras, limites e deveres.

O homem não vive sozinho e, por não viver sozinho, entende-se que é necessário negociar interesses, o que lhe confere o status de animal político. A política se apresenta, exatamente, neste momento, no ato de existir em conjunto.

Andreassa (2021) afirma que para evitar equívocos e iluminar aspectos que pouco se discute é necessário pensar e entender o significado da política e de que forma ela se faz presente nas relações cotidianas das pessoas. O autor traz, ainda, a etimologia da palavra: política deriva do grego *politikos*, que “se referia aos cidadãos que viviam na “polis”. “Polis”, por sua vez, era usada para se referir à cidade e também,

em sentido mais abrangente, à sociedade organizada” (p.1). Portanto, a palavra política está, diretamente, relacionada com a vida em comunidade.

Tratando-se da vida em sociedade, desde Aristóteles⁴⁷ até a sociedade contemporânea, os problemas e as necessidades sociais se complexificaram. Atualmente, é mais comum associar a palavra política ao Estado em sua atividade de mantenedor do sistema⁴⁸ capitalista.

O debate sobre política, Estado e Capitalismo não caberá nesta dissertação, tendo em vista que o objetivo é voltado para termos e conceitos de grande amplitude, que requerem grande articulação argumentativa, mas que segue como indicativo para um novo estudo. A proposta, aqui contida, segue a construção de um debate palatável para a dimensão política do trabalho de assistentes sociais, com o intuito de fomentar o debate junto à categoria.

Portanto, retorna-se ao contexto da profissão imersa e partícipe da construção social em sociedade. Entende-se que a configuração da direção social da profissão, cuja matriz teórica é marxista e se deu por um processo árduo, superando uma gênese profissional de clivagem positivista, da caridade e do enfoque moralizador sobre a Questão Social, reconfigurando-se, por meio do Movimento de Reconceituação, que culmina com a criação de um projeto profissional fortalecido por sua direção teórica crítica e suas dimensões ético-políticas.

Nesta esteira, a dimensão política do trabalho profissional vincula-se ao perfil revolucionário, com sua base crítica no marxismo, o que, para Iamamoto (2014),

⁴⁷ É necessário ter presente esta perspectiva global de Aristóteles; a natureza de qualquer realidade, seja criatura viva, instrumento ou comunidade, deve ser procurada num fundamento, apresentado como causa, princípio ou finalidade. A natureza do indivíduo humano só é realizável através da comunidade social e política. O indivíduo isolado torna-se insociável e apolítico, comportando-se “como um deus ou uma besta”. A pólis é, em parte, um processo biológico, em parte um processo da liberdade humana. O homem não é um animal gregário (*agelaion zoon*) mas um *politikon zoon* porque a comunidade assenta no discernimento do bem e do mal. (HENRIQUES, 1998, p.21)

⁴⁸ Quando, nos séculos XVII e XVIII, a burguesia europeia ansiava por ocupar seu espaço no poder monopolizado pela nobreza e o clero, os ideais democráticos e republicanos foram bandeiras empunhadas por seus representantes e estiveram, portanto, vinculados ao sistema capitalista em sua fase de afirmação como sistema hegemônico. Porém, após as revoluções e guerras que a levaram à conquista do poder em diversos países e ao domínio do continente europeu e de suas colônias, a burguesia teve outra preocupação que substituiu o esforço de criação de Estados que concretizassem aqueles ideais. A grande questão passou a ser como gerir esses Estados sem que as ideias de poder popular, participação política, igualdade de direitos, vontade geral, coisa pública, etc. fossem estendidos aos trabalhadores. Se a defesa da democracia fosse realmente levada às últimas consequências, os trabalhadores teriam tanto poder quanto os burgueses e, por constituírem a maioria na sociedade, acabariam por ditar os rumos da política – o que comprometeria a ordem capitalista. (ABDALLA, 2017).

articula que, “é preciso construir conhecimento na direção do Projeto Ético-político, mas principalmente conhecimento que avance na direção da crítica” (p. 591). No entanto, conforme Iamamoto (2013), somente a qualificação desses conhecimentos não é suficiente se não apresentar um entendimento político de vinculação com a classe trabalhadora, e que negue um posicionamento à direita.

Nesta senda, o Serviço Social, ao construir seu projeto profissional⁴⁹, nascido do movimento de lutas democráticas no cenário da ditadura brasileira, instaurada nos anos de 1964, e arquitetada ao longo dos anos até sua normatização atual expressa no Código de Ética, de 1993, que estabelece “direitos e deveres do assistente social, segundo princípios e valores radicalmente humanistas” (IAMAMOTO, 2010, p.225) e proporciona a categoria profissional “um norte, quanto a forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade (p.227).

[...] Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.5).

Esta direção que a profissão construiu é resultado de uma organização coletiva. Porém, não é absorvida com homogeneidade, pois deve-se ao modo como os profissionais assimilam sua necessidade para a efetivação do trabalho profissional, o que impacta, diretamente, no que tange às dimensões objetivas que consideram os determinantes conjunturais e sócio-históricos da profissão e na dimensão subjetiva, que formata a maneira como o profissional assimila o significado do seu fazer profissional e a direção que imprime a ela.

Torres (2009) discute que a direção social do trabalho profissional para a “visibilidade, a consistência e a coerência teórica e argumentativa que o assistente social deve demonstrar quando realiza” (p.209) seu trabalho profissional. Ainda, a autora discute que:

⁴⁹ (...) Projetos profissionais representam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisitos para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas de sua relação com os usuários dos seus serviços, com outras profissões e instituições, públicas e privadas (NETTO, 2017 p.4)

O significado social da profissão, por não ser quantificável, pode ficar subsumido ou não ser reconhecido no contexto sócio-organizacional. Está relacionado ao lugar ocupado pela profissão na sociedade e à necessidade de sua manutenção, uma vez que produz respostas profissionais que incidem na vida em sociedade e nas mediações estabelecidas, por meio das quais evidencia a característica analítica e o próprio exercício profissional (p.214).

Entretanto, observam-se diversos atravessamentos que fragmentam a dimensão política ancorada pela direção social do trabalho profissional. As diferentes correntes teóricas⁵⁰ que são heranças culturais e intelectuais da gênese da profissão, e que não permite uma homogeneidade do direcionamento crítico ancorado nos pressupostos marxistas. Estes traços positivistas e que se repetem no marxismo vulgar, reiteram um trabalho ora fatalista⁵¹, ora messiânico⁵² que remetem a um descompasso no trabalho na direção do projeto profissional. Evidencia-se, portanto, um ecletismo⁵³ que busca conciliar o inconciliável. Desse modo, emerge uma verdadeira perda do potencial da análise marxista, dado que se passa a apresentar, no cotidiano, expressões de voluntarismo e determinismo, envoltos de uma análise do trabalho profissional esvaziado de historicidade.

Tudo isso resulta na desvinculação do significado social da profissão, na divisão social, na técnica do trabalho, na compreensão das múltiplas expressões da questão social, bem como seu debate, essencialmente político, distorcido como uma aparente atividade fornecedora de benefícios sociais e de viés filantrópico (IAMAMOTO, 1998).

⁵⁰ (...) essa herança carrega, como ingredientes básicos, tanto o conservadorismo europeu como as vertentes empiristas e pragmáticas das Ciências Sociais norte-americanas, além dos componentes doutrinários presentes nas origens confessionais da profissão (IAMAMOTO, 2013, p.230)

⁵¹ (...) inspirado em análises que naturalizam a vida social, traduzido numa visão “perversa” da profissão. Como a ordem do capital é tida como natural e perene, apesar das desigualdades evidentes, o Serviço Social encontrar-se ia atrelado às malhas de um poder tido como monolítico, nada lhe restando a fazer. No máximo, caberia a ele aperfeiçoar formal e burocraticamente as tarefas que são atribuídas aos quadros profissionais pelos demandantes da profissão (IAMAMOTO, 2013, p.136)

⁵² Iamamoto (2013), apresenta como messianismo utópico o que privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante, que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento. O messianismo traduz-se numa visão “heroica”, ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social (p.136).

⁵³ A aproximação entre as Ciências Sociais da tradição marxista, traço que vai desdobrar na alimentação de preocupações nitidamente cientificistas e metodologistas no campo da análise profissional (...) se traduz no desejo de alguns intelectuais de atribuir ao Serviço Social o status de ciência social particular (IAMAMOTO, 2013, p.231)

O Código de Ética atual apresenta para a categoria princípios amplamente democráticos, que viabilizam a luta contra-hegemônica. Com isso, fortalece-se um diálogo plural⁵⁴ entre outras orientações profissionais; plural, mas não eclética, pois não se concilia os antagônicos e, sim, propicia o trato respeitoso entre outras tendências.

Para Yazbek (2014), o Código de Ética dispõe de legitimidade política, expressa em suas bases legais, que regulamentam o exercício profissional e a formação em Serviço Social, “assim como nas múltiplas decisões, deliberações que reafirmam o fortalecimento do PEP e a organização coletiva da categoria” (p.690). Além disso, configura-se em força de Lei, através de instrumentos jurídicos,

A regulamentação legal do projeto de profissão se materializa no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), na Lei de Regulamentação da profissão de Serviço Social (Lei n.8.662/93) e na proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999) (IAMAMOTO, 2010, p. 224).

Entende-se que, com o Código de Ética de 1993, um dos pilares do Projeto Ético-Político, o Serviço Social evidencia o amadurecimento teórico-filosófico, no que se refere à necessária articulação entre a dimensão ética e política da profissão (BARROCO, 2001). Dessarte, a perspectiva ética ocorre a partir da reflexão crítica sobre a conduta profissional que pensa a relação do eu com o coletivo e articula-se com a dimensão política, na medida em que essas condutas se tornam ações coletivamente discutidas e organizadas, objetivadas e com um exercício profissional que se mostra na intencionalidade e na direção social assumida pela categoria.

Isso posto, torna-se necessário apreender estratégias de fortalecimento do trabalho profissional, ancoradas nos arcaibouços legais, éticos e políticos do Serviço Social, iluminados pela tradição marxista.

Como explanado no capítulo anterior, segundo aportes nas leituras da área, entende-se que, desvincular o caráter político da questão social leva à redução de suas expressões/refrações, as expressões de desigualdade, ou seja, suprime o fator trabalho em seu conflito com o capital, o que passa a não permitir a concepção do próprio trabalho de assistente social, inserido nessa contradição.

⁵⁴ (...) supõe o reconhecimento da presença de orientações distintas na arena profissional assim como o embate respeitoso com as tendências regressivas do Serviço Social (...) (IAMAMOTO, 2010, p.226)

Nesta seara, o Serviço Social, como profissão, carrega, nas refrações da questão social, seu objeto de trabalho. Por isso, é requisitado a dar respostas propositivas às novas demandas que os profissionais são requisitados e, ao mesmo tempo, devem

[...] ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação às forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional (IAMAMOTO, 2014, p.611).

Além disso, ganha-se destaque o processo de tecnificação, apartada do horizonte político, isto é, o profissional endógeno torna-se prisioneiro das demandas institucionais e refém da racionalidade instrumental ⁵⁵na profissão.

O movimento das classes faz a política, e se os indivíduos são jogados em seus espaços privados e na insegurança que decorre da privação do espaço público, corremos o risco de não termos política, mas apenas administração, que pode ser inclusive de alta qualidade técnica. Risco que corremos: sermos bons gestores despolitizados (YAZBEK, 2014, p. 680).

Yazbek (2014) expõe as implicações políticas direcionadas ao trabalho profissional de assistente social em seus espaços ocupacionais. Segundo ela, é necessário se pensar no contexto de interesse da classe, uma vez que, em seu trabalho, estão inseridos os processos de disputa entre classes, bem como são permitidas a reprodução e a perpetuação, ao mesmo tempo que possibilita, também, sua transformação. Iamamoto (1998) refere esse cenário como importante para apreender o trabalho profissional, além disso, requer ainda

(...) inseri-lo no jogo das relações das classes sociais e de seus mecanismos de poder econômico, político e cultural (...) tem um caráter essencialmente político: surge das próprias relações de poder presentes na sociedade (...) exige recursos teórico e um horizonte político para decifrar a dinâmica conjuntural, os sujeitos coletivos aí presentes e suas relações com a profissão. (p. 121; 123; 125)

O protagonismo político do Serviço Social necessita de constante atualização, sempre com o olhar no horizonte do projeto ético-político. Deve-se evitar, portanto, a

⁵⁵ Aqui comparece em toda sua expressão a dimensão técnico-instrumental, a qual, apartada das demais dimensões, torna-se presa fácil do pragmatismo. Ocorre que o nível do cotidiano é o nível do senso comum. Para a consciência comum, que atua nas demandas do cotidiano, a atividade prática contrapõe-se à teoria, ou, como se costuma ouvir, na prática a teoria é outra. Esta passa a ser considerada desnecessária ou como um entrave à prática, compreendida como sinônimo de atividade, resultando na prática irrefletida (GUERRA, 2000, p.10).

defasagem entre as intenções expressas no discurso, pois isso ratifica o fazer e o próprio exercício desse fazer.

O ponto de partida da análise é que o significado social da prática profissional não se revela de imediato, não se revela no próprio relato do fazer profissional, das dificuldades que vivenciamos cotidianamente. A prática profissional não tem o poder miraculoso de revelar-se a si própria. Adquire seu sentido, descobre suas alternativas na história da sociedade da qual é parte. Assim sendo, é lançado o olhar para mais longe, para o horizonte do movimento das classes sociais e de suas relações nos quadros do Estado e da sociedade nacional, que se torna possível desvelar a prática do Serviço Social, apreender os fios que a articulam às estratégias políticas das classes, desvendar a sua necessidade, os seus efeitos na vida social, assim como os seus limites e suas possibilidades (IAMAMOTO, 2013, p. 142).

Em suma, o Serviço Social se configura como uma profissão, inserida na tensão entre desigualdades e resistência, ou seja, imersa em interesses sociais contrários na disputa pela socialização da riqueza produzida. Deste modo, a perspectiva da dimensão política profissional busca contribuir para situar o posicionamento da categoria em sua relação direta com a disputa, posicionamento elegido pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social. A partir desse projeto, são oferecidos meios éticos e políticos, teórico-metodológicos e operacionais para o desvendamento da realidade desigual, isto é, ultrapassa-se a perspectiva messiânica e realizam-se mediações necessárias, tudo isso possibilita uma caminhada, tendo como horizonte a superação da ordem capitalista.

O profissional do Serviço Social deve aguçar os sentidos para decifrar as tensões existentes “entre projetos profissionais e políticas governamentais e nítidas disputas teórico e políticas no direcionamento do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2014, p. 611), que metamorfoseiam as refrações da questão social.

Além do objeto de trabalho, cabe ao profissional refletir a razão de existir como profissão. Desse modo, obscurece-se o real teor da questão social, a qual é “constitutiva das relações capitalistas, de sua divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente construída, cuja apropriação é profundamente desigual no capitalismo” (YAZBEK, 2018, p. 185). Não obstante, vale ressaltar que os(as) assistentes sociais são profissionais inseridos no âmbito ideológico e político, que conformam a vida dos sujeitos, assim como a eles mesmos, no processo das relações sociais.

De acordo com Yazbek (2014), o trabalho profissional coloca-se como ponto de inflexão para que, assim, haja sentido social da profissão, ou seja, é preciso:

entender o trabalho de assistentes sociais além da operação das políticas sociais; contextualizar a profissão dentro das relações de poder; e, por fim, entender a profissão com uma explícita dimensão política. Para ela,

[...] estamos tratando das disputas políticas no espaço das políticas sociais, mediações centrais no exercício da profissão. Estamos tratando das disputas políticas na esfera pública e nas lutas sociais em seus impactos sobre as relações sociais [...] não apenas como questão técnica, mas como questão essencialmente política (YAZBEK, 2014, p.681).

Alinha-se ao exposto, que o trabalhador do Serviço Social, no contexto ideológico do capital, por vezes se aprisiona na racionalidade instrumental da profissão e aliena-se do saber profissional. Por isso, identificar as tramas ideológicas do capital, como, por exemplo, a falácia de que todos são iguais diante da lei. Afirma-se isso dentro da sociedade mais desigual da história dos homens. Portanto, é necessário que, cotidianamente, a mente das pessoas seja bombardeada com tal ideologia (MÉSZÁROS, 2008), bem como fazer a crítica a essa ideologia não se apresenta como tarefa fácil.

Na atualidade brasileira, vivem-se anos em que se exacerbam o domínio da extrema direita, com seu viés conservador⁵⁶ e neofacista⁵⁷, principalmente após o golpe que destituiu a presidenta, legitimamente eleita, Dilma Rousseff, no ano de 2016, e a chegada ao palácio do planalto da figura mais hedionda da história política brasileira, Jair Bolsonaro⁵⁸.

⁵⁶ Produto da Revolução Francesa e da Industrial. O pensamento conservador é restaurador, preservador, reforça a autoridade moral. Despontou em 1790 com Edmund Burke, em seu trabalho "Reflexões sobre a Revolução em França" (YASBEK, 2018, p. 53).

⁵⁷ De forma geral, o fascismo é um regime autoritário com **concentração total do poder** nas mãos do líder do governo. Esse líder deveria ser cultuado e poderia tomar qualquer decisão sem consultar previamente os representantes da sociedade. Além disso, o fascismo defende uma **exaltação da coletividade nacional** em detrimento das culturas de outros países. Além de **totalitários**, os governos fascistas objetivavam **expandir seu território** por meio de conflitos internacionais. Para isso, realizavam altos investimentos na produção de armas e equipamentos de guerra (SOUZA, 2017).

⁵⁸ Sem merecimento de uma nota de rodapé, deve-se entender que Jair Bolsonaro representa algo maior do que sua decrépita figura. O surgimento do Bolsonarismo como corrente política ideológica se trata de um **fenômeno ainda difícil de compreender**. Seja por conta de sua dimensão temporal recente ou pela variedade de atores, pautas e até mesmo contradições observadas em seu interior. Entretanto, é possível identificar alguns dos fatores constitutivos desse movimento como: A exaltação da ditadura militar; A defesa da meritocracia; A divisão da sociedade entre bons e maus; Na esfera institucional, a crítica generalizada a existência de partidos políticos e a dimensão corrupta que estaria "intrinsecamente" associada a estes. (...) o **bolsonarismo** ainda se revela como capaz de mobilizar milhares de pessoas às ruas e às urnas brasileiras. Evidenciando o impacto social e político desse fenômeno e a sua importância em compreendê-lo (LEVANDOSKI, 2022).

Os ataques aos direitos da classe trabalhadora se aprofundaram e se intensificaram, de maneira impactante, como a imoral Reforma Previdenciária⁵⁹, do governo Bolsonaro, e a Reforma Trabalhista⁶⁰, assim como a Emenda constitucional 95 do governo ilegítimo de Michel Temer, que limitou o teto de gastos, subtraindo o financiamento para a manutenção de políticas sociais estruturadoras e vitais à vida da população, como saúde e Assistência Social. Avolumam-se, também, os conflitos armados, disputas de poder, acumulação, pobreza, desemprego e o não emprego, a degradação do meio ambiente, retrocessos nos direitos sociais, entre outras mazelas.

Neste contexto, tem-se o advento de uma pandemia da chamada COVID-19⁶¹, que chega ao país no ano de 2020, um país já fragilizado e desmobilizado no enfrentamento político dos ataques aos segmentos empobrecidos, principalmente os de vinculação à esquerda. O avanço da pandemia torna-se, assim, um fator importante de convencimento da população de que a crise vivida é resultado das medidas de contenção ao vírus. A pandemia da COVID-19 se apresenta como fator cooptado pelo governo, como um meio facilitador ao Capital, aliado a extrema-direita, para a consolidação da regressão dos direitos, que já vinha em curso desde 2008. Coroando, com louvor, a voluptuosa fome do Capital em busca da valorização do valor.

Entende-se que a importância em ampliar esforços para os estudos da categoria trabalho, no método marxiano, ou, no mínimo em autores que nele se alimentam, é incontestável. Isso posto, a seguir, mostram-se os principais achados nas produções da área, realizadas através da pesquisa bibliográfica, elucidada na

⁵⁹ Em 20 de fevereiro de 2019 o governo Bolsonaro entregou ao Congresso sua proposta de **Reforma da Previdência**, que tornou-se a prioridade de seu primeiro ano de administração. A Reforma, em linhas gerais, altera regras de concessão e cálculo de aposentadorias e pensões, dos regimes geral e próprio dos servidores públicos federais, instituindo também regras de transição (CEOLIN; MORAES, 2019).

⁶⁰ A Lei 13.467/2017, publicada em 14/07/2017, alterou mais de uma centena de pontos da CLT e trouxe várias mudanças que afetam o dia a dia entre empregado e empregador, outras que abrangem as relações sindicais, além de outras que envolvem questões judiciais decorrentes de reclamações trabalhistas (PANTALEÃO, 2020).

⁶¹ [...] descoberto na China em janeiro de 2020, se espalhou rapidamente pelas diferentes regiões do mundo levando a um grande número de infectados, doentes em situação grave e mortos. A Covid-19 foi declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 [...]. Características do trabalho remoto de assistentes sociais no SUAS de Santa Catarina durante a pandemia do Covid-19 (ESSELE; PFEIFER; TRUPPEL, 2020. p.1).

introdução desta dissertação, e doravante, com maior especificação, sobre o trabalho de assistentes sociais.

3.1 TENDÊNCIAS DAS PRODUÇÕES DA ÁREA SOBRE A CATEGORIA TRABALHO DE ASSISTENTE SOCIAL

Ao finalizar o agrupamento dos dados coletados na pesquisa bibliográfica, identificaram-se 4 tendências de abordagens contidas nas produções sobre a categoria Trabalho de assistente social. Embora a ênfase deste estudo não seja quantitativa, foi realizado um levantamento frequencial (Tabela 4).

As 4 tendências serão tratadas em ordem de frequência, como 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, conforme exposto a seguir. Em relação às tendências, destacam-se: 1) o debate da **1ª função social e os fundamentos do trabalho de assistentes sociais**, com maior índice de frequência 71% (N=31); 2) o debate sobre a **2ª mediação, como categoria do método em Marx e Instrumentalidade do Serviço Social**, ambos com 68 % (N=31); 3) e 4) encontrou-se os debates sobre **3ª desafios e dificuldades no trabalho de assistente social**, com frequência de 67,8% (N=31), **4ª dimensões e expressões das competências e atribuições profissionais no trabalho de assistente social e sua relação com o cotidiano**, com frequência de 64,6% (N=31).

Tabela 4- Tabela de tendências de abordagens identificadas nas produções das revistas Serviço Social e Sociedade e Temporalis com levantamento frequencial

CLASSIFICAÇÃO	EMERGENTES	PERCENTUAIS SOBRE N=31
1º	1º Função Social e Fundamentos do SS	71%
2º	2º Mediação (método em Marx) e instrumentalidade do Serviço Social	68%
3º	3º Desafios e dificuldades no trabalho de assistentes sociais	67,8%a
4º	4º Dimensões e expressões das competências e atribuições profissionais no trabalho de assistentes sociais e sua relação com o cotidiano.	64.6%

Fonte: OLIVEIRA, 2022

O processo de levantamento, realizado para a identificação das categorias emergentes ligadas ao trabalho de assistentes sociais, proporcionou a identificação de artigos que apresentavam articulação entre mais de uma categoria emergente, ou seja, que mais contribuíram para identificação das 4 maiores tendências.

Tabela 5- artigos que apresentam o debate emergente em mais de uma tendência

TÍTULO DO ARTIGO	TENDÊNCIA/ CONTRIBUI U	REVISTA/A NO
SERVIÇO SOCIAL E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL EM TEMPOS DE PANDEMIA Angélica Luiza Silva Bezerra, Milena Gomes de Medeiros – v.21 nº 41	2º; 3º; 4º	Temporalis/ 2021
ARTICULAÇÃO ENTRE SUPERVISÃO DE CAMPO E ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL Adriana Ramos, Francine Helfreich Coutinho dos Santos – V.16 nº31	1º; 2º; 3º; 4º	Temporalis/ 2016
AGUDIZAÇÃO DA BARBÁRIE E DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL* Ivanete Boschetti – 2017 – Nº128 – SSS	1º; 2º; 3º	Serviço Social e Sociedade/ 2017
ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM POPULAÇÃO LGBT EM CONTEXTO ULTRACONSERVADOR E PANDÊMICO Michael Hudson Dantas, Luana Vanessa Soares Pinto de Souza, Samya Katiane Martins Pinheiro – v.21 nº41	1º; 2º; 3º; 4º	Temporalis/ 2021
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL Mônica Freitas Ferri – v. 20 n. 39	1º; 2º; 3º; 4º	Temporalis/ 2020
TRABALHO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA SAÚDE NA CONTRARREFORMA ESTATAL Gleiciane Viana Gomes, Liana Brito – v. 15 nº 30	3º; 4º	Temporalis/ 2015
RELAÇÕES DE TRABALHO E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE Jane Cruz Prates, Thaisa Teixeira Closs – v.15 nº 30	1º; 2º; 3º; 4º	Temporalis/ 2015
A MEDIAÇÃO DA ARTE NO TRABALHO EDUCATIVO DO SERVIÇO SOCIAL PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA Isabel Cristina Chaves Lopes – v. 17 nº33	1º; 2º; 3º 4º	Temporalis/ 2017
OS DESDOBRAMENTOS DO <i>ETHOS</i> IDEALISTA-FORMAL NO TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS Jodeyson Islony Lima Sobrinho, Rita de Lourdes de Lima – v. 18 nº 36	1º; 2º; 3º	Temporalis/ 2018
A CENTRALIDADE DA QUESTÃO SOCIAL PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	1º; 2º; 3º; 4º	Temporalis/

Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS Serviço Social: Fundamentos, formação e trabalho profissional, Fátima Grave Ortiz, Hamida Assunção, Luciana Cantalice, Mariléia Goim, Tatiana Reidel - v.21 nº42	2021
--	------

Fonte: Oliveira (2022)

Nesta mesma linha, houve um (01) artigo que não contemplou a identificação de categorias emergentes, pois o estudo, em questão, não apresentou, ao longo de sua leitura, a categoria trabalho do assistente social e variáveis que compatibilizavam com os critérios da pesquisadora, mas que constará na discussão de outro capítulo. Trata-se do artigo intitulado POLÍTICA AGRÁRIA: extensão rural e Serviço Social, a equação possível, das autoras Amanda Farias dos Santos e Mailiz Garibotti Lusa.

Outro dado significativo refere-se aos autores utilizados. Nas 31 produções, para fundamentação teórica da categoria Trabalho de assistente social, 20 deles se fundamentam nas concepções de Marilda lamamoto sobre o trabalho de assistentes sociais, sendo que, destes, 16 são obras somente de Marilda lamamoto e em 4 artigos de Marilda lamamoto e Raul de Carvalho. Em suma, em 81% dos artigos analisados, destaca-se a autora Marilda lamamoto, confirmando que ela é vanguardista na produção sobre o trabalho de assistentes sociais e sua perspectiva marxista. Evidencia-se, portanto, que a direção social, permanece como referência principal para os estudos sobre o tema.

A robusta obra “Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche” se destaca como a mais utilizada pelos autores pesquisados. Em segundo lugar, desponta a obra, produzida em parceria com Raul de Carvalho, “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”; e, ainda, a obra “O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional”. O trecho encontrado, na maioria dos artigos, refere-se ao “Trabalho profissional no sentido adotado por lamamoto (2011), entendendo o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho” (GOMES, BRITO, 2015, p.335).

A discussão sobre a competências é relevante quanto ao uso da autora como referência, como segue: “Segundo lamamoto (2008), para uma prática profissional crítica, o assistente social deve ter domínio de três competências: a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa” (GOMES, BRITO, 2015, p. 345). Por fim, o tema da intervenção profissional possui destaque para o trecho da obra de Marilda lamamoto e Raul de Carvalho, extraído do artigo de Cavaignac e Costa (2017).

Desse modo, a intervenção dos assistentes sociais é atrelada a um duplo objetivo: organizar ações para a reprodução da força de trabalho, por meio da prestação de serviços assistenciais (saúde, alimentação, habitação, nutrição) e de educação social e moral; e agir ideologicamente sobre a força de trabalho, com fins de ajustamento à ordem capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996). (p.422)

Em suma, ao analisar quais são as referências teóricas utilizadas nos artigos, a respeito do tema trabalho de assistentes sociais, Marilda lamamoto destaca-se. Além disso, foi possível identificar qual(ais) autor(s) se buscou para fundamentar somente a categoria trabalho nesses mesmos artigos pesquisados.

No levantamento⁶², 15 textos utilizam Karl Marx diretamente; 11 produções utilizam outros autores, citando o autor; 07 utilizam Gyorgy Lukács diretamente; 2 baseiam-se em outros autores, citando o autor; 17 artigos utilizam Marilda lamamoto; 12 orientam-se em Marilda lamamoto e Raul de Carvalho; 09 produções utilizam Ricardo Antunes e 04 utilizam Giovanni Alves.

A conjugação desses apontamentos leva ao ponto comum entre as produções pesquisadas, no entendimento sobre a unanimidade da filiação teórica dialético crítica, ancorada na perspectiva marxista, seja por meio da fundamentação direta ao referencial ou em autores contemporâneos que se filiam a mesma perspectiva.

Como considerações acerca do levantamento das categorias emergentes em relação ao trabalho de assistentes sociais, **a primeira tendência se apresenta no debate sobre a função social e os fundamentos do trabalho de assistentes sociais**. Essa identificação se deu através de categorias emergentes, como: função social do trabalho; objetivos do trabalho; centralidade do trabalho; significado social do trabalho do assistente social; trabalho na relação compra e venda; força de trabalho mercantilizada; relação contratual da força de trabalho; circunscrita na divisão social e técnica do trabalho; fundamentos; teoria social crítica; formação progressista; reconceituação; Marxismo; paradigma crítico-dialético; dimensão teórico-prática; renovação crítica; orientação ético-política; núcleos de fundamentação.

A abordagem a respeito dos fundamentos aparece nas produções sob duas perspectivas, uma de forma clara e concisa, que não deixa margem de dúvida sobre

⁶² O levantamento pode ser visualizado no Apêndice F, em formato de tabela.

sua interpretação, como na seguinte construção textual do artigo de Prates e Closs (2015):

Tal centralidade não pode ser deslocada de um maior aprofundamento sobre os Fundamentos do Serviço Social, onde se inclui o domínio da compreensão histórica da profissão e da sociedade brasileira, da conjugação do método dialético-crítico e de teorias explicativas da realidade no processo de apreensão e formulação de respostas às expressões da questão social. (p.374)

Em outras produções, o debate surge, ao longo da escrita, e é necessária a interpretação do leitor, como, por exemplo, na produção de Wellen e Carli (2010), sobre as correntes filosóficas que direcionam a profissão, se apresentam como “(...) uma dualidade, pois tanto o marxismo como o positivismo estão bastante arraigados na intervenção do assistente social” (p.129).

Nas produções pesquisadas, o debate se apresenta na reflexão sobre o processo histórico, este, por sua vez, justifica e fundamenta o Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, a gênese positivista e conservadora e sua passagem para um novo posicionamento frente ao capital. Nesse cenário, o vínculo e a defesa da classe trabalhadora se ergueram, como bandeira de lutas pelo coletivo profissional, assim como produz uma profunda crítica ao pensamento burguês.

A construção de um projeto profissional contraditório, com viés emancipatório e antagônico a sociedade do capital, projeto que é tensionado por fatores diversos e que colidem com sua possibilidade de efetivação, são determinantes que se realizam na mediatização da forma de produção capitalista e na reprodução social, materializados nas exigências institucionais e na divisão do trabalho.

Em relação à abordagem, Marilda Iamamoto, Raul de Carvalho e José Paulo Netto são prevalentes para o embasamento teórico⁶³ sobre as categorias: função social e fundamentos.

Na análise bibliográfica, os achados acerca da categoria trabalho de assistente social, ora descrita, articulam-se com os dados analisados da pesquisa empírica,

⁶³ Enquanto um projeto coletivo, o projeto de profissão deve, necessariamente, apontar para um projeto de sociedade (NETTO, 2009). A segunda refere-se aos fundamentos sócio-históricos que consubstanciam o Serviço Social. Tendo a *questão social*, em suas expressões e formas de enfrentamento, o elemento justificador de sua legitimidade profissional, o Serviço Social dialoga com os componentes formadores da própria *questão social* – a desigualdade e a rebeldia –, bem como com os projetos das classes sociais em disputa, podendo fortalecer um ou outro projeto “pela mediação de seu oposto” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2005, p. 75).

realizada, por meio de questionário, com um conjunto de assistentes sociais do Vale do Rio Pardo, elucidada na introdução deste trabalho.

Em suma, observa-se que as produções bibliográficas seguem uma linha unânime de aportes no materialismo histórico dialético, como a teoria central para realizar a leitura conjuntural fora dos limites da alienação. O que encontra respaldo nos dados empíricos, tendo em vista que não houve negativa dos respondentes em relação à pergunta 23 do questionário, que trata sobre a relevância da relação entre o Serviço Social e a teoria social, de Marx, como se percebe nas respostas: “*Sem dialética, não há trabalho possível*” (AS-1) ; “*As bases para um profissional crítico e propositivo vêm da teoria de Marx* ” (AS-2), segue também este entendimento nas respostas: “*Sim, relevante dentro de todos fundamentos estudados pela formação profissional*” (AS-6); “*Porque ele nos possibilita uma compreensão da realidade no seu todo*” (AS-9).

No entanto, nas entrevistas, somente uma das profissionais citou Marx “*a minha fonte de aprendizado é marxista*” (AS-G) e, também, identificam-se como classe trabalhadora “*porque aí quem vai estar sendo explorado, às vezes, sou eu, porque eu sou fonte de trabalho, eu sou executor do trabalho*” (AS-G). Desses trechos, pode-se inferir alguns tópicos: 1) embora o Serviço Social tenha uma filiação hegemônica na perspectiva crítica marxista, percebe-se uma lacuna sobre o entendimento do referencial e a identificação dos profissionais com a classe trabalhadora, tendo em vista que, apenas, uma entrevistada fez referência a eles; 2) outras correntes filosóficas estão presentes, de forma majoritária, no extrato de investigação. Esses dados refletem, diretamente, na tendência seguinte, considerando que, a categoria mediação para análise, impacta diretamente no trabalho profissional da categoria.

A segunda tendência identificada para a categoria Trabalho de assistente social, é: a mediação como categoria do método e da instrumentalidade do SS.

Após o agrupamento das emergentes, evidenciou-se: mediação; fortalecimento do capital; sociedade capitalista; interesses- capital; Estado ou classe trabalhadora; decadência ideológica, ética e política; ação política do capital via Estado; processo histórico; conjuntura; componente cultural; contexto sócio-erviço histórico; ideologia dominante; sociabilidade; determinantes sócio-histórico; momento histórico; transformações societárias; contexto contemporâneo; capitalismo monopolista; mudanças no capitalismo; políticas sociais no capitalismo; capitalismo contemporâneo; capitalismo mundial.

Ao agrupar as categorias emergentes e realizar a análise de como se apresenta o debate nas produções, pode-se argumentar a ultrapassagem da concepção de mediação, como a realização mediadora de conflitos.

Ivanete Boschetti (2017) refere que é possível fazer a mediação como categoria, pois quando “(...) traduzidos e concretizados por meio de mediações que se realizam cotidianamente nos espaços de intervenção profissional na reafirmação de direitos” e que “não podem se esgotar na cidadania burguesa” (p.68). Segue, na mesma linha as produções de Lima e Miotto (2011); Prates e Closs (2015); Lopes (2017); dentre outros na amostragem. Ademais, identifica-se o alinhamento com as contribuições de Martinelli (2009), que refere às relações estruturais, conjunturais e cotidianas e como elas são as bases para a interpretação da realidade, como forma de objetivar a prática e possibilitar a construção de um profissional, “propositivo e crítico, portador de uma capacidade teórica e política gestora de alternativas” (IAMAMOTO, 1999; NETTO, 1996 in LIMA, MIOTTO, 2011, p. 2014), profissional capaz de identificar as possíveis articulações dentro de cada conjuntura para que, assim, efetive o trabalho profissional.

A importância da categoria mediação, no trabalho profissional, é incontestável, sendo que, através da categoria do método, torna-se possível compreender as contemporâneas transformações no mundo do trabalho, na sociedade capitalista e nas possibilidades de intervenção no trabalho de assistentes sociais, que desenvolvem seu exercício no interior das políticas sociais públicas. Políticas essas que se reestruturam via Estado, conforme as imposições do capital.

Cavaignac e Costa (2017) discutem que o exposto possibilita realizar um entendimento “sobre os processos sociais, econômicos e políticos que envolvem as políticas sociais públicas, alterando sua dinâmica de acordo com as conjunturas Históricas” (p. 412).

Constatou-se, nessa análise, que, em apenas quatro produções, emerge a categoria Instrumentalidade. A observação é baseada no entendimento sobre a confluência entre instrumentalidade e mediação, assimilando a instrumentalidade como a capacidade intelectual para pensar o trabalho de assistente social, como complexo e teórico, que, nas palavras de Moraes e Martinelli (2012), identifica “uma possibilidade crítica do desvendamento do profundo jogo de forças sociais presentes (...) possibilidade de imprimir um direcionamento à sua prática profissional” (p.1).

Outrossim, a capacidade intelectual necessária para exercer a instrumentalidade com a categoria mediação, possibilita articular e interpretar, no trabalho profissional, as manifestações falaciosas das desigualdades na vida dos sujeitos.

Posto isso, nos dados empíricos, em relação às entrevistas, analisou-se a categoria mediação. Percebe-se que, mesmo não verbalizando a categoria em si, infere-se que esta profissional realiza o processo, evidenciando uma instrumentalidade.

Para mim, tudo diz respeito à teoria, né? Eu consigo vincular o tempo inteiro o que a pessoa tá falando com o que eu aprendi na faculdade, por exemplo. Toda a expressão da questão social se dá devido à exploração da mão-de-obra trabalhista. Mesmo que destoe disso, se tu for buscar no conhecimento acho que tem tudo a ver, mesmo que seja um conflito familiar, sabe? (AS-G)

Portanto, embora a entrevistada não apresente a categoria instrumentalidade, evidencia, por meio da articulação intelectual, as refrações da questão social, que se apresentam no cotidiano profissional.

Em relação à **terceira tendência encontrada na análise da pesquisa bibliográfica, a categoria desafios e dificuldades no trabalho de assistentes sociais**, identificada no agrupamento das emergentes, são: desafios ao trabalho de assistente social; dificuldades do Serviço Social; desafios na produção de conhecimento; desafios na educação; desafios de compreender; desafio da laicidade; desafios de apreender as desigualdades na vida dos sujeitos; desafios das atuais tendências; desafios de atendimento a população LGBTQs; desafios para atuação na conjuntura brasileira; desafios para a formação e trabalho; desafios no contexto atual de acumulação; desafios da contemporaneidade; dificuldades inerentes a sua intervenção; desafios à materialização do projeto profissional.

O debate principal transita em torno da superação do conservadorismo na profissão. Na visão de Ferri (2020), “observa-se um hiato entre a intenção de romper com o passado conservador da profissão e os indicativos prático-profissionais para consumá-la” (p.227).

Em outras produções, a exposição transita entre os desafios no espaço ocupacional e com os sujeitos da ação profissional cotidiana, porém o que se observou no decorrer da leitura é que os debates, em sua maioria, conversam diretamente com

a categoria mediação, ao realizarem a interlocução dos desafios cotidianos com os processos mais amplos.

Para Prates e Closs (2015), lê-se profícuo debate sobre peculiar abordagem de peso intelectual da autora Marilda Iamamoto referente ao necessário processo de transpor as análises do trabalho profissional para,

(...) a organização dos processos de trabalho em que se inscreve o assistente social, tendo em vista construirmos e ampliarmos mediações que afirmem a efetivação da direção social estratégica do projeto profissional (IAMAMOTO, 2008 in PRATES e CLOSS, 2015, p.358)

Outro ponto importante observado nesta análise diz respeito ao cenário pós-golpe de 2016, influenciado pelo crescimento da extrema direita e fomentado pelo contexto pandêmico no que se refere aos novos desafios no trabalho profissional de assistentes sociais, tendo sido encontrado em relação a este debate emergente em dois artigos publicados no ano de 2021 nos quais despontam como principais desafios: linha de frente da pandemia; cenário ultraconservador; trabalho remoto; sigilo comprometido; fragilização nas intervenções do trabalho profissional na pandemia.

A quarta tendência se refere às Dimensões e às expressões das competências e das atribuições profissionais, no trabalho de assistentes sociais e sua relação com o cotidiano. Acerca disso, desponta, nas produções analisadas, e, posterior ao agrupamento das emergentes: intervenção profissional qualificada; capacidade teórica e política; estratégias profissionais; reconhecimento; legitimidade da categoria; trabalho crítico e ético; relativa autonomia; leitura crítica; competências e atribuições; potencialidade das intervenções; discussão e reflexão; organizador da cultura; pensamento crítico; ações integrativas; transpor normas e orientações vigentes; estimular; despertar a crítica; planejamento das ações; ampliação do acesso; além da concessão de benefícios; intervenções clara e efetiva; livre de preconceitos; reflexão; postura profissional ética; exercício profissional laico; articulação e reflexão da atuação; desenvolvimento e emancipação; articulações; direitos humanos inegociáveis; concepção crítica da questão social; enfrentamento ao conservadorismo; defesa dos princípios ético-políticos; competência teórica; intervenção mais que competência teórica; instrumentos; trabalho combinado e cooperativo; elaborar, identificar e debater, monitorar, criar e planejar; cotidiano; cotidiano institucional; dinâmica do cotidiano; realidade cotidiana; conhecimentos para

a atuação cotidiana; trabalho cotidiano; condições e relações de trabalho no cotidiano; cotidiano profissional.

A partir do levantamento, é possível perceber que os debates se correlacionam com o arcabouço legal da profissão, ou seja, ancorados na lei de regulamentação profissional, embasado nas Diretrizes Curriculares e norteadas pelo Código de Ética, como extraído da produção de Costa et al (2017), “tendo em vista os instrumentos normativos e orientações estratégicas da profissão, que assim como o Código de Ética profissional, permite pensar e um agir crítico no cotidiano” (p.608).

Contrapondo-se à tendência observada, a fala exposta por uma das participantes da entrevista apresenta um afastamento/esquecimento desse referencial: *“sabe que está me remetendo muito ao tempo de faculdade (...) que se falava muito no projeto Ético-Político, teórico-metodológico e técnico-operativo, estou tentando lembrar de algumas coisas quanto a isso (AS-D)”*. Nesta elucidação, infere-se uma carência de educação continuada e, até mesmo, uma fragilização do arcabouço legal da profissão, como referencial de trabalho. Ademais, pode refletir nos diversos atravessamentos no trato cotidiano do trabalho e as imposições da instituição.

Gomes e Brito (2015) ressaltam que as competências e as atribuições efetivadas, nas respostas profissionais de assistentes sociais, na forma de planejamento, de definição de abordagens e de instrumentos operativos.

Na argumentação de Prates e Closs (2015), falas como a exposta possibilitam a problematização das manifestações cotidianas dos sujeitos e do espaço ocupacional. Dessa maneira, o profissional realizará um trabalho para além do fazer institucionalizado, além de realizar uma atividade intelectual que possibilite superar “A fragilidade da compreensão dos assistentes sociais sobre as competências profissionais para além das demandas do mercado”, pois “é um aspecto que os torna mais vulneráveis aos ditames dos empregadores e às dinâmicas institucionais” (p. 370).

No que concerne ao debate, foi possível extrair das análises dos dados empíricos a seguinte fala, que aponta a materialização do assunto em questão:

Em se tratando de atendimento ao usuário, pelo poder público, na maioria das vezes não temos total autonomia para a execução das ações necessárias. Primeiro porque precisamos lincar ao que a rede dispõe de atendimento ao cidadão. Segundo porque ainda e infelizmente temos intervenções de subordinados que mesmo inconsciente prejudicam o serviço do assistente social. Terceiro em se tratando de poder público, muitas vezes

nossos atendimentos passa a ser a última opção, depois de vir de outros setores com as ações pré-definidas. (AS-C)

Observou-se, nas falas das entrevistas, que a fragilidade se apresenta de forma muito concreta na condição do vínculo empregatício, como condicionante para o exercício profissional, ou seja, sendo concursado, não deve obediência ao governo, como no trecho: *“um vereador pedia (...) o prefeito dizia para fazer (...) ser concursado e poder se posicionar, não ter vínculo”* (AS-D).

Outra questão importante é o argumento do pensamento empresarial na gestão pública. Ele exerce sobre o trabalho profissional a busca pela “produtividade”, presente na fala: *“dentro do serviço público, é que a gestão está muito interligada com os números/ acaba prejudicando o fazer profissional”* (AS-F). Para Iamamoto (2010), essas questões seriam a “interferência de produtividade, eficiência, as pressões dos prazos e das rotinas a serem observadas” (p.424), somadas às atribuições delegadas pelo empregador e nos recursos dispostos, atingem diretamente o trabalho profissional em seu conteúdo e qualidade, o que se percebe na fala: *“eles querem o resultado, o processo que é tão importante eles não dão o devido valor e acaba prejudicando o fazer ético profissional”* (AS-F).

Seguindo a análise bibliográfica sobre a tendência das dimensões e expressões das competências e atribuições profissionais no trabalho de assistentes sociais e sua relação com o cotidiano, Ramos e Santos (2016) apontam que o debate transita em torno do estágio supervisionado. Gonçalves (2016), por sua vez, traz à baila que as relações, com o cotidiano, surgem com maior profundidade. De maneira similar, Goes (2018) corrobora com o exposto e aprofunda o cotidiano em Agnes Heller, ou seja, articula sua análise com o trabalho no judiciário.

Portanto, o trato cotidiano encontra-se imbricado com as relações entre as respostas imediatas aos sujeitos e as suas demandas com a construção de propostas coletivas. Segundo Iamamoto (2008), expressa que a prática profissional busca fundamentar-se em três dimensões (...) que se inter-relacionam e complementam o trabalho profissional no cotidiano das instituições” apud (GOMES, BRITO, 2015, p. 339). Nesse cotidiano, pulverizam-se as disputas distintas de projetos políticos institucionais. Desse modo, provoca-se o esforço dos profissionais de perceber e desvelar a pseudo-realidade e analisá-la sob uma perspectiva crítica, que está, diretamente, vinculada à dimensão ética e política do trabalho profissional, expressa na relativa autonomia e no exercício das atribuições e das competências.

Retornando aos dados empíricos, a categoria 'relativa autonomia' surge, de forma simbiótica, para a noção de autonomia de movimento, espaço, cerceamento físico de ir e vir, conforme a fala *“autonomia profissional muda conforme muda a gestão (...) poder sair, poder fazer, poder articular, eu acho que é isso a minha autonomia nessa área”* (AS-D).

Dito de outra forma, referem-se sobre a gestão personificada no partido, cerceando movimentos, assim como o desenvolvimento do trabalho profissional, como está presente na fala: *“se tu não fizesses o que o gestor deixasse ou como ele queria né, tu eras demitido ou tu eras remanejado (...) a gestão te punia”* (AS-B). Ou, ainda, no trecho *“em se tratando de atendimento ao usuário, pelo poder público, na maioria das vezes não temos total autonomia para a execução das ações necessárias”* (AS-A).

Neste contexto, há uma pressão do poder institucional sobre o trabalhador, que institui a limitação do modo de operar, acessar recursos necessários e construir a direção do seu trabalho, segundo rumos emancipatórios os quais, na maioria, são diferentes dos ideais dos empregadores. Trata-se do encontro antagônico de interesses sociais distintos *“que se refratam no terreno institucional enquanto forças sociopolíticas em luta pela hegemonia que podem ancorar politicamente o trabalho realizado”* (IAMAMOTO, 2010, p.422).

Essas problematizações emergem no seguinte discurso: *“a gente é empurrado para agir mecanicamente, de acordo com o sistema político (...) seria uma desconexão da relativa autonomia com a dimensão política do trabalho profissional”* (AS-G), ou seja, observa-se o peso do confronto na condução do trabalho, que se propõe a ser alinhado ao projeto profissional.

Sobre a relativa autonomia, a fala: *“eu dou autonomia como gestora, mas acima de mim existe outros gestores e eu também não tenho total autonomia”* (AS-C). Aqui, surge um fator importante, tendo em vista que a profissão não dispõe de uma total autonomia. Para lamamoto (2010), a autonomia profissional é condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade. Porém, no fortalecimento a relativa autonomia nos espaços de trabalho, o profissional conta com *“(...) sua qualificação acadêmico-profissional especializada, com a regulamentação de funções privativas e competências e com a articulação com outros agentes institucionais”* (p.422), que se aliam a outras organizações de trabalhadores. Outro excerto de gravação materializa o ressaltado, *“no parecer deles, nunca interferi, eu cuido muito a questão de*

influências políticas né, corto totalmente, não é uma pessoa de fora que vai dizer o que eles têm que fazer” (AS-D).

Neste sentido, compreende-se a relevância de adensar análises e reflexões acerca da dimensão política do trabalho profissional com vistas ao fortalecimento das conquistas da categoria, que orientam a direção social e a política da profissão.

3.2 TENDÊNCIAS DAS PRODUÇÕES SOBRE A CATEGORIA DIMENSÃO POLÍTICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Na relação sobre a dimensão política do trabalho de assistentes sociais, operou-se o rigor metodológico estabelecido para a análise bibliográfica nas produções da área. Foram utilizados os 31 artigos, que seguiam o critério, previamente estabelecido. Após a leitura flutuante, foram destacadas as categorias variáveis (formação política; projeto ético-político; projeto profissional; cultura profissional; projeto profissional do Serviço Social; formação política; ação política; política e/ou a categoria principal (dimensão política). Feito isso, excluíram-se as marcações das categorias que se encontravam no título, palavras-chave e referências. Em seguida, as informações foram migradas para um quadro, a fim de se agrupar as categorias emergentes para, então, realizar a análise. Ao término, encontraram-se 3 tendências no debate sobre o tema, que serão expostas em sua sequência frequencial.

A maior frequência das 2 grandes tendências foi **o projeto ético-político (sujeitos de construção, arcabouço legal, direcionamento político hegemônico) e fatores que desafiam o Serviço Social para a efetivação do trabalho profissional e a possibilidade de materialização do Projeto Ético-Político, com a discussão sobre a conjuntura política pós-golpe de 2016 e as implicações para o Projeto Ético e Político do Serviço Social**, ambos com índice de frequência de 87,1% (N=31). A segunda tendência encontrada trata-se dos **componentes imprescindíveis à materialização das competências, desde a formação ao trabalho profissional, na busca pelos resultados idealizados no projeto ético e político (a direção política na formação e trabalho profissional) e o necessário aporte da educação permanente**, que representou 80.7% (N=31).

Tabela 6- Tabela das tendências de abordagens identificadas nas produções das revistas serviço social e sociedade e temporalis com levantamento frequencial

Classificação	Tendências	Percentuais sobre N=31
1º	- Projeto Ético-político (sujeitos de construção, arcabouço legal, direcionamento político hegemônico). - Fatores que desafiam o Serviço Social para a efetivação do trabalho profissional e a possibilidade de materialização do Projeto Ético-Político com a discussão sobre a Conjuntura política pós-golpe de 2016 e implicações para o Projeto Ético e Político do Serviço Social,	87,1%
2º	Componentes imprescindíveis à materialização das competências, desde a formação ao trabalho profissional, na busca pelos resultados idealizados no Projeto Ético e Político (A direção política na formação e trabalho profissional) e o necessário aporte da educação permanente.	80,7%

Fonte: OLIVEIRA, 2022.

Durante a fase de identificação das categorias emergentes e das tendências de debates, foi possível realizar o levantamento dos artigos que articularam mais de uma tendência. Desse modo, observou-se que os artigos, em sua maioria, articularam todas as tendências, com exceção de 3 produções, pois utilizava somente uma.

Tabela 7- Artigos que contribuíram em uma tendência de debate

Título do artigo	Em qual tendência contribuiu	Revista/ano
6)LUTAS SOCIAIS E DESAFIOS DA CLASSE TRABALHADORA: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro <i>Maria Beatriz Costa Abramides – 2017 – Nº129</i>	1ª O Projeto Ético-Político (sujeitos de construção, arcabouço direcionamento hegemônico)	Serviço Social e Sociedade/2017
OITO NOTAS SOBRE FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E RENOVAÇÃO CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL <i>Evelyne Medeiros Pereira, Gabrielly Souza de França – 2021 – V.21 nº42</i>	1ª O Projeto Ético-Político (sujeitos de construção, arcabouço direcionamento hegemônico)	Temporalis/2021
FUNDAMENTOS PARA A CONSCIÊNCIA ÉTICA E POLÍTICA DO SER SOCIAL: ENSAIO SOBRE AGNES HELLER <i>Renato Tadeu Veroneze, Maria Lúcia Martinelli – 2015 - v.15 n.30</i>	3ª componente imprescindível à materialização das competências desde a formação ao trabalho profissional, na busca pelos resultados idealizados no Projeto Ético e Político (A direção política na formação e trabalho profissional) e o necessário aporte da educação permanente.	Temporalis/2015

Fonte: Oliveira (2022)

No que concerne aos autores utilizados nas 31 produções para fundamentar a dimensão política do trabalho de assistentes sociais, José Paulo Netto é a principal referência, sobretudo as obras: “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”; “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”. Outra autora muito utilizada foi Marilda Iamamoto, com a obra “Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social” e a obra escrita com Raul de Carvalho “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”. Por fim, a autora Maria Lúcia Silva Barroco teve destaque, com sua obra “Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos”. Os dados encontrados confirmam a importância dos autores supracitados para aprofundar o entendimento sobre a dimensão política do trabalho profissional.

Adentrando à exposição sobre tendências, a primeira sendo **projeto ético-político: sujeitos de construção, arcabouço legal, direcionamento político hegemônico**, cuja identificação deu-se após o agrupamento das categorias: direção social do trabalho; sujeito coletivo; corpo ou categoria profissional; direção social estratégica; construção coletiva da categoria; defesa da classe trabalhadora; conjunto CEFESS/CRESS, avanços, conquistas; maturidade intelectual e política; agenda política do Serviço Social; congresso da virada; movimento 1980 e direção renovada; perspectiva marxista; renovação política do Serviço Social; referências intelectuais/ organicamente vinculadas à política; ação política coletiva; projeto societário emancipatório; Influências ideopolíticas progressistas; pauta dos sujeitos e movimentos sociais; movimento estudantil; radicalmente democrática; código de ética e lei de regulamentação, arcabouço legal.

Guazelli e Adriano (2016) resgatam as contribuições teóricas e políticas da profissão e a evidência do projeto ético-político. Eles são os expoentes do “processo de construção coletiva da categoria” (p.238), assim como os impactos do Movimento de Reconceituação, que foi um marco político e teórico, principalmente com seu referencial marxista em Wellen e Carli (2010).

O projeto profissional, para Ramos e Santos (2016), foi “construído por uma determinada categoria profissional, arena de disputas (...) se configura como um produto sócio-histórico” (p. 294), que questiona o Serviço Social conservador e sua prática ajustadora.

Moro e Marques (2011) elucidam que os rebatimentos de transpor o “tradicional”, do Movimento de Reconceituação na América Latina da década de 1960, chegam tardiamente ao Brasil, sendo na “segunda metade dos anos 1970” (p.17). Em duas produções, o debate sobre o projeto ético-político apresenta a mesma linha de exposição em que o arcabouço legal coaduna com o Projeto Profissional.

Outrossim, Ramos e Santos (2016) ressaltam que,

O projeto ético-político do Serviço Social, consolidado nos anos de 1990, condensa uma série de compromissos e posturas profissionais, se expressando em alguns documentos como, por exemplo: o Código de Ética Profissional, a lei que regulamenta a profissão e as diretrizes curriculares de 1996 (p. 295).

Gonçalves e Damasceno (2016) acrescentam ainda: “O processo de renovação do projeto profissional se materializa a partir da reformulação das diretrizes

curriculares dos cursos, do código de ética e da lei que regulamenta a profissão (p. 275).

No processo de análise dos dados empíricos, percebe-se o feliz encontro entre a construção argumentativa dos autores, com a fala da entrevistada: *“Eu acho que o Projeto Ético-Político diz exatamente como a gente deve se posicionar, é o balizador (...) não existe execução do trabalho sem estar vinculado ao PEP”* (AS-G).

As entidades representativas, como o Conselho Federal e Conselhos Regionais do Serviço Social, são debatidas como instâncias político-organizativas indispensáveis no direcionamento profissional. Para Costa et al. (2017) essas organizações “cumprem um importante papel na produção e disseminação de documentos” (p. 591), além de direcionarem “na defesa dos direitos humanos e sociais” (p.591). Por fim, argumentam que se deve reconhecer as limitações da sociedade capitalista, pois há o condicionamento e a alienação do trabalho.

Juntamente com a tendência bibliográfica exposta, o debate sobre os **fatores que desafiam o Serviço Social para a efetivação do trabalho profissional e a possibilidade de materialização do Projeto Ético-Político, com a discussão sobre a Conjuntura política pós-golpe de 2016 e implicações para o Projeto Ético e Político do Serviço Social**, também se evidencia, sendo uma das tendências com maior frequência.

O achado ocorre pelo agrupamento de inúmeras categorias emergentes, identificadas no processo de análise, a saber: constrangimentos; relação com os empregadores; determinantes técnicos-institucionais; contradições internas; crescimento acelerado da profissão; agudização da barbárie; exploração e opressão; Assistentes Sociais sem posição política; pretensa neutralidade; separação teoria e prática; refluxo dos movimentos sociais; criminalização de resistências; profissional impotente e limitado; assalariamento; pressão do desemprego; trabalho difuso e heterogêneo; reformas; massificação e aligeiramento do ensino; rebatimentos conjunturais; diversidade de projetos societários; recursos dispostos; Serviço Social acrítico e funcional; atuação policialesca e controladora; espaços de alienação; discurso da mídia valoriza o pensamento burguês; descrença política nas formas democráticas; decadência ideológica, ética, política; respostas imediatas e superficiais no exercício; esvaziamento do conteúdo político; jargões profissionais; redução do Projeto Ético-Político ao Código de ética; análise tecnicista, instrumental, imediatista; ações moralizadoras, higienistas, assistencialistas, caritativas;

trabalhadores excluídos do campo da política; jogo da política e movimento das classes; bons gestores despolitizados; condições institucionais; ofensiva neoconservadora; cidadania burguesa; ordem societária estabelecida; ideologia neoliberal; classe dominante; políticas neoliberais; conservadorismo; condições sócio-histórica; formação sócio-histórica brasileira/ dependente, periférico, urbano-industrial, subordinado; ameaça ao Projeto Ético-Político; ataques aos fundamentos; disputa pela direção política; vanguarda profissional alinhada ao Projeto Ético-Político X base de profissionais distanciada; desafios de construir mediações políticas, ideológicas; educação historicamente condicionada; herança teórica e política; golpe e eleições de 2018; direita e extrema-direita; amenização da luta de classes; extrema-direita/ discurso de ódio/ violência/ intolerância/ racismo/ misoginia/ machismo/ lgbtfobia/ apelo à moral e os bons costumes; política fundamentalista/ fascismo/ ensino religioso seletivo/ suprimida a liberdade de consciência; projeto ultraconservador e ultraneoliberal; pandemia; reprodução dos valores hegemônicos racistas, cisgêneros, heteropatriarcais.

Os autores apresentam diversos dilemas e desafios para efetivar o trabalho profissional, tendo em vista o projeto ético-político ser totalmente antagônico ao discurso ideológico burguês/capitalista, que tensiona as diretrizes, os valores e os fundamentos do projeto profissional e seus direcionamentos políticos e éticos.

Essas orientações são determinantes para a mediação entre produção e reprodução social (MOTA, 2014). Neste contexto, os profissionais são desafiados “a formular mediações teóricas, técnicas, éticas e políticas, na perspectiva da competência crítica diante das exigências burocráticas e administrativas que lhe são requeridas” (RAICHELIS, 2010, p.753). Faz-se isso, a fim de se distanciar do tensionamento sobre o profissional competente (CHAUÍ, 1989 apud RAICHELIS, 2010, p.753), que exige ações coletivas da categoria, na relação entre instituição e gestão. Essas posturas podem caracterizar relações de constrangimento.

Wellen e Carli (2010) discutem que, para o Serviço Social, “posições como estas instauram caminhos de ampla responsabilidade aos assistentes sociais, pois dimensionam a necessidade de seu preparo para a intervenção política e social” (p.132).

Boschetti (2015), por outro lado, mostra que o avanço do conservadorismo reforça uma dicotomia entre uma base da categoria, que se desconecta profissional e politicamente do projeto de profissão; e uma vanguarda, que o defende e o afirma. No

debate da autora: “O crescimento acelerado da profissão não pode fagocitar esse precioso patrimônio construído coletivamente, que é o Projeto Ético-Político Profissional” (p.650).

Para Ramos e Santos (2016), por outro lado, o crescimento desenfreado dos “cursos privados de qualidade questionável coloca em xeque o perfil profissional que está sendo formado” (p.285).

A expansão acelerada do ensino superior privado, particularmente na EAD, tem implicações concretas na formação, aligeiramento no trato da teoria e ênfase no treinamento. A perda de “[...] qualidade da formação universitária facilitam a submissão dos profissionais às demandas e ‘normas do mercado’, tendentes a um processo de politização à direita da categoria” (IAMAMOTO, 2017, p. 33 apud FERRI, 2020, p.233)

Nesta via, o debate, em torno da disputa pela direção política existente na categoria profissional, ganha rico aprofundamento em Costa et al (2017) ao alinhar o tema com as lutas feministas, raciais e da diversidade sexual.

Para Yazbek (2014), a agenda neoliberal é ponto de argumento sobre as dificuldades para reafirmar o projeto profissional, pois “trouxe consequências devastadoras (...) para as políticas sociais, cultura e política” (p.679). O trabalho e as políticas sociais, engendradas nessa conjuntura neoliberal, desafiam o Serviço Social na reafirmação do Projeto Ético-Político. Segundo Boschetti (2017), é necessário “entender as determinações sócio-históricas de conformação do trabalho profissional e das condições de realização” (p.66).

Acerca desse tema, Ferri (2020) expõe “o trabalho profissional no campo das políticas sociais, na sociedade capitalista da era neoliberal”, (p. 236) afeta os espaços de trabalho dos assistentes sociais. Desse modo, reatualiza o que Sobrinho e Lima (2018) referem como “tendências ético-política conservantistas numa perspectiva de modernizar práticas que atendam aos interesses institucionais e sociais postos pelo *ethos* dominante” (p.41).

Articula-se ao exposto a seguinte fala da entrevista que se referiu sobre a possibilidade de efetivação da dimensão política do trabalho profissional, na forma de: “*mostrar resultados, conquistas em trabalhos com famílias, famílias emancipadas, programas e projetos que obtiveram resultados positivos*” (AS-E).

Essas afirmativas, levam ao questionamento sobre os rumos da tradição marxista para a análise e o direcionamento da categoria profissional, que ilumina o

trabalho com categorias que possibilitam analisar as condições reais de vida em que a classe trabalhadora se encontra (IAMAMOTO, 2013).

Para Bezerra e Medeiros (2021), no cenário pós 2015 e principalmente pós golpe de 2016⁶⁴, os desafios se agudizam com o avanço ultraneoliberal e ultraneoliberal, além do contexto sanitário devido à expansão desenfreada da COVID-19, que suscitou a realidade pandêmica, iniciada em 2020. Essa conjuntura levou a profissão a “redefinir nossas ações com base nos parâmetros dos fundamentos da ética profissional (...) que somos direcionados, apesar dos limites do sistema capitalista (p.63). Alinha-se ao exposto, o dado empírico expresso na fala de uma entrevistada: *“O contexto atual de atuação profissional se apresenta com dificuldades na consolidação do PEP devido às transformações societárias que traz grande impacto no desenvolvimento do nosso trabalho”* (AS-A).

Nos dados empíricos, há uma exposição conflituosa em relação ao código de ética e o PEP. No fragmento, observa-se a referência de uma necessária atualização do Projeto Ético-Político com as condições de trabalho atuais: *“o nosso PEP deveria ser reestruturado em alguns pontos, muitas coisas têm mudado. Então, o PEP deveria ser mais debatido, (...) atualizado eu diria”* (AS-E); e também na fala: *“devemos rever muito nosso Código de Ética com a realidade de atendimento do Serviço Social”* (ASF).

Essas falas sinalizam a frágil apreensão sobre o projeto profissional que, no código de ética, demarca a direção social do trabalho profissional, bem como apresenta princípios e valores humanistas atuais.

As produções de 2010 a 2021 mostram, ao longo de 11 anos, o constante debate entre um exercício profissional, baseado na ideia de um “conhecimento verdadeiro (...) que se traduz num resultado prático imediato, útil e instrumental (...) ganhando status de verdade” (BEZERRA; MEDEIROS, 2021, p.56) e um exercício crítico e direcionado aos anseios da classe trabalhadora.

Os direcionamentos contrários, dentro Serviço Social, colocam em perigo o atual Projeto Ético-Político.

⁶⁴ O cenário é conturbado por um movimento golpista de *impeachment* do poder executivo em abril de 2016 e da autocracia burguesa brasileira à frente de uma orquestração da defesa intransigente contra a perda histórica de privilégios assentados na relação social alienada que monopoliza os frutos do trabalho coletivo. O governo golpista do (ex) vice-presidente Michel Temer (2016-atual), tem no espectro um conservadorismo sem precedentes de extrema-direita do capital. Reconhecemos forças reacionárias apoiando este processo (OLIVEIRA, 2018, p.255)

Além disso, nossa categoria profissional, em linhas gerais, tem se posicionado contrariamente a todas as articulações político-partidárias que visam a destruição dos direitos dos/as trabalhadores/as, bem como aos processos de privatização do patrimônio público e das políticas sociais. Com firmeza política, se coloca contra os golpes da extrema direita que ameaçam a democracia no país e sua explícita expressão no atual governo federal brasileiro (ORTIZ et al., 2021, p.258)

O debate, nas produções, afirma que “os novos tempos exigem cada vez mais uma atuação adequada aos novos ritmos de desenvolvimento social, econômico e político, sem perder de vista os interesses da classe trabalhadora e de sua família” (BEZERRA, MEDEIROS, 2021, p.61).

A **segunda tendência** sobre a categoria dimensão política identificada, trata-se dos **componentes imprescindíveis à materialização das competências, desde a formação ao trabalho profissional, na busca pelos resultados idealizados no projeto ético e político (a direção política na formação e no trabalho profissional) e o necessário aporte da educação permanente**. A mesma representou 80,7% (N=31), composta após o agrupamento das categorias: método histórico-crítico dialético; qualificação dos processos interventivos; promover protagonismo; fortalecimento da cultura democrática; postura ético-política e teórica; alterar a correlação de forças; profissional propositivo e crítico; reconhecimento de necessidades individuais como coletivas; validade argumentativa; justiça social e emancipação da classe trabalhadora; posicionamento político; competências; autonomia relativa; qualificação ético-política; classe trabalhadora no cenário político; espaços de resistência; laicidade do Estado como bandeira de luta; luta contra a superexploração; reflexão, ética, direitos humanos; visibilidade às lutas urbanas; direito à cidade; movimentos, organizações e partidos; pedagogia emancipatória; educação popular; cultura/ instrumento de emancipação política; momento catártico (tomada de consciência/ ato de coragem/ sujeito criador e transformador); suspensão das relações alienadas-alienantes; formação continuada; pesquisas e estudos.

As produções analisadas apresentam o projeto ético-político detentor do reconhecimento da profissão, em sua dimensão e em seu direcionamento político hegemônico, que constrói a imagem da profissão, balizada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Ademais, isso “expressa o perfil profissional que se pretende formar” (ORTIZ et al, 2021, p.247), ou seja, alinham-se aos interesses da classe a qual o projeto ético-político direciona, no que tange às respostas profissionais do trabalho profissional.

A formação em Serviço Social, iluminada pelo referencial teórico-metodológico marxista que nunca sem ele, porém não somente com ele, na argumentação de Gonçalves (2016), refere: “acreditamos ser este o único capaz de possibilitar uma análise concreta da realidade social pautando-se numa perspectiva revolucionária” (p.70).

Para Guazzelli e Adriano (2016),

Compreender as determinações e intencionalidades que atravessam as lutas dos trabalhadores é condição necessária para desvelar o significado que o Serviço Social assume na construção destas, mediante a análise crítica e radical da sociabilidade burguesa, a defesa intransigente de valores e posturas vinculadas a perspectivas emancipatórias e na afirmação de um projeto de sociedade livre das agruras do capital (p. 239).

Ciente que o Serviço Social é partícipe da reprodução social, por meio de seus processos interventivos, e “não pode ser pensado fora dos interesses de classes antagônicas” (IAMAMOTO, 1999 apud LIMA, MIOTO, 2011, p.217). Além disso, a construção de referenciais teórico-metodológicos possibilita a construção de linhas de discussão, que aborda “a complexa relação entre a emancipação política e o horizonte da emancipação humana (...) que não caia nas armadilhas de uma análise tecnicista, instrumental e imediatista” (BEZERRA; MEDEIROS, 2021, p.66).

Constituindo mediações técnicas e políticas que equacionem em condições concretas, em meio a novos desafios colocados por novas necessidades, a possibilidade de o Serviço Social redefinir estratégias e procedimentos, sendo que, para Yazbek (2014), este “movimento da profissão, que pode (ou não) realizar direitos de cidadania, não se faz sem referentes, mas segue uma direção social apoiada na força de um projeto profissional” (p.699).

Neste processo, gestam-se as circunstâncias de abstrair teórica e metodologicamente o simbolizar da profissão “no processo de produção e reprodução das relações sociais, desvelando o seu caráter político (...) não há neutralidade no trabalho do assistente social” (EURICO, 2013, p.293) ou, ainda “a escolha pela neutralidade já implica uma tomada de posição em face das lutas sociais” (WELLEN; CARLI, 2010, p.125).

A produção de Veroneze e Martinelli (2015) sinaliza a centralidade do conhecimento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político para aqueles dispostos a serem educadores sociais. Gonçalves e Damasceno (2016) mencionam que, para superar as ambiguidades e os desafios de compreensão do projeto

profissional que entravam sua consolidação, a “formação profissional qualificada e contínua é condição imprescindível para apropriação dos referenciais teóricos e metodológicos e capacidade técnico-operativa de atuação” (p.278).

Neste ponto, há um alinhamento com os dados empíricos, relativos às entrevistas, pois apresentaram, na fala, a necessidade de “*qualificar as equipes*” (AS-B), ao se referirem à busca de materializar a dimensão política do trabalho profissional. Outra fala que chama atenção é a seguinte: “*Acho que a formação deve ser continuada, para a gente não perder a essência do que se aprendeu, não ficar muito tempo sem ter o contato com isso*” (AS-C) e a fala “*formações continuadas dão um gás, um plus para a gente ter mais contato e não se perder no dia a dia*” (AS-G).

Iamamoto (2017) refere que capacitar os profissionais pressupõe investir na manutenção e na consolidação do projeto profissional, trata-se de resistência frente aos processos de alienação impostos pelo capital.

Portanto, na sequência, aborda-se a conformação da dimensão política do trabalho de assistentes sociais, a partir das análises dos dados empíricos do Vale do Rio Pardo, território elegido como lócus de investigação pela autora.

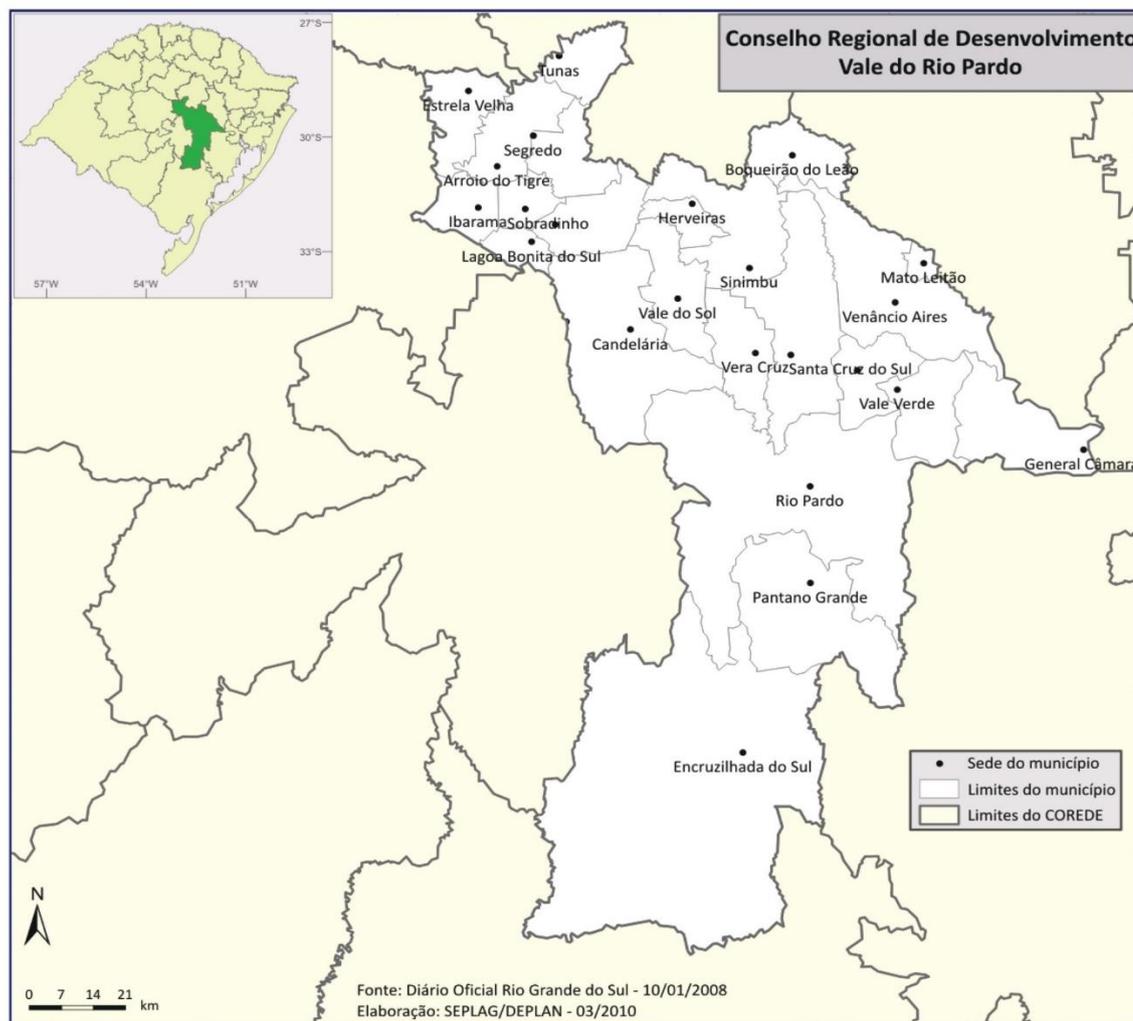
3.3 ELEMENTOS PARA O DEBATE SOBRE A CONFORMAÇÃO DA DIMENSÃO POLÍTICA DO TRABALHO PROFISSIONAL A PARTIR DOS PROFISSIONAIS DO VALE DO RIO PARDO, SEUS DESAFIOS, DIFICULDADES E POTENCIALIDADES

O Vale do Rio Pardo está localizado na Região Funcional de Planejamento Dois (2), conforme delimitação do Conselho Regional de Desenvolvimento ⁶⁵ (COREDE, 2015). Esta região funcional de planejamento foi criada em 1991, e é formada por vinte e três municípios, anteriormente citados na Introdução, sendo eles: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General

⁶⁵ Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento foram criados pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994 e regulamentados pelo Decreto nº 35.764, de dezembro de 1994. Conforme o estabelecido na Lei, eles têm por objetivo: - a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; - a integração dos recursos e das ações do governo na região; - a melhoria da qualidade de vida da população; - a distribuição equitativa da riqueza produzida; - o estímulo à permanência do homem em sua região; - a preservação e recuperação do meio ambiente. (RIO GRANDE DO SUL, 2015) – ver mais em <http://www.coredevrp.org.br/o-que-sao-coredes/>

Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Figura 1- Mapa de Municípios e de Cidades



Fonte: Observatório Desenvolvimento Regional (2015).

Em 2010, o COREDE Vale do Rio Pardo apresentava população de 418.141 habitantes, em uma área de 13.171,7 Km², sendo o sexto mais populoso do Estado. Desse total, em torno de 63% residem em áreas urbanas; e 37%, em áreas rurais. (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p.8 e 9).

A cidade de Santa Cruz do Sul é o principal centro urbano, com uma população de 118.374 habitantes. Em seguida, aparece Venâncio Aires, com 65.945 habitantes. Os outros municípios dividem-se em dois grupos, sendo um com população entre 10 e 50 mil; e outro com população inferior a 10 mil habitantes. (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p.8 e 9).

A população na faixa etária de 0 a 14 anos houve diminuição de 16%, enquanto e as faixas de 15 a 65 anos obtiveram um aumento de 10%; e a acima de 65 anos houve aumento de 31% (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p.8 e 9).

Em 2012, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do COREDE Vale do Rio Pardo foi de 0,725, o que responde ao nível médio de desenvolvimento, sendo a 15ª posição no ranking dos 28 COREDEs. Santa Cruz do Sul, com 0,809, está no nível Alto de desenvolvimento. Seu desempenho é reforçado pelo Bloco Renda, principalmente no sub-bloco Geração de Renda (PIB per capita), em que o município é o décimo oitavo no ranking estadual. Os demais municípios variam seus índices entre 0,769 e 0,606, nos patamares médio e superior do nível Médio de desenvolvimento. No que se refere à renda per capita média dos municípios do COREDE, apenas Santa Cruz do Sul (R\$ 1.036,87) detinha valor acima da média estadual, de R\$ 959,24. Os outros apresentavam valores baixos, principalmente Passa Sete, com R\$ 427,13, Tunas, com R\$ 482,50, e Vale Verde, com R\$ 503,24.

A Região possui uma unidade do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense em Venâncio Aires, uma unidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em Santa Cruz do Sul, e a sede do Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), em Santa Cruz do Sul, além de unidades dessa universidade em Sobradinho e Venâncio Aires. A UNISC se destaca por seus cursos de pós-graduação e pelos grupos de pesquisa presentes na universidade.

O COREDE identificou alguns problemas que merecem atenção, como: a dependência em relação aos produtos de fumo; poluição orgânica, causada pelos despejos domésticos nos rios; os baixos indicadores educacionais, com taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de 6,35%; e problemas na infraestrutura de comunicações (O COREDE mostra o percentual de domicílios com acesso à internet e às telefônicas fixa e móvel abaixo das médias estaduais) (p.37).

A exposição, nos parágrafos anteriores, foi considerada como forma de caracterizar a região do Vale do Rio Pardo em alguns aspectos, embora outras características possam ser importantes, como a formação cultural e racial que não serão aqui abordadas.

Sobre os dados analisados na pesquisa empírica com assistentes sociais no Vale do Rio Pardo, encontrou-se um conflito com os respondentes do questionário. Em um deles, houve resposta negativa, dentre as 9 respostas sobre a pergunta referente se haveria uma dimensão política do trabalho profissional, ao ser solicitado

na questão seguinte para comentar brevemente a resposta, identificou-se apenas a palavra *retrocessos*. Porém, não fica claro quais retrocessos são esses e, se o respondente nega a dimensão política, também deveria negar as outras questões, tendo em vista que são complementares.

O dado é considerado de importância, porque a argumentação construída até o momento sobre a dimensão política está ligada, diretamente, ao projeto profissional. Nas respostas afirmativas, observaram-se posicionamentos, como “*o Serviço Social é, essencialmente, político, no que tange aos direitos sociais*” e “*o trabalho do assistente social não é neutro e possui intencionalidade*”.

Por isso, neste momento, é salutar a articulação da questão de qual a compreensão os assistentes sociais do Vale do Rio Pardo têm da dimensão política do seu trabalho profissional. Nesta proposta, uma resposta alinhou-se às argumentações, já desenvolvidas nesta dissertação, como se identifica na fala:

(...) a dimensão política é... como que eu vou dizer ... (deixa eu achar a palavra)...mas, ela é voltada para o posicionamento, no meu entendimento, de uma classe, de um posicionamento a favor da classe (...) e a importância que ela tem na execução e no exercício da profissão acho que é no dia a dia, como que a gente vai envolver o nosso trabalho pensando em quem que a gente defende (AS).

No entanto, outras falas refletem uma fragilidade na compreensão sobre a dimensão política do trabalho profissional, pois figuram uma certa confusão entre as categorias, por exemplo, na fala que refere à política partidária como sendo uma dimensão política da profissão: “*éramos pessoas de fora (...) não éramos da cidade (...) daí entra a questão política (...) a gente não tinha aqueles vícios políticos*” (AS-D).

Em outra fala, há referência a uma associação com a política pública: “*ela se dá por meio de interligar as gestões né, de interligar a sociedade com a política da assistência social, com a saúde, com a educação*” (AS-E).

Essa fragilização reforça o antigo debate na profissão de situar o trabalho profissional no conflito das classes. Para Iamamoto (2013), fazer isso “implica decifrar a complexa rede de relações de poder que hoje conforma a sociedade brasileira” (p.144), polarizadas entre os que se alinham a classe dominante e os que se articulam com as classes desfavorecidas.

Palma (1993), por sua vez, reforça que o tema diz respeito ao afastamento ou até mesmo a uma negação da dimensão política do trabalho profissional, refere-se

àqueles que passam a dedicar-se "à profissão" e recusam aceitar o "efeito político que este exercício possa ter" (p.13). Ademais, reverbera que:

Uma variante desta postura, na medida em que expressa um desalento em face das possibilidades políticas da prática profissional, é a assumida por aqueles que separam nitidamente, tanto na ação profissional do militante buscando, enquanto funcionários, um exercício asséptico e dominado pela eficiência técnica e, em seguida, deslocando-se para a vida partidária: 8 horas voltadas para o reforço do sistema e 8 horas comprometidas com a sua destruição. (PALMA, 1993, p.15)

Por fim, ainda no autor, "este conceito insuficiente do *político* (grifos nossos), confere contradição ao profissional" (p.116) em fazer política, no sentido contrário ao de ser funcionário de sua manutenção.

Seguindo a análise dos dados empíricos, ao realizar o cruzamento, identificou-se que, somando-se os respondentes do questionário e os participantes das entrevistas (Quadro 4) há 16 sujeitos ao total. Dentre eles, apenas 1 resposta foi positiva para a participação na organização política da categoria. Ao cruzar os dados, observou-se que o sujeito se identificou como coordenadora de núcleo, mais tarde identificado como NUCRESS Vales. As outras 15 responderam negativamente.

Quadro 4- Confluência entre respondentes do questionário e os respondentes das entrevistas sobre participação política e interação com movimentos sociais

Nº total de participantes	
16	
Perguntas	Respostas
<ul style="list-style-type: none"> Participação na organização política da categoria 	15 não 1 sim
<ul style="list-style-type: none"> Participação no controle social da política a qual está vinculado no espaço ocupacional 	7 não 9 sim
<ul style="list-style-type: none"> Interação com algum movimento social 	15 não 1 sim

Fonte: Oliveira (2023).

Pode-se inferir, quanto ao exposto, que o dado reflete um afastamento de assistentes sociais dos espaços de organização política da categoria, tão necessários no momento atual de perdas políticas. Esses espaços coadunam com as forças de

esquerda contra o avanço da extrema direita, que degradou políticas sociais importantes para a classe trabalhadora.

Em contrapartida, a pergunta referente à participação no controle social da política a qual está vinculada(o), em seu espaço sócio-ocupacional, somaram-se 9 com resposta positiva, nas quais listou-se: Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal de Saúde. As respostas negativas somaram-se em 7. Um dado mais ameno em relação ao anterior, mas relativamente preocupante, tendo em vista tratar-se de espaços que deveriam haver número expressivo de profissionais de Serviço Social ocupando-os, tendo por observância o Código de Ética o qual confere como direito do assistente social e dever com a população usuária a participação nas decisões institucionais.

Sobre o dado referente à interação com algum movimento social, as respostas negativas não surpreendem pelo volume, foram contabilizadas 15 negativas e somente uma resposta positiva, que apresentou interação com o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Este dado se alinha aos estudos e às pesquisas já realizados pelo Serviço Social, como no estudo de Guimarães e Marques (2019), que demonstra baixo número de produções sobre o assunto, com menor índice os da temática ligada ao movimento sindical e camponês.

Os autores abordam que, ao apreender as expressões de desigualdade na vida dos sujeitos e suas formas de resistência, permite que o assistente social “em seu exercício cotidiano ultrapassar o caráter fragmentado das políticas sociais e o simples reforço à adesão dos sujeitos aos programas e projetos institucionais” (p.28) e que reforçam, assim, o apassivamento e a individualização dos direitos.

Duriguetto (2014) aponta que é necessário, no exercício profissional, “apreender as expressões que as desigualdades assumem na vida dos sujeitos (...) fortalecer suas formas de resistência (p.189), formas essas ocultas ou reveladas, identificando os espaços de organização, mobilização e lutas, como processo de importante organização. Já Iamamoto (2012) enfatiza que a construção do projeto profissional se deu devido “a articulação com as forças vivas da sociedade, intensificando a aproximação com os movimentos sociais” (p.135) e o fortalecimento, assim como a permanência do projeto deve se amparar nessa perspectiva de vínculo aos movimentos sociais.

Referente aos dados sobre existir desafios e/ou dificuldades para materializar a dimensão política do trabalho profissional em seu espaço ocupacional, identificou-

se que, entre os 16 sujeitos da pesquisa, 2 respostas negaram haver desafios e dificuldades, enquanto 14 respostas confirmam a ocorrência de desafios e de dificuldades. Nas análises realizadas nas respostas, foram encontradas algumas categorias essenciais que materializam os desafios.

O assistencialismo⁶⁶ é evidenciado nas falas *“hoje para mim o que se apresenta mais é o assistencialismo, com o cenário político partidário, eu vejo muito claro (...) é isso que nos é proporcionado, é isso que é pedido”* e no estrato *“a superação da visão da assistência como assistencialismo, a gente tem isto muito forte, principalmente por parte da gestão, não conseguem entender a assistência como política”*. Torna-se claro, na fala seguinte, a desmotivação em relação ao trabalho profissional *“a questão do assistencialismo, da desmobilização dos profissionais. Acho que tudo isso vai desmotivando tu reunir estratégias para fomentar o trabalho no cotidiano”* (AS-G).

Netto (2013), a partir do reconhecimento da assistência social como direito e inscrita no sistema da proteção social, ressalta que o Serviço Social passa a “situar a dimensão assistencial do seu exercício superando”⁶⁷ o assistencialismo. Mesmo sabedores da persistência de ações assistencialistas, no âmbito institucional, devido aos diversos fatores e interesses, possivelmente o que mais sobressai são os de viés político-partidários.

As relações conflitantes com a política partidária se evidenciam na maioria das respostas, como nas falas *“qualquer coisa que tu fizeres de errado eles podem denunciar em função do partido político”*. Para esta entrevistada os desafios são:

(...) por ser um município pequeno também, onde todos se conhecem, enfim.. eu sinto de forma bem presente os entraves com as políticas partidárias. Muitas vezes a gente quer garantir direitos, e... acaba...bloqueando aí, os entraves com a instituição. Então assim, a gente tem que ter uma postura muito firme né, para dizer que isto é um direito, que isso independente se votou em A ou B, né, que o direito é garantido para ela (...). (AS-C)

⁶⁶ Historicamente marcada pelo cariz filantrópico-caritativo, a assistência social mesmo tornada direito não promoveu a eversão das formas filantrópico-caritativas, que prosseguiram como tais (e que, ademais, registraram mudanças) – tão somente, instaurou-se lhe um novo estatuto, que a liberava das hipotecas da benemerência e do favor. Esta translação para o campo dos direitos foi extremamente significativa para o Serviço Social. (NETTO, 2013, p.17)

⁶⁷ Insista-se em que esta superação, por parte do Serviço Social, não significou, absolutamente, a ultrapassagem do assistencialismo que parametra muito da intervenção social conduzida por incontáveis instituições, agências e sujeitos coletivos operantes no âmbito da sociedade civil (NETTO, 2013, p.29)

Em relação ao citado, Mota (2014) argumenta que a precarização, no Serviço Social, contribui para uma desprofissionalização ou subespecializações, que vai de encontro ao trabalho de nível intelectual. Processo esse que se agrava com a “interiorização do exercício profissional em municípios distantes das grandes capitais, onde predominam práticas clientelistas, fisiológicas e de mandonismo (SANTOS, 2010 apud MOTA, 2014, p.702), principalmente no contexto de desqualificação e de rebaixamento da política eleitoral.

Arelado às dificuldades com os partidos políticos, também é relatado o fator das especificidades locais, ou seja, a construção social dos sujeitos relatados, como *“as dificuldades que estas famílias passam, por diferentes motivos, motivos culturais aqui muito presentes, eu acho que a gente tem avançado bastante, mas tem muita coisa a mudar”*(AS-A).

As descontinuidades administrativas⁶⁸ das ações públicas, organicamente vinculadas às trocas dos perfis político-partidários, estão presentes nas falas *“cada troca de gestão, de gestor da Assistência Social, começa uma nova caminhada (...) rotatividade de pessoas”* e, no relato, *“aí quando a pessoa começa a criar um entendimento, troca novamente a gestão, troca as pessoas”*. Em referência ao exposto, Nogueira (2006) identifica que,

Frente as constantes trocas, as reações da equipe técnica, composta por um corpo estável, passam pela acomodação (obedece cegamente às ordens das novas direções), pelo niilismo (faz o mínimo necessário e questiona tudo) e pela fuga criativa (desenhando realidades alternativas e tentando coloca-las em prática de forma invisível na organização e com membros e instituições externas) (p.16)

Os processos de precarização se sobressaem nas dificuldades, “nosso maior desafio é dar conta da demanda, a gente acaba apagando incêndio, acúmulo de tarefas, é um ritmo de trabalho bem intenso”. Na precarização, elencam-se “espaços éticos de trabalho”, a relação dos investimentos “o investimento tanto de pessoal de recursos humanos como de recursos materiais, de questões físicas”, “a questão de um carro para fazer uma visita” e “os recursos, né? Então, a gente tem que estar o

⁶⁸ A expressão continuidade e descontinuidade administrativa, refere-se aos dilemas, práticas e contradições que surgem na Administração Pública, Direta e Indireta, a cada mudança de governo e a cada troca de dirigentes. Como fenômeno, manifesta-se pelas consequências organizacionais de preencher um sem número de cargos de confiança, explícita ou implicitamente disponíveis para distribuição no interior das organizações públicas (SPINK, 1987, p.57 apud NOGUEIRA, 2006, p. 15)

tempo todo justificando porque precisa destes recursos, de equipamentos, eu tenho que visualizar números”.

Conforme o levantamento dos dados empíricos, identificou-se que grande parte dos respondentes exerce seu trabalho profissional na política de Assistência Social, o que leva a inferir sobre os processos de precarização que, ali, refletem-se, pois, apesar de importantes implementos legais para a normatização desta política, não se consolidam de imediato. A morosidade em fortalecer mecanismos de financiamento eficazes para a condução da política de Assistência Social se aliam à forte oposição dos gestores no que refere a sua implementação.

Nas falas dos profissionais sobre alguns fatores que podem contribuir para a materialização da dimensão política do trabalho profissional, citam:

Unindo forças, trabalhos de conscientização do livre exercício da profissão e regulamentação de leis de amparo e acesso a política de direitos... formação de gestores comprometidos com políticas sociais de direitos (AS-A).

Referem, também,

campanhas de esclarecimento (agosto lilás, setembro amarelo, etc.), através de palestras nas escolas, grupos de família, fizemos pedágio aqui no município com a entrega de panfletos esclarecendo sobre os direitos da mulher, sobre a Lei Maria da Penha (...) divulgar o que diz em Lei, quais são os direitos que as pessoas tem de proteção (...) participação dos usuários nos Conselhos Municipais (AS-B)

Essa fala se contrapõe às respostas sobre a participação nas instâncias de controle social. A maioria dos participantes da pesquisa respondeu negativamente a respeito da sua própria participação. Cenário parecido se repete quanto às falas acerca da necessidade de articulação com as instâncias organizativas da profissão, como aporte de contribuição para a materialização da dimensão política do trabalho profissional de assistente social: *“apoio e articulação das instâncias organizadoras da profissão, maior suporte e articulação da política social”* e *“trabalhar em conjunto e os próprios núcleos, esta linha de estudo, ela vem se perdendo, não vem tendo mais esses grupos de estudos, essas conscientizações”*, que também apresentaram mínima participação dos respondentes nas instâncias organizativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a dimensão política do trabalho de assistentes sociais possibilitou reconhecer que “o óbvio, não é tão óbvio”. Além disso, foi possível refletir que, argumentar sobre a dimensão política do trabalho profissional requer habilidades e conhecimentos. Somente, dessa forma, torna-se factível mediar as expressões de exploração no cotidiano, com os processos maiores gestados na sociedade capitalista.

Nesse processo de compreensão, foi necessário retomar a articulação política da categoria nos municípios do interior do Estado, que nenhum dos pares se sentissem desamparados ou isolados. Ademais, possibilitou pensar que é emergente retomar conceitos, que já se deram por ultrapassados, não sendo mais interessante retomar aos debates.

Neste momento final desta reflexão construída através da investigação, amparada pelo objetivo de analisar como se configura a dimensão política do trabalho de assistentes sociais. Almejou-se colaborar com o fortalecimento da direção social da profissão. A reflexão condensa as vivências profissionais e os aportes teóricos da mestranda, que foram conduzidos ao longo desta explanação concernente às categorias elencadas para estruturar a discussão.

Ao realizar o caminho investigativo, por meio das categorias trabalho de assistentes sociais, dimensão política e questão social, evidencia-se a necessidade de pensar o trabalho profissional, inserido em relações de poder e, cujo caráter contraditório, manifesta-se no cotidiano profissional. Para realizar esse movimento, foi necessário um aporte teórico, o materialismo histórico e dialético, elencado pelo Serviço Social após importantes e decisivos movimentos de contestação dentro da categoria.

O materialismo se pauta na história como prática social, as condições determinadas. É histórico, porque as condições materiais não são naturais e não são respostas divinas, são práticas humanas de viés político e social; dialético, pois é o próprio movimento da contradição, o positivo e o negativo, o capital e o trabalho.

O movimento político mostrado se pautou em romper com os referenciais conservadores e realizar a apropriação do pensamento de Marx, no marco histórico do Serviço Social, denominado, nos estudos dos fundamentos, como Movimento de Reconceituação. Demarcado como referencial hegemônico, na revisão curricular de

1982, no Código de Ética, de 1986. Porém, adensa-se e se concretiza no Código de Ética, de 1993; na Lei de regulamentação da profissão, em 1993; e nas Diretrizes Curriculares, de 1996. O arcabouço legal elucidado se concretiza pelo reflexo da organização política da categoria.

Neste íterim, entende-se que as expressões da questão social, objeto do trabalho do assistente social, não se tratam de fenômeno único da realidade brasileira. Todavia, suas refrações se singularizam na realidade, devido à formação sócio-histórica, com particularidades colonial-escravista, que se condiciona, historicamente, no capitalismo em caráter tardio e dependente.

A funcionalidade do Estado, no agravamento das expressões da questão social, como mecanismo funcional ao Capital para manter e justificar a extração da mais-valia. Nesse ponto, é contundente pensar a dimensão política do trabalho profissional, ou seja, inserido nas relações de poder: de classe política e projetos societários.

Nas produções do Serviço Social, há tendências importantes na condução dos debates em relação às categorias pesquisadas, como o estudo dos fundamentos, a categoria mediação, as expressões das competências e as atribuições no cotidiano profissional. Nas tendências que se relacionam à dimensão política, as quais atribuíram destaque ao Projeto Ético-Político, notam-se dificuldades de materialização do Projeto e os componentes imprescindíveis para sua manutenção. Não obstante, são poucas as produções que realizam o debate, aprofundando a dimensão política, dimensão que, na maioria das produções, centraliza-se na discussão ética do trabalho profissional.

Portanto, em resposta ao problema de pesquisa, buscou-se revelar como se configura a dimensão política do trabalho de assistentes sociais para o enfrentamento às refrações da questão social no Vale do Rio Pardo. As análises realizadas, ao longo desta investigação, indicaram uma lacuna importante entre a construção teórica, nas produções sobre a dimensão política do trabalho de assistentes sociais, e a conformação deste entendimento para os profissionais do Vale do Rio Pardo. Em outras palavras, percebeu-se que há uma fragilidade na compreensão desta dimensão por parte dos respondentes, inclinando-se a uma aversão perigosa à palavra política, muito ligada aos conflitos com a política partidária, indicando que esta seja uma nova proposta de aprofundamento nos estudos.

Nesta senda, a partir deste estudo foi possível identificar as dificuldades, os desafios e as lutas cotidianas dos assistentes sociais que exercem suas atividades na região do Vale do Rio Pardo. Além disso, ousa-se inferir que, provavelmente, seja a realidade de outros municípios no interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Transpareceram-se, de forma muito evidente, as dificuldades no trato com os gestores (principalmente aqueles que percebem o assistencialismo como forma de conduzir a política de Assistência Social e que também exercem um poder de mando sobre a equipe técnica permanente) conduzem o trabalho por vias que não coadunam com a perspectiva dos direitos.

Na pesquisa empírica, evidenciaram-se comportamentos de temor, em relação ao tema pesquisado, causando, em alguns profissionais, a desistência em participar da coleta dos dados, principalmente aqueles que apresentavam um vínculo fragilizado e dependente de contratação, como os contratos temporários ou com Recibo de Pagamento Autônomo (RPA).

Por isso, conclui-se que, na atual conjuntura, além de pertinente discutir sobre a necessidade de avançar para novas configurações do trabalho, ou seja, novos processos. Não obstante, torna-se necessário, em primeiro lugar, dar um passo atrás, pois o tempo presente exige um posicionamento explícito, no que diz respeito à coletividade, dado que se vivem tempos de retrocessos, tempos estranhos, de ameaças reais e concretas. Esse cenário coloca os profissionais frente a importantes questionamentos: o que fazer? Qual a parte que nos cabe nesta conjuntura?

Consequentemente, os questionamentos promovem a identificação das possíveis contribuições desta dissertação, no que concerne ao fomento aos debates, junto aos profissionais de Serviço Social, uma vez que, como assistentes sociais, alguns elementos se encontram nas possibilidades de intervenção; outros nem tanto; e alguns não se tem meio direto de alteração. Então, diante do exposto, o Serviço Social é interpelado a reafirmar seu significado social nas relações sociais e, mais, é questionado a pensar quais estratégias político-profissionais que a categoria necessita aprimorar para que o direcionamento da profissão vá de encontro aos interesses da classe trabalhadora no tempo presente.

A análise histórico-crítica marxista alicerça a profissão na construção de uma abordagem das determinações, na luta de classes e de toda a gama de relações, construída no processo histórico. Crítica que deve ser pensada na história para buscar

as determinações, porque, quando os fenômenos são buscados na história, desaparecem as determinações e aparecem as dominações.

Ao entender que as (os) assistentes sociais, em seus cotidianos, deparam-se com inúmeros desafios para que sua prática responda aos arcabouços legais, norteadores da profissão, direciona-se, assim, um movimento intelectual para o protagonismo político do Serviço Social, bem como identifica a necessidade de constante atualização, sempre com o olhar no horizonte do projeto ético-político, a fim de evitar a defasagem entre as intenções expressas no discurso, que ratifica o fazer e o próprio exercício desse fazer.

Nos anos de 1990, proclamava-se no interior da profissão uma resposta às novas expressões da questão social, que se apresentavam nos espaços de trabalho, advindas de uma crise no sistema capitalista. Nesse cenário, houve a alteração dos modelos de produção, a chamada Terceira Revolução Industrial e o modelo toyotista de produção, aliado a uma efetivação do ideário neoliberal, que se mostrou extremamente perverso na América Latina. Com isso, ocorreu uma redução do Estado, contrarreformas expropriaram direitos da classe trabalhadora. Em resumo, a história evidencia que, nas chamadas crises capitalistas, sempre há o desemprego em massa e a perda de direitos. Questiona-se, portanto: o que se tem hoje? A resposta para essa pergunta é: uma nova crise do capital, que adentra o Estado brasileiro, de forma arrasadora.

No cenário atual, vivenciou-se um projeto de destruição das políticas sociais, advindas de um governo de extrema-direita e de grandes tendências neofascistas. Isso proporcionou um advento conservador arcaico, talvez ultraconservador, apresentou-se anti-intelectual, negando as ciências, o bem-estar social, as políticas sociais, a vida. Esse fenômeno não foi restrito ao cenário nacional, foi algo que se percebeu no mundo. Além disso, acompanhou-se de um modelo de governabilidade, apoiado em Medidas Provisórias, as chamadas canetadas, que retiraram direitos adquiridos de longa data. Dessa forma, elevou-se o nível de exploração no trabalho, das vulnerabilidades, da pobreza e da pobreza extrema, um profundo descarte do ser humano. Desmobilizada e incapaz de parar o país, a classe trabalhadora assistiu o desmonte pela tela da televisão.

Chegou-se aos anos de 2021, com uma taxa de desemprego recorde e um total de 615.744 mil mortes pela Covid-19, com números maiores até a presente data em que se escreve este texto e o aumento da fome nos lares brasileiros (BRASIL, 2021).

Em sentido contrário, houve um aumento da riqueza das grandes corporações durante a pandemia, no qual, as 32 empresas mais rentáveis do mundo obtiveram um aumento de 109 bilhões e 25, dentre elas, obtiveram um aumento da lucratividade em 255 bilhões (OXFAM, 2020). O vírus foi um negócio rentável. Deu-se um ajuste fiscal que drenou o fundo público para o pagamento da dívida, impondo um modelo de vida que é a exploração intensificada do trabalho.

Foi e é um projeto, um projeto em curso para a criação de uma geração de trabalhadores sem direitos garantidos e trabalhos precários, assim como o discurso do empreendedorismo como forma de transferir ao trabalhador a responsabilidade de “vencer na vida”.

Ademais, evidenciou-se a ofensiva conservadora, de feições reacionárias. Um conservadorismo que, ainda, precisa ser estudado, precisa-se voltar sobre ele e tirar suas camadas, pois apresentam traços diferentes do conservadorismo clássico, este é orgulhoso, move-se pelo ódio, naturalizando a barbárie. Para os assistentes sociais, a ofensiva se agiganta, uma vez que o que está em jogo é nosso Projeto Ético-Político, que colide com toda a massa não pensante do governo Bolsonaro, o projeto deles afronta diretamente o projeto profissional do Serviço Social, duramente construído e defendido dentro da categoria profissional e torna-se questão coletiva impedir que retorne as instâncias da administração maior.

Nesse sentido, frente a todos os desafios expostos, é necessário: ressignificar e reafirmar os valores do projeto profissional; efetivar a dimensão política; falar abertamente sobre ela; desconstruir os estigmas da palavra política, pois trata-se do compromisso dos assistentes sociais com a classe trabalhadora e suas lutas, nossas lutas. Guerra (2015) aponta para pensar que a ética vira abstração sem a política.

Enfim, nestes tempos estranhos, o Serviço Social é chamado a analisar a conjuntura, a realidade com as lentes do marxismo e, acima de tudo, exercer a dimensão política no trabalho profissional. Exige-se, portanto, do assistente social o pensar estrategicamente como profissional que potencialize a luta de classes, adiantando, assim, a reflexão sobre como acontece, na atualidade, as novas refrações da questão social e o acirramento da exploração do trabalhador em uma luta evidentemente anticapitalista. Afinal, faz parte de uma profissão que tem lado, o lado da classe trabalhadora. Além disso, não há neutralidade, como muitos gostam de proferir dentro da própria categoria profissional.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, n. 127, sep-dec 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.080>. Acesso em: 01 jun. 2021.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 366-386, maio/ago., 2017.

ABREU, N. R. de; BALDANZA, R. F.; GONDIM, S. M. G. Os grupos focais on-line: das reflexões conceituais à aplicação em ambiente virtual. **Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 6, n. 1, p. 05-24, 2009.

ABEPSS. Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ABDALLA, Maurício. Maurício Abdalla 22 de setembro de 2017. Disponível em <https://diplomatie.org.br/capitalismo-e-politica-a-corrupcao-primeira-parte/>

AMARAL, George. **A categoria trabalho em Marx: alguns apontamentos sobre sua centralidade ontológica**. G Amaral. SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO, VI, 2014.

ANDREASSA, Luiz. O que é política. Disponível em <https://www.politize.com.br/o-que-e-politica/> acesso em 01/02/2023.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo: Choque do capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru: Canal 6, 2014.

ALVES. O espírito do toyotismo - reestruturação produtiva e “captura” da subjetividade do trabalho no capitalismo global. *Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, Vol.10, nº1 – 2008 – p.9 a 121.

ANJOS, Diego Marques Pereira dos. **O que são as contratendências à queda da taxa de lucro? Revista posição**, v. 1, n. 2, abr./jun. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. (Mundo do trabalho).

ARISTÓTELES. *POLÍTICA*. Tradução: Antonio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Prefácio e revisão científica: R. M. Rosado Fernandes. Introdução: Mendo Castro Henriques. Índices: Manoel Silvestre. Coleção: Veja Universidade / Ciências Sociais e políticas. Vega. 1998.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Ed. rev. atual. Lisboa/Portugal: edições 70, 2009.

BARROCO, M. L. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.

BARROCO, M. L. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma : desestruturação do Estado e perda de direitos**/Elaine Rossetti Behring. São Paulo: Cortez, 2003.

BLUME, Andre. Afinal, o que é ditadura? Disponível em <https://www.politize.com.br/ditadura-o-que-e/> acesso em 03/03/2023.

BOITEMPO. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2018/05/07/marx-e-a-ciencia-politica/> acesso em 03/03/2023.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da Covid-19: proteção para quem? **Serv. Soc. Soc.** [online]. n. 140, 2021.

BRAGA, Jamille Rodrigues. **ANAIS III SINESPP 2020 SIMPÓSIO INTERNACIONAL ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS**. Programa de pós-graduação em políticas públicas Universidade Federal do Piauí (UFPI). Disponível em: <https://sinespp.ufpi.br/upload/anais/NjQx.pdf?095725>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Of. Circular CONEP/MS nº 2/2021**. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Brasília, 2021. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf. Acesso em: 01 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações para condução de pesquisas e atividade dos CEP durante a pandemia provocada pelo coronavírus sars-cov-2 (covid-19)**. Brasília, 2020. Disponível em: https://cep.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/orientacao_conep_covid_geral.pdf. Acesso em: 01 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Brasília, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2022.

BRAVO, Maria Inês Souza. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o serviço social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.100, p. 679-708, out./dez., 2009.

BULLA, L. C. O contexto histórico da implantação do Serviço Social no Rio Grande do Sul. **Textos & Contextos**, Porto Alegre: PPGSS/PUCRS, 2008.

CAMPOS, Flávio de. **A escrita da história**: ensino médio: volume único. 1.ed. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

CEOLIN, Monalisa; MORAES, Isabela. *Reforma da previdência 2019*.

<https://www.politize.com.br/reforma-da-previdencia-entenda-os-principais-pontos/> acesso em 03/02/2023

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção da área. Cap. 4. Curitiba: CRV, 2017.

CRAVO, Adriana. *POPULISMO, o que é, afinal? Disponível em*

<https://www.politize.com.br/populismo-o-que-e/> acesso em 02/02/2023.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* / Florestan Fernandes; prefácio José de Souza Martins. – 5ª ed. – São Paulo : GLOBO, 2006

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **DESENVOLVIMENTISMO**: A construção do conceito. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea – Brasília : Rio de Janeiro. 2015.

GALEANO, Eduardo H., 1940-2015. *As veias abertas da América Latina* / Eduardo Galeano; tradução de Sergio Faraco. – Porto Alegre, RS:L&PM, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Editora Atlas. São Paulo. 2008

GOMES, C. **Em busca do consenso**: tendências contemporâneas no Serviço Social - racionalidade democrática e afirmação de direitos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GUERRA, Yolanda. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: FORTI, V. L; GUERRA A. D. (Orgs). **Projeto Ético-Político do Serviço Social**: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*/Sérgio Buarque de Holanda. 26ª ed. – São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade*. Cortez editora. Ano XXI, n. 62, mar. 2000.

HOUTART, François; POLET, François. **O Outro Davos**: Mundialização de resistências e de lutas. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p.204-226, ago.-dez./2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A fé no que virá e a alegria de olhar para trás: 30 anos do projeto ético-político profissional. In Conselho Federal de Serviço Social (org). In: Seminário Nacional: 30 NOS DO CONGRESSO DA VIRADA, Brasília, 2012. Anais. Brasília (DF): Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In: RAICHELIS, R. et al. (orgs.) **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p.909-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo:Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

Iamamoto, Marilda Villella. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho. – 29. Ed. – São Paulo, Cortez [Lima, Peru] : CELATS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Trabalho e indivíduo social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação históricometodológica**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

IANNI, Octávio. *A ideia do Brasil moderno*. São Paulo : Brasiliense, 1992.

LOPES NETO, Antonio Augusto. **Do Banco Mundial ao Vale do Jequitinhonha: entre a pobreza e o desenvolvimento**. Diamantina, 2021.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEVANDOSKI, *Allegra*. *O que é o bolsonarismo*.

Publicado em:19/07/2022 Atualizado em:28/09/2022. Disponível em <https://www.politize.com.br/o-que-e-o-bolsonarismo/> Acesso em 01/03/2023.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo : Boitempo, 2014. Capítulo VII, Processo de trabalho e processo de produção de mais valia – secção 1.

MARX, Karl. **Para a Questão Judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WÜNSCH, Dolores Sanches; COUTO, Berenice. Verbete: Proteção Social. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p. 276-280.

MÉSZÁROS, István, 1930 - **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. **Marx e a ciência política**. BOITEMPO, 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/05/07/marx-e-a-ciencia-politica/>. Acesso em: 01 jan. 2022.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 1. ed. v. 5. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. **Serv.Soc.Soc.**, São Paulo, n. 127, p. 587-607, 2016.

MORAES, Josiane, MARTINELLI, Maria Lúcia. A IMPORTÂNCIA CATEGORIA MEDIAÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL. XX SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL. 2015. Arquivos CRESSRN. Disponível em <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Y6O09Vi7X17oOE584R0e.pdf> acesso em 28/12/2022.

MORAES, Isabela. Mais Valia. Disponível em https://www.politize.com.br/mais-valia/?https://www.politize.com.br/&gclid=EAlalQobChMI09SYrdGV_wIVozHUAR1XxwkhEAYASAAEgKsafD_BwE acesso em 01/02/2023.

MOTA, Ana Elizabete. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 39-53, jan./abr. 2017.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/FFZHrWptzhMZW5qDVKgRChd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

NETTO, José Paulo. III CBAS: algumas referências para sua contextualização. In: **Serv. Soc. Soc.**, n. 100, São Paulo. Nov./dez., 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. Apêndice à terceira edição: Cinco notas a propósito da “questão social”. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999. (Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1- Crise contemporânea, questão social e Serviço Social).

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e sociedade**, n. 50, São Paulo, Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1994.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, **José Paulo Netto**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 1. São Paulo: Abess/Cortez **1993**. n. 1

NETTO, José Paulo. Assistencialismo e regressividade profissional no serviço social. Repositório das Universidades Lusíada - Lusíada. *Intervenção Social*, Lisboa, n.º 41 [1º semestre de 2013] Disponível em http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1075/1/IS_n41_1.pdf acesso em 03/01/2023.

NETO, Francisco Vieira do Nascimento; SANTOS, Eliane Gomes dos Santos, SANTOS, Vera Núbia. AUTONOMIA PROFISSIONAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS COTIDIANOS. IX Colóquio Internacional. São Cristóvão/SE/Brasil. 2015.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. Continuidades e Descontinuidades Administrativas em Governos Locais: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos / Fernando do Amaral Nogueira. Dissertação de mestrado – 2006

NUNES, André Figueiredo. O CHOQUE DO PETRÓLEO de 1973: Estados Unidos, OPAEP e a Segurança Energética. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ. Rio de Janeiro 2016.

OBSERVADR. Observatório do Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul/Brasil. **Vale do Rio Pardo**. Disponível em: [.http://observadr.org.br/portal/banco-de-dados-regionais/vale-do-rio-pardo/](http://observadr.org.br/portal/banco-de-dados-regionais/vale-do-rio-pardo/). Acesso em: 01 jan. 2022.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Histórico da pandemia de COVID-19. 2023. Disponível em

<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de,pa%C3%ADses%20e%20regi%C3%B5es%20do%20mundo>. acesso em 01/03/2023.

PALMA, Diego. A prática política dos profissionais: o caso do Serviço Social/Diego Palma; tradução de José Paulo Netto. – 2. ed. – São Paulo : Cortez : Lima (Peru) : CELATS, 1993.

PANTALEÃO, *Sergio Ferreira*. SINOPSE DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA.

Disponível em <https://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/sinopse-reforma-trabalhista.htm> acesso em 10/02/2023.

PEREIRA, P. A. Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista. In: COSTA, L. C.; NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, V. R., orgs. **A política social na América do Sul**: perspectivas e desafios no século XXI [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013, pp. 15-26.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: particularidades e unidade. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Londrina/PR. 2015.

PFEIFER, Mariana; GESSELE, Cleide; TRUPPEL, Maristela Aparecida da S; SIQUEIRA, Márcio dos Santos. Características do trabalho remoto de assistente sociais no SUAS de Santa Catarina durante a pandemia da Covid-19 10 de novembro de 2020 – CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS 12 REGIÃO /SANTA CATARINA. Disponível em <http://cress-sc.org.br/2020/11/10/artigo-caracteristicas-do-trabalho-remoto-de-assistentes->

[sociais-no-suas-de-santa-catarina-durante-a-pandemia-de-covid-19/](#) acesso em 10/11/2022.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. **FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO**. Editora Brasiliense, 6ª ed. – São Paulo. SP, 1961.

PRATES, Jane Cruz. O planejamento da pesquisa social. **Revista Temporalis**, n. 7, p. 123-143, 2003.

PRATES, Jane Cruz. A pesquisa e a produção de intelectual do Serviço Social: uma breve reconstituição de 1980 ao início do século XXI. In: **Anais do XIII CBAS**, Brasília: CFESS, 2010.

PRATES, Jane Cruz; REIDEL, Tatiana; ORTH, Thiana. O trabalho do (a) Assistente no Brasil: desfaixos político-pedagógicos diante de uma conjuntura recessiva e neoconservadora. **ConCienciaSocial. Revista digital de Trabajo Social**, v. 3, n. 6, 2020. Disponível em:

<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/ConCienciaSocial/issue/view/2089> Acesso em: 08 jun. 2021.

PROJOR. Instituto para o Desenvolvimento do jornalismo. Observatório da Imprensa, 2006 – Edição 315 – Disponível em <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/governo-lula-aumenta-publicidade-para-tv-record/> acesso em 10/04/2023.

RAICHELIS, Raquel. **Gestão pública e a questão social na grande cidade**. I relatório Científico da Pesquisa Temática Gestão Pública e Inserção Internacional das Cidades. Cedec, PUC-SP, Unesp, FGV-SP. São Paulo, 2006.

REIDEL, Tatiana. Ética na pesquisa: implicações para além da formalidade. In: MENDES, Jussara M. R.; WÜNSCH, Dolores S.; GIONGO, Carmem R. (Orgs.). **A investigação no campo da saúde do trabalhador: construção do conhecimento e estratégias metodológicas**. Campinas: Papel Social, 2019. p. 207-224.

REIDEL, Tatiana, CORRÊA, Laís Duarte. **PERFIL DE ASSISTENTES SOCIAIS GAÚCHOS (AS) E AS MARCAS HISTÓRICAS NO TRABALHO PROFISSIONAL**. IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis – 2022

REIS, Thaís Pereira, MAIO, Isabella de Sousa. **A PESQUISA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO CELATS: REGISTRO DA RENOVAÇÃO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018. Disponível em

<file:///C:/Users/STI/Downloads/ekeys,+00250+A+pesquisa+hist%C3%B3rica+do+servi%C3%A7o+social+no+CELATS+>

[+registro+da+renova%C3%A7%C3%A3o+profissional+dp+servi%C3%A7o+soci al+na+am%C3%A9rica+la.pdf](#) acesso em 22/12/2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional Departamento de Planejamento Governamental Perfil Socioeconômico. COREDE **Vale do Rio Pardo**. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17095302-perfis-regionais-2015-vale-do-rio-pardo.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

RODRIGUES, Elida Janaina Barbosa. **Continuidade e ruptura entre Fordismo e Toyotismo**: Considerações acerca das transformações gerenciais e técnicas da estrutura produtiva do capital. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís do Maranhão, 2011.

ROTHER, E.T. Revisão sistemática X revisão narrativa: [editorial] **Acta paul. enferm**; v. 20, n. 2, v-vi, abr.-jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v20n2/a01v20n2.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012

SAMPIERI, R.H.; CALLADO, C.F.; LUCIO, M.P.B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. 2010. 656p. Disponível em: <https://www.freelibros.me/.../metodologia-de-lainvestigacion-5ta-edicion-pdf->. Acesso em: 13 nov. 2020.

SCLIAR, Moacyr. **DO MÁGICO AO SOCIAL: A trajetória da Saúde Pública**. L&PM Editores S/A - 1987

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas no estudo dos Fundamentos do Serviço Social. In: GUERRA, Y. A. et al. (Orgs) **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

SIMIONATTO, Ivete. **GRAMSCI**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Isabela. Fascismo: entenda o conceito. *POLITIZE*. Disponível em <https://www.politize.com.br/fascismo/> acesso em 28/12/2022.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em: 01 jan. 2022.

TORRES, M. M. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 202–227, 2009. DOI: 10.5433/1679-4842.2009v12n1p202.

Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10060>
Acesso em: 27 maio. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. A. et al (Orgs). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 21, n.1, p. 183-194, jul./dez., 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A** dimensão política do trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out/dez. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS, ABEPSS. **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Transformações Societárias e serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e sociedade**, nº 50. São Paulo, Cortez, 1996.

APÊNDICE A- REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS UTILIZADOS

- 1) RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições no Suas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010
- 2) EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 114, p. 290-310 abr./jun. 2013
- 3) MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014
- 4) BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015
- 5) BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017
- 6) ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 366-386, maio/ago. 2017
- 7) WLELLEN, Henrique; CARLI, Ranieri. A Falsa Dicotomia Entre Teoria E Prática - **Temporalis**, Brasília (DF), ano 10, n.20, p.113-135, jul./dez. 2010.
- 8) MORO, Maristela Dal; MARQUES, Morena Gomes. A Relação Do Serviço Social Com Os Movimentos Sociais Na Contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.13-47, jan./jun. 2011.
- 9) LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Ações Socioeducativas E Serviço Social: Características E Tendências Na Produção Bibliográfica. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.211-237, jan./jun. 2011.
- 10) POLÍTICA AGRÁRIA: EXTENSÃO RURAL E SERVIÇO SOCIAL, A EQUAÇÃO POSSÍVEL. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 243-273, jul./dez. 2014.

- 11) GOMES, Gleiciane Viana; BRITO, Liana. Trabalho Profissional Dos Assistentes Sociais Na Saúde Na Contrarreforma Estatal. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.
- 12) PRATES, Jane Cruz; CLOSS, Thaísa Teixeira. Relações De Trabalho E Competências Profissionais Dos Assistentes Sociais Na Região Metropolitana De Porto Alegre. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.
- 13) GUAZZELLI, Amanda; ADRIANO, Ana Livia. Formação Profissional Em Serviço Social: Fundamentos E Desafios Ético-Políticos. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan./jun. 2016.
- 14) RAMOS, Adriana; SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. Articulação Entre Supervisão De Campo E Acadêmica Em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan./jun. 2016.
- 15) GONÇALVES, Taciane Couto. Trabalho, Serviço Social E O Papel Educativo Da Profissão. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.
- 16) GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos; DAMASCENO, Heide de Jesus. Políticas Sociais, Serviço Social E Exercício Profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.
- 17) LOPES, Isabel Cristina Chaves. A Mediação Da Arte No Trabalho Educativo Do Serviço Social Para A Emancipação Humana. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017.
- 18) CAVAINAC, Mônica Duarte; COSTA, Renata Maria Paiva da. Serviço Social, Assistência Estudantil E “Contrarreforma” Do Estado. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.
- 19) COSTA, Micaela Alves Rocha da; SILVA, Lizete Augusta Vidal Pereira Lopes; SILVA, Andréa Lima da. Agenda Feminista Em Construção E A Direção Emancipatória Do Conjunto Cfess/Cress. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.
- 20) OLIVEIRA, Ana Cristina Oliveira de. Conservadorismo, Banco Mundial E Serviço Social: O (Neo) Desenvolvimentismo E As Reformas Sociais. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 35, jan./jun. 2018.

- 21)GOES, Alberta Emília Dolores de. Reflexões Sobre O Cotidiano E A Ética Profissional No Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 14-27, jul./dez. 2018.
- 22)SOBRINHO, Jodeylson Islony Lima; LIMA, Rita de Lourdes de. Os Desdobramentos Do *Ethos* Idealista-Formal No Trabalho Dos/As Assistentes Sociais. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 28-44, jul./dez. 2018
- 23)CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; ALVES, Luciano. Conservadorismo E Laicidade De Estado: Subsídios Para O Debate No Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 45-64, jul./dez. 2018.
- 24)GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro; MARQUES, Morena Gomes. Movimentos sociais e SS: uma análise das publicações sobre o tema. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 24-36, jul./dez. 2019.
- 25)BEZERRA, Angélica Luiza Silva; MEDEIROS, Milena Gomes de. Serviço Social E Crise Estrutural Do Capital Em Tempos De Pandemia. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 53-69, jan./jun. 2021.
- 26)DANTAS, Michael Hudson; SOUZA, Luana Vanessa Soares Pinto de; PINHEIRO, Samya Katiane Martins. Atuação Do Serviço Social Com População Lgbt Em Contexto Ultraconservador E Pandêmico. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 155-172, jan./jun. 2021.
- 27)PEREIRA, Evelyne Medeiros; FRANÇA, Gabrielly Souza de. Oito Notas Sobre Formação Social Brasileira E Renovação Crítica Do Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 143-157, jul./dez. 2021.
- 28)ORTIZ, Fátima Grave; ASSUNÇÃO, Hamida; CANTALICE, Luciana; GOIN, Mariléia; REIDEL, Tatiana. A Centralidade Da Questão Social Para O Serviço Social Brasileiro. Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS Serviço Social: Fundamentos, formação e trabalho profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 246-260, jul./dez. 2021.
- 29) YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014
- 30)VERONEZE, Renato Tadeu; MARTINELLI, Maria Lúcia. Fundamentos Para A Consciência Ética E Política Do Ser Social: Ensaio Sobre Agnes Heller. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

31) FERRI, Mônica Freitas. Estágio Supervisionado Em Serviço Social: A Indissociabilidade Entre Formação E Trabalho Profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 225-240, jan./jun. 2020.

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -TCLE ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

Prezado Sr (a). Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário(a), de uma pesquisa científica denominada: **A DIMENSÃO POLÍTICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS DO VALE DO RIO PARDO E SEUS REBATIMENTOS NO TRATO DA QUESTÃO SOCIAL** que está sob coordenação da profa.Dra.Tatiana Reidel e contemplará a dissertação de mestrado de sua orientanda Elaine Pintos de Oliveira.

Caso decida desistir da pesquisa você tem liberdade para interromper a entrevista e/ou sair do estudo a qualquer momento. Não está previsto nenhum pagamento e nem acarretará em gastos para o participante.

O objetivo desta pesquisa é analisar como se configura a dimensão política do trabalho de assistentes sociais, a fim de colaborar com o fortalecimento da direção social da profissão. Estima-se que você precisará de aproximadamente 45 minutos para responder as perguntas.

Como benefícios da pesquisa destaca-se que a sua participação no estudo contribuirá para o aumento do conhecimento sobre o assunto e os resultados poderão auxiliar na realização de estudos futuros sobre o trabalho do(a) assistente social em sua dimensão política, contribuindo para o fortalecimento da direção social no trabalho profissional. Trata-se de uma pesquisa com risco mínimo, mas ainda assim, um possível desconforto em responder algumas das questões sobre seu trabalho pode acontecer, e que caso ocorra, poderá ser interrompida a qualquer momento e, caso demande atendimento, a pesquisadora responsável acionará o serviço de saúde da rede pública de atendimento do município.

Com a sua concordância a entrevista será gravada pela entrevistadora. Serão feitas as transcrições, análise dos dados e conclusão da pesquisa a qual você terá acesso aos resultados e posteriores publicações. Seus dados serão mantidos em sigilo em todo processo, envolvendo possíveis publicações onde sua identidade será mantida em sigilo, sendo omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

O consentimento de participação na pesquisa não retira os direitos previstos nos termos da Lei (artigos 927 a 954 da Lei 10.406/2002 e Resolução CNS no 510 de 2016 e Resolução 466/2012). Em qualquer etapa da pesquisa é possível solicitar informações a Assistente Social mestranda em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ELAINE PINTOS DE OLIVEIRA através do e-mail: pintos.nani@gmail.com , bem como à orientadora e pesquisadora responsável Prof.^a Dr^a. Tatiana Reidel, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, pelo telefone (51)3308.5700, e-mail: tatyreidel@gmail.com. A mesma manterá as gravações e as transcrições sob responsabilidade na sala 308 do Anexo Saúde da UFRGS, Rua Ramiro Barcelos, 2777, Porto Alegre/RS, armazenadas pelo período de cinco anos e depois disso serão destruídas. Para esclarecimentos adicionais, o Sr. (a) também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 3308 5698, e-mail cep-psico@ufrgs.br

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido tem duas vias de igual teor, uma fica com o entrevistador para ser arquivado, outra via para o participante da pesquisa rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha.

Nome

Assinatura do participante da pesquisa

Data

Nome

Assinatura pesquisadora

Data

APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como você entende a Dimensão Política da profissão e qual a sua importância?

2. De que modo se pode(ria) materializar no cotidiano profissional a dimensão política da profissão? Se possível, dê exemplos

3. No seu entendimento, qual é a conexão da dimensão política do trabalho profissional com o Projeto Ético Profissional?

4. Para você, qual a relação entre a relativa autonomia e a dimensão política do trabalho profissional?

5. Quais os desafios se apresentam no espaço ocupacional para a materialização e efetivação da dimensão política do trabalho profissional?

6. Como a dimensão política da profissão pode(ria) fomentar a construção de estratégias para o enfrentamento das expressões da questão social no seu cotidiano?

7. Sugestões para potencializar a dimensão política do trabalho profissional?

APÊNDICE D- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE QUESTIONÁRIO ON-LINE

Prezado Sr (a). Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário(a), de uma pesquisa científica denominada: **A DIMENSÃO POLÍTICA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS DO VALE DO RIO PARDO E SEUS REBATIMENTOS NO TRATO DA QUESTÃO SOCIAL** que está sob coordenação da profa.Dra.Tatiana Reidel e contemplará a dissertação de mestrado de sua orientanda Elaine Pintos de Oliveira.

Você tem todo o direito de não querer participar do estudo, basta selecionar a opção correspondente no final desta página. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper o questionário e sair do estudo a qualquer momento. Não está previsto nenhum pagamento e nem acarretará em gastos para o participante.

Para confirmar sua participação você precisará ler todo este documento e depois selecionar a opção correspondente no final dele. O objetivo desta pesquisa é analisar como se configura a dimensão política do trabalho de assistentes sociais, a fim de colaborar com o fortalecimento da direção social da profissão. Estima-se que você precisará de aproximadamente 20 minutos para responder as perguntas. Como benefícios da pesquisa destaca-se que a sua participação no estudo contribuirá para o aumento do conhecimento sobre o assunto e os resultados poderão auxiliar na realização de estudos futuros sobre o trabalho do(a) assistente social em sua dimensão política, contribuindo para o fortalecimento da direção social no trabalho profissional. Trata-se de uma pesquisa com risco mínimo, mas ainda assim, um possível desconforto em responder algumas das questões sobre seu trabalho pode acontecer, e que caso ocorra, poderá ser interrompida a qualquer momento.

Serão feitas as transcrições, análise dos dados e conclusão da pesquisa a qual você terá acesso aos resultados e posteriores publicações. Seus dados serão mantidos em sigilo em todo processo, envolvendo possíveis publicações onde sua identidade será mantida em sigilo, sendo omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Em qualquer etapa da pesquisa é possível solicitar informações a Assistente Social mestranda em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ELAINE PINTOS DE OLIVEIRA através do e-mail: pintos.nani@gmail.com , bem como à orientadora e pesquisadora responsável Prof.^a

Dr^a. Tatiana Reidel, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, pelo telefone (51)3308.5700 e-mail tatyreidel@gmail.com A mesma manterá as gravações e as transcrições sob responsabilidade na sala 308 do Anexo Saúde da UFRGS, Rua Ramiro Barcelos, 2777, Porto Alegre/RS, armazenadas pelo período de cinco anos e depois disso serão destruídas.

O consentimento de participação na pesquisa não retira os direitos previstos nos termos da Lei (artigos 927 a 954 da Lei 10.406/2002 e Resolução CNS no 510 de 2016 e Resolução 466/2012).

Para esclarecimentos adicionais o Sr. (a) também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 3308 5698 e-mail cep-psico@ufrgs.br

Para ter uma cópia deste TCLE você deverá imprimi-lo, ou deverá gerar uma cópia em pdf para guardá-lo em seu computador. Você também poderá solicitar aos pesquisadores do estudo uma versão deste documento a qualquer momento por um dos e-mails registrados no final deste termo.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Fui informado também que devo imprimir ou gerar um pdf do TCLE para ter a minha cópia do TCLE e que posso solicitar uma versão dele via e-mail para os pesquisadores.

ACEITO PARTICIPAR ()

NÃO ACEITO PARTICIPAR ()

APÊNDICE E- QUESTIONÁRIO ON-LINE

1) Idade*:

- Entre 20 e 30 anos
- Entre 31 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Entre 51 e 60 anos
- Entre 61 anos ou mais

2) Raça:

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarelo
- Indígena

3) Sexo*:

- Feminino
- Masculino
- Não-Binário
- Prefiro não informar

4) Ano de formação *:

- Antes de 1996
- De 1996 até 2006
- De 2007 até 2016
- Após 2017

5) Tipo de formação*

- Formação presencial
- Semipresencial
- EAD

6) Instituição de Formação Graduada:

7) Você possui:

- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado
- Nenhuma

8)Qual área de sua especialização?

9) Tempo que trabalha como AS?

- Entre 1 e 5 anos

- Entre 6 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Entre 16 e 20 anos
- Mais de 20 anos

10) Qual o seu vínculo de trabalho?*

- Estatutário
- Celetista
- Terceirizado
- Contrato Temporário
- Outro (especifique) _____

11) Tempo de trabalho vinculado(a) à esta instituição :*

- Entre 1 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Entre 16 e 20 anos
- Mais de 20 anos

12) Participa da organização política da categoria?

Sim () Não ()

Caso sim, de que modo?

13) Interage com algum Movimento Social?

Sim () Não ()

Se sim, qual?

14) Participa do Controle Social da política a qual está vinculado em seu espaço ocupacional?

Sim () Não ()

Se sim, qual segmento representa?

15) O que te motiva a estudar/trabalhar na área do Serviço Social?

16) Para você, a relação entre a Teoria Social de Marx e o Serviço Social é relevante?

() sim () Não

Comente:

17) Para você, há uma dimensão política no trabalho profissional ?

() sim () não

Comente sua resposta:

18) Para você, a dimensão política pode ou poderia contribuir para o enfrentamento das expressões da questão social?

sim Não

19) Para você, existem desafios/dificuldades para a materialização da dimensão política do trabalho profissional em seu espaço ocupacional?

Sim Não

20) Para você, quais estratégias poderiam potencializar a materialização da dimensão política do trabalho profissional em seu cotidiano de trabalho?

Este estudo possui uma nova etapa de captação de dados na modalidade de entrevista, que trará novos subsídios para o aprofundamento da temática e com isto potencializar os achados da pesquisa. Você gostaria de participar desta fase seguinte?

Sim

Não

Deixe seu contato: _____

Obrigada!

APÊNDICE F- LEVANTAMENTO QUANTITATIVO SOBRE AUTORES UTILIZADOS PARA REFERÊNCIA TEÓRICA DA CATEGORIA TRABALHO

Vale ressaltar que, nos 31 artigos utilizados para análise bibliográfica, em 31 artigos continham 2 ou mais categorias principais e/ou variáveis.

Nº ARTIGO/ ANO/ AUTOR/ REVISTA	MAR X	LUK ÁCS	IAMAMO TO	IAMAM OTO E CARVA LHO	ANT UNE S	ALV ES	OBSERVAÇÕES
01/ 2010/ RAICHELIS/ SSS	0	0	X	X	X	0	
02/ 2013/ EURICO/ SSS	X	0	X	X	X	0	
03/ 2014/ MOTA/ SSS	0	0	X	0	0	0	ABORDA TEORIA MARXISTA
04/2015/ BOSCHETTI/ SSS	0	0	0	0	0	0	ABORDA TEORIA MARXISTA, CRÍTICA MARXIANA. UTILIZA : NETTO; MANDEL; MÉSZAROS
05/ 2017/ BOSCHETTI/ SSS	X	0	0	0	0	0	
06/ 2017/ ABRAMIDES/ SSS	X	0	0	0	0	0	
07/ 2010/ WELLEN, CARLI/ TEMPORALIS	X	X	0	0	0	0	
08/ 2011/ DALL MORO, MARQUES/ TEMPORALIS	0	0	X	X	X	X	ABORDA TEORIA MARXISTA, PERSPECTIVA MARXISTA
09/ 2011/ LIMA, MIOTO/ TEMPORALIS	0	0	X	SOME NTE CARVA LHO	0	0	ABORDA MARXISMO, TEORIA MARXISTA

10/ 2014/ SANTOS, LUSA/ TEMPORALIS	0	0	0	0	0	0	ABORDA MARXISMO, TEORIA DE MARX. UTILIZA: NETTO; LUSA (2012); PEIXOTO (2008); VASCONCELOS (1997); ENGELBRECHT (2011); BRAVO (2007); BARROCO (2006)
11/ 2015/ GOMES, BRITO/ TEMPORALIS	X	X	X	0	0	0	
12/ 2015/ PRATES, CLOSS/ TEMPORALIS	X	0	X	0	X	X	
13/ 2016/ GUAZELLI/ TEMPORALIS	0	0	X	X	0	0	
14/ 2016/ RAMOS, SANTOS/ TEMPORALIS	0	0	0	0	0	0	UTILIZA: GONÇALVES (2012); SAMPAIO JUNIOR (2012); PEREIRA (2008); MATOS (2016); SANTOS (2010); Mota (2014); OLIVEIRA (2004); NETTO (1999); ORTIZ (2013)
15/ 2016/ GONÇALVES/ TEMPORALIS	X	0	X	X	0	0	
16/ 2016/ GONÇALVES, DAMACENO/ TEMPORALIS	X	0	X	X	0	0	CITA LUKÁCS MAS NÃO REFERENCIA
17/ 2017/ LOPES/ TEMPORALIS	0	X	X	0	X	0	CITA MARX UTILIZANDO: GRAMSCI APUD IAMAMOTO; THOMPSON APUD IAMAMOTO
18/ 2017/ CAVAGNAC/ TEMPORALIS	0	0	X	X	0	0	CITA MÉTODO DIALÉTICO MARXISTA

19/ 2017/ COSTA, SILVA/ TEMPORALIS	0	0	X	0	0	0	CITA TEORIA MARXISTA, TRADIÇÃO MARXISTA
20/ 2018/ OLIVEIRA/ TEMPORALIS	X	0	X	0	0	0	
21/ 2018/ GOES/ TEMPORALIS	0	0	X	0	0	0	CITA LUKÁCS UTILIZANDO MENSCHEN GANZ
22/ 2018/ SOBRINHO, LIMA/ TEMPORALIS	X	0	X	X	X	0	CITA LUKÁCS UTILIZANDO NETTO
23/ 2018/ CARDOSO, ALVES/ TEMPORALIS	X	0	0	X	0	0	CITA LUKÁCS UTILIZANDO CARLI (2015)
24/ 2019/ GUIMARÃES, MARQUES/ TEMPORALIS							
25/ 2021/ BEZERRA, MEDEIROS/ TEMPORALIS	X	X	X	0	X	X	
26/ 2021/ DANTAS, SOUZA/ TEMPORALIS	0	0	0	0	X	0	CITA MARX UTILIZANDO: BOULOS (2016); DEMIER (2016); QUINALHA (2016); MASCARO (2019)
27/ 2021/ PEREIRA, FRANÇA/ TEMPORALIS	X	0	X	X	0	0	
28/ 2021/ RAIDEL, GOHIN/ TEMPORALIS	X	0	X	X	0	0	
29/ 2014/ YAZBEK/ SSS	0	0	X	X	X	X	CITA MARX UTILIZANDO: MÉZÁROS; SIMIONATTO

30/ 2015/ VERONEZE, MARTINELLI	X	X	0	0	0	0	
31							